

Avante!

Ano 53 - Série VII - N.º 628
9 de Janeiro de 1986
Preço: 40\$00

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

UNIR OS DEMOCRATAS



Semana
Reportagem

Em Foco
Resolução Política da
Conferência Nacional
Discurso de Álvaro Cunhal
Intervenções



Unir os Democratas para a vitória da Democracia

**Sessões
com Álvaro Cunhal**

Quinta-feira, dia 9 - Às 21 e 30 nos Bombeiros Voluntários de **Queluz**

Sexta-feira, dia 10 - Às 21 e 30, no Cine-Teatro da **Covilhã**, com Ângelo Veloso

Sábado, dia 11 - Às 10 horas, na colectividade «Os Unidos» de **Tortosendo**; às 15 horas, no largo do Boqueirão em **Nisa**; às 15 e 45, na Casa do Povo de **Alpalhão**; às 17 e 30, na Casa do Povo de **Avis**; às 21 horas no cinema de **Ponte de Sor**

Domingo, dia 12 - Às 10 e 30, na Casa do Povo de **Mora**; às 12 e 30, almoço-convívio em **Arraiolos**; às 15 horas, no cinema de **Vila Viçosa**; às 18 horas, em **Portel**; às 19 e 30, jantar-convívio em **Cuba**; às 21 horas, em **Beja**

Terça-feira, dia 14 - Às 21 e 30, sessão na SFUAP, em **Almada**

Quarta-feira, dia 15 - Às 21 e 30, sessão no cinema Alvalade, em **Lisboa**

Convergir e unir para vencer

A bordar no tempo próprio e na sua exacta dimensão as questões decisivas da vida e da situação de um povo e de um país é condição basililar essencial para lhes dar solução correcta à luz dos interesses nacionais e populares.

Para o povo português as eleições de 26 de Janeiro para a Presidência da República enquadram-se, precisamente, naquela categoria de questões.

As eleições presidenciais de 26 de Janeiro assumem, na conjuntura histórica actual, primordial importância para o regime democrático, reclamando as atenções e a acção prioritárias de todos os democratas e patriotas.

A Conferência Nacional do PCP sobre as Eleições Presidenciais, realizada no último sábado no Pavilhão Gimnodesportivo de Sacavém, constitui uma prova tangível do empenhamento dos comunistas e representa uma iniciativa responsável cujos materiais, intervenções e decisões políticas se impõem ao estudo, à reflexão e acção de todos os que desejam continuar Abril.

Álvaro Cunhal disse no seu discurso:

«...o resultado das eleições influenciará profundamente toda a vida nacional no imediato e por largo tempo».

«...as eleições presidenciais de 26 de Janeiro são chamadas a desempenhar um papel importante e decisivo para a evolução (num sentido ou noutro) da situação política, económica e social em 1986 e nos anos próximos».

«...é absolutamente certo que a concretização da favorável perspectiva aberta pelas grandes vitórias da democracia em 1985 depende em larga medida do resultado das eleições presidenciais de 26 de Janeiro».

Adquirir a viva consciência do que está verdadeiramente em causa nas eleições de 26 de Janeiro é uma imperativa necessidade não só de todos os camaradas, amigos e aliados do PCP, no quadro da APU ou fora dele, como de todos os portugueses democratas e patriotas.

É sintomático e esclarecedor das intenções da reacção o facto de agora tentarem escamotear ou iludir a verdadeira importância das eleições presidenciais muitos daqueles que antes colocavam como questão de vida ou de morte da «democracia» portuguesa a escolha e a eleição de um candidato à Presidência da República saído das suas hostes.

De facto, os luminares da direita, que têm uma noção realista do que representará na hora actual a eleição de um candidato da democracia, põem agora em prática, ante a perspectiva real de uma derrota, todos os expedientes, truques e manobras e mobilizam todos os meios para confundir o povo português e desnaturalizar o verdadeiro carácter das eleições de 26 de Janeiro.

Os velhos objectivos da direita revanchista (um governo, uma maioria parlamentar, um presidente) permanecem inalteráveis e para os atingir é-lhes indiferente eleger Freitas do Amaral (o mais seguro) ou Mário Soares, de quem o ultra Júdice confessa: «não me repugna

pessoalmente a hipótese de Mário Soares ser eleito Presidente da República»; em quem o antigo ministro de Salazar, Adriano Moreira aconselha uma parte do CDS a votar para garantir a presença de Soares numa segunda volta com Freitas; de quem o presidente direito da Região Autónoma da Madeira e destacado chefe do PSD, Alberto João Jardim, espera, com uma desejada vitória eleitoral contra Zenha «um grande serviço histórico.»

A direita revanchista não esconde a sua inquietação pela possibilidade real da eleição de um candidato democrata mas os seus barões e baronetes, os seus ideólogos e escribas encartados, a tudo recorrem para camuflar os intentos reais da contra-revolução, cujos objectivos são a destruição do 25 de Abril e das suas conquistas económicas e sociais, o estrangulamento das liberdades, a restauração do poder económico e político dos monopólios.

Certos comentaristas abertamente da direita, como Marcelo Rebelo de Sousa, tentam mesmo colocar as eleições presidenciais em termos de um desafio de futebol. Rebelo de Sousa faz mesmo um «quadro» com «jogos», «pontos» e «golos» dos «desafios» dos candidatos na TV!

Mesmo intelectuais como Eduardo Lourenço, influente apoiante de Lourdes Pintasilgo, que mostra nada ter compreendido das verdadeiras questões em jogo, não foge à tentação da linguagem futebolística quando, atacando democratas de reconhecido mérito, fala no «estratego belenense» contra «a massa benfiquista»...

Entretanto as eleições presidenciais não são um desafio de futebol, nem o «barómetro» dos candidatos no seio do eleitorado se mede com essa forma nova de mistificação da opinião pública que são as sondagens de encomenda, em absoluto carecentes de rigor científico, com os quais procuram influir na opção de voto dos cidadãos e cujas monumentais inexactidões foram comprovadas ainda recentemente em Portugal.

Quem não se lembra das célebres «sondagens» que davam 43% ao PS nas legislativas e dos seus realíssimos resultados finais de 20,8%? Dos 7/10% para o PRD e dos 18% que de facto obteve? Dos 13/14% que as «sondagens» davam para a APU em Lisboa nas autárquicas onde afinal obteve 33% e se afirmou como segunda força na capital do País?

Sim, há um desafio, mas à consciência política e à inteligência do povo português, ao seu discernimento do que está verdadeiramente em jogo. Como Álvaro Cunhal disse no seu discurso de Sacavém «ou com a eleição de um candidato da democracia se confirma a evolução da situação positiva de 1985 e o regime democrático se consolida; ou a direita consegue eleger um dos seus candidatos [Freitas do Amaral e Mário Soares],

e nesse caso criará condições para anular grande parte das derrotas que sofreu em 1985, retomará as suas alianças e passará a uma ofensiva geral, violenta e brutal contra o regime democrático e as suas conquistas».

A Conferência Nacional do PCP não só reafirmou os objectivos centrais da democracia portuguesa nas eleições presidenciais como apontou o candidato à volta do qual se verificam consensos capazes de lhe garantir a vitória.

Para reforçar e alargar o empenhamento do PCP na luta pelos objectivos centrais expressos, a Conferência confirmou a justeza da designação do camarada Ângelo Veloso como candidato do PCP, um candidato cuja legitimidade é incontestável e que reconhecidos manipuladores e mistificadores da opinião pública, como Proença de Carvalho, pretendem esbulhar dos seus direitos legais e das suas prerrogativas eleitorais.

«**D**errota os candidatos da direita e assegurar a vitória de um candidato da democracia» é o objectivo iniludível das forças democráticas nas eleições presidenciais de 26 de Janeiro, apontado pela Conferência Nacional do PCP.

Nenhuma dúvida para um democrata minimamente esclarecido deve subsistir sobre a natureza de direita — antidemocrática — das candidaturas de Freitas do Amaral e Mário Soares.

Os apoios declarados ou tácitos de um e outro da parte das forças sociais e políticas hostis à democracia e ao 25 de Abril são inequívocos, ambos exibem o seu vesgo anticomunismo, ambos se irmanam em objectivos comuns do plano contra-revolucionário.

Sobre o candidato democrático capaz de recolher o consenso generalizado e imprescindível para derrotar os candidatos da direita subsistem, contudo, incompreensões e dúvidas que é imperioso dissipar e ultrapassar.

Álvaro Cunhal pôs o dedo na ferida no seu discurso de Sacavém:

«Os termos com que certos meios democráticos, incluindo próximos de nós, incluindo alguns camaradas nossos, se encara esta eleição, se classificam os candidatos, se consideram os objectivos, se avaliam as possibilidades, se definem preferências e opções em termos de simpatia e de sentimento, acusam a nosso ver que as transcendentes consequências das eleições presidenciais não estão a ser por todos compreendidas.»

Na Resolução Política da Conferência, o PCP aponta como a candidatura que dispõe à partida de fortes apoios «a única que está a caminho de alcançar o consenso e a convergência democrática» a de Salgado Zenha.

Entretanto, a divisão dos votos do campo democrático

Resumo

30 Segunda-feira

A JCP denuncia a preferência do Governo para o ensino superior privado, salientando que, havendo um corte de 150 mil contos na verba para o ensino superior oficial, o privado se vê contemplado com 400 mil contos. ■ Prossegue o debate do Orçamento Suplementar dentro da subcomissão parlamentar de Economia, Finanças e Plano. ■ Segundo um estudo da Comissão Nacional da FAO, os portugueses têm uma alimentação desequilibrada. ■ A Comissão de Mulheres da CGTP-IN salienta, em comunicado, que o programa do Governo «ignora, pura e simplesmente, a condição feminina». ■ Continuam interrompidos os acessos rodoviários ao maciço central da Serra da Estrela. ■ São vinte mil os turistas que se encontram no Funchal para saudar a chegada de mais um ano. ■ O PCP acusa o Ministério da Saúde de agravar a situação hospitalar. ■ Salgado Zenha afirma que o ano de 1986 será determinante para o futuro de Portugal. ■ Trabalhadores da MP Roldão fazem vigília contra os salários em atraso. ■ Winnie Mandela é presa pela polícia sul-africana.

31 Terça-feira

Ramalho Eanes afirma que Salgado Zenha «é um homem que reúne as características necessárias para o cargo» de Presidente da República. Eanes falou no final de um almoço com o candidato, onde lembrou aqueles que o criticam que «olhem mais para o seu próprio comportamento». ■ Tomam posse a Câmara e a Assembleia Municipais de Évora. ■ Em Vila Real de Santo António, a Aliança Povo Unido lança um comunicado onde reafirma a sua intenção e disponibilidade de continuar a lutar pela melhoria das condições de vida da população. ■ A Rodoviária Nacional alerta os utentes para a existência de senhas de passe falsificadas. ■ O equipamento informático do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa é pasto das chamas. ■ Rosa Mota vence, pela quinta vez consecutiva a corrida de São Silvestre de São Paulo, no Brasil. ■ Atentados e explosões em Beirute: oito mortos e cinquenta feridos. ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena as agressões sul-africanas ao Lesotho.

1 Quarta-feira

Este é o primeiro dia de um ano que se quer novo. ■ Portugal passa a ser membro de pleno direito da Comunidade Económica Europeia. ■ Entra em vigor o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e diversos produtos aumentam de preço. ■ Na sua mensagem de Ano Novo, o Presidente da República salienta termos «condições para realizar as tarefas de modernização e desenvolvimento indispensáveis à consolidação de uma plena democracia». ■ O Movimento Ecologista Português - Partido «Os Verdes» manifesta-se, em documento, «firmemente convencido de que, este ano, não pode haver nada mais importante do que eliminar o perigo de uma guerra». ■ Os cientistas portugueses fazem desde hoje parte do grupo internacional de investigação sobre doenças tropicais. ■ Winnie Mandela é libertada e declara ter chegado a altura de o povo sul-africano dizer «basta!».

2 Quinta-feira

O balanço da operação «Rota Certa» realizada pela Brigada de Trânsito da GNR é trágico: 67 mortos e quase mil feridos nas estradas portuguesas. ■ O Partido Renovador Democrático insurge-se contra o «esquecimento» que a RTP lhe vota. ■ Pintasilgo apresenta o seu manifesto eleitoral. ■ O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Porto rejeita a alteração dos horários do sector recentemente decidida pela Câmara Municipal do Porto. ■ Agudizam-se os conflitos laborais no distrito de Leiria. ■ Soldados das Honduras atacam, por duas vezes em 48 horas, tropas fronteiriças da Nicarágua. ■ Mikhail Gorbachev salienta que a moratória soviética dos ensaios nucleares ainda se encontra em vigor. ■ Os presidentes libanês e sírio debatem a situação no Líbano.

3 Sexta-feira

Um bando de agrários ataca a tiro uma herdade pertencente à UCP Água de Lupe, no concelho de Évora. ■ Em entrevista ao Diário de Notícias, Eduardo Prado Coelho, conselheiro de Pintasilgo pugna por uma aliança com Mário Soares. ■ O Tribunal Constitucional admite apenas cinco candidatos à Presidência da República. ■ Adriano Moreira defende a mudança do sistema político. ■ O julgamento das FP's-25 é de novo suspenso. ■ Família que vivia numa gruta é esmagada por rocha, no Funchal. ■ Toma posse a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. ■ O comissário português na CEE tem o pelouro das pescas. ■ A comissão parlamentar de economia corta 47 milhões do Orçamento Suplementar do Governo. ■ Navios de guerra norte-americanos partem de Nápoles com destino desconhecido no Mediterrâneo.

4 Sábado



O candidato do consenso

No pavilhão do Sacavenense, a Conferência Nacional do PCP sobre as eleições autárquicas conclui, por unanimidade, que Salgado Zenha é o candidato da democracia melhor situado para vencer. ■ Os dirigentes sindicais foram proibidos de entrar na Carbogal quando o Presidente da República visitou esta fábrica, denunciando os trabalhadores. ■ Reúne-se o Conselho Nacional do CDS. ■ Patrão da Coagro assalta a empresa de noite e retira toda a mercadoria. ■ Toma posse a Câmara Municipal do Seixal. ■ Em declarações à Antena 1, Manuela Eanes afirma que Salgado Zenha tem «uma mesma posição de dignidade e uma grande coragem moral». ■ O governador de Macau, Almeida e Costa anuncia que abandonará o cargo «um dia ou dois antes das presidenciais». ■ Salgado Zenha acusa os ministros e secretários de Estado de só conhecerem do Algarve os hotéis de luxo. ■ A neve impede a circulação rodoviária entre a Covilhã e Seia. ■ A Líbia solicita à ONU a adopção de medidas adequadas perante a ameaça proferida pelos Estados Unidos de desencadear ataques militares contra este país. ■ Na África do Sul, milhares de pessoas participam no funeral do dirigente Brian Bishop.

5 Domingo

No Porto, Ramalho Eanes afirma, no decorrer de um almoço comemorativo da sua reeleição, que Zenha «será um grande presidente». ■ Enquanto Freitas do Amaral se compara a D. Afonso Henriques (!?) Mário Soares renova os seus ataques contra Zenha e Eanes. ■ A Comissão Política do MDP/CDE reafirma o seu apoio a Salgado Zenha. ■ Realiza-se o 1.º Encontro Concelho de Cultura, Recreio e Desporto do Barreiro. ■ O Benfica e o Futebol Clube do Porto empatam a zero na Luz, jogo que foi presenciado por mais de 110 mil pessoas, o que constitui novo recorde em Portugal. ■ Os Estados Unidos estendem à Europa o ambiente de tensão que criaram no Mediterrâneo, ao proferirem as ameaças contra a Líbia. ■ Winnie Mandela salienta que «não haverá paz na África do Sul enquanto o apartheid estiver em vigor».

6 Segunda-feira

O debate do Orçamento Suplementar de 1985 que decorre na Assembleia da República demonstra, uma vez mais, a fraqueza do Governo. ■ Com o apoio da GNR, um falso reservatório invade terrenos da UCP Agrícola de Cabrela, de Montemor-o-Novo. ■ Alberto João Jardim confirma ser estratégia da direita uma segunda volta com Soares e Freitas. ■ Os produtores de melão do Ribatejo reúnem-se em Alpiarça para analisarem a importância económica da sua actividade. ■ Assaltantes roubam 6500 contos de salários na Tudor. ■ Nos locais mais abrigados, a neve atinge os quatro metros na Serra da Estrela. ■ Os enfermeiros do hospital Miguel Bombarda suspendem a sua greve. ■ Tomam posse a Câmara e a Assembleia Municipais de Almada. ■ As forças armadas chilenas ameaçam com novo golpe caso a democracia vença no Chile. ■ O presidente norte-americano convoca o seu Conselho de Segurança. Persiste a ameaça contra a Líbia. ■ O presidente francês quer impor nova lei de horário de trabalho.

7 Terça-feira

Na AR inicia-se o debate na especialidade da proposta de lei do Orçamento suplementar ■ Reunidos em plenário, os trabalhadores da Carris marcam uma paralisação de duas horas e meia para dia 15 ■ O INE revela que a taxa de inflação de Dezembro de 84 a Novembro de 85 terá atingido os 20 por cento ■ «Nem tudo é límpido na atribuição de casas do Governo» de João Jardim, sublinha a DORAM do PCP, referindo-se ao concurso para distribuição de habitações às famílias que «vivem» em fumas, na Madeira ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Organização da Conferência Islâmica, reunidos em Marrocos, decidiram apoiar a Líbia face às ameaças de que está a ser alvo por parte da administração Reagan ■ O «prosseguimento dos actos de agressão e práticas abusivas das forças ocupantes» de Israel no sul do Líbano leva este país a pedir uma reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas ■ Na África do Sul mantém-se a situação de violência contra a população negra: confirma-se o despedimento de 20 mil trabalhadores mineiros, morre às mãos da polícia uma mulher na província oriental do Cabo, segundo foi anunciado em Joanesburgo.

co poderia permitir que Freitas e Soares passassem para a segunda volta, eliminando os candidatos democráticos.

Por isso, nas condições expostas — diz-se na Resolução Política — «o melhor serviço que podem fazer à democracia candidatos democráticos que não disponham dos referidos apoios é desistirem a favor do candidato que conte com eles».

Não é «segredo dos deuses» que estas palavras visam e se aplicam directamente à candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo.

A engenheira Lourdes Pintasilgo situa-se na área democrática, mas certos dos seus postulados e da sua prática política como candidata, assim como posições claramente definidas por altos responsáveis ou influentes apoiantes da sua candidatura suscitam sérias reservas.

Mas as reservas fundamentais são não ter os apoios necessários para vencer, a sua impossibilidade prática de recolher na primeira volta votos necessários para passar à segunda.

Os comunistas não sancionam nem podem estar de acordo com certas posições e opiniões de Salgado Zenha.

O PCP tem também na devida conta posições de Zenha no passado que não favoreceram e antes prejudicaram o processo de consolidação do 25 de Abril.

Mas sem dúvida Zenha tem assumido posições favoráveis à democracia, e reúne à sua volta apoios indispensáveis para assegurar a vitória.

A Zenha, como a outros democratas que dele hoje divergem, se aplicam as palavras da Resolução Política da Conferência: «Uma vez mais na história da luta dos democratas portugueses, se coloca como imperativo sobrepor o que os une àquilo que os separa».

De facto, como salientou Álvaro Cunhal em Sacavém, é uma questão de vida ou de morte da democracia a que se coloca aos democratas portugueses nas eleições de 26 de Janeiro.

«Trata-se — disse ele — de uma grande batalha, de uma batalha decisiva.»

O PCP não deseja produzir fracturas entre os democratas e sabe — até por experiência própria — que não há questões irredutíveis entre combatentes de uma mesma causa e que para superar as divergências para convergir em objectivos comuns os democratas portugueses têm tido sempre na sua luta histórica a coragem necessária para desprezar os factores de divisão e encontrarem o caminho da unidade.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alicarova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Novembro: 35 555

Semana

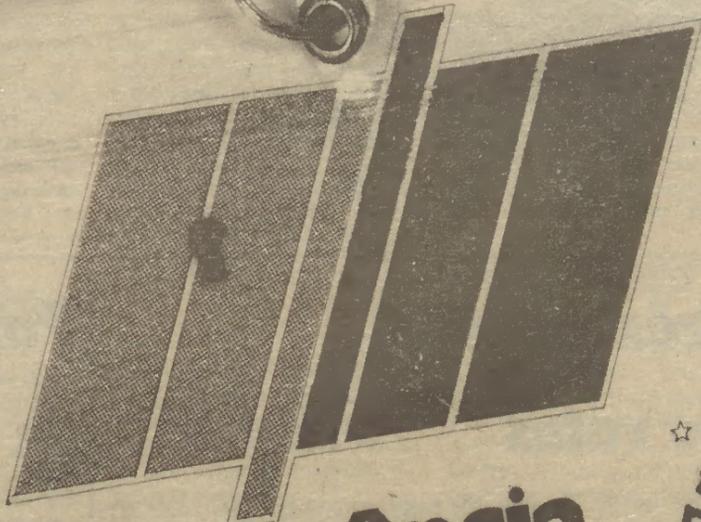
Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 628

9 de Janeiro de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



**Conferência
Nacional do PCP**



Reportagem

Págs. 2 e 3

**Unir
os Democratas
para a vitória
da Democracia**

José Saramago

**VIAGEM
A PORTUGAL**

editorial
CAMINHO

O prazer de ter bons livros para ler

4.ª edição
45 500
Exemplares



Doze badaladas

Uma a uma, ressoaram as doze badaladas da meia-noite e o cidadão, conscienciosamente, cumpriu gestos tradicionais. Ia-se o ar... velho, viva o novo ano. Com algum dinheiro no bolso, fez as tropelias amáveis regadas a espumante pela noite fora; com menos, subiu a uma cadeira e comeu doze passas, uma a uma, augurando-se a si e aos seus prosperidades várias, quem sabe o pagamento dos salários em atraso; com nenhum cobre, deixou-se ficar onde estava, só com a esperança acesa de que isto mude para melhor. Falamos do cidadão democrata e do novo ano que entrou. A experiência e a vontade do cidadão não muda assim ao soar a badalada final de um ano anunciando outro. Nem mesmo que assista de finca-pé aos programas de televisão que fazem por ele um balanço de 1985 e lhe anunciam as perspectivas iluminadas de 1986. Se o cidadão acreditasse em tudo o que lhe dizem e mostram, do que lhe escrevem em pesados jornais de direita e lhe sussurram ao ouvido através da rádio, lá se iam as suas esperanças, substituídas por outras, ilusórias embora coloridas e musicadas, garrafais.

Acreditaria que o que se passou no ano findo foi, por exemplo, a assinatura do tratado CEE e nada mais do que isso. A bochecha gorda de Soares, tapando e destapando a caneta, rubricando páginas como sentenças, preencheria o ano de 1985.

Estremecendo de expectativa, o cidadão preparar-se-ia então para voar para a Europa aterrando no reino da abundância, ao soar a última badalada. Voaria sonhadoramente num «concorde» com Cavaco por piloto e Soares por dispenseiro... e Freitas a agulhar. Mas a experiência, a memória, a própria inteligência, não são coisas que se esfumem com badaladas mágicas. E o cidadão, desfazendo imagens e sons e letras à sua frente, soube perfeitamente que Portugal não estava a entrar na CEE, mas era a CEE que penetrava nesse minuto em Portugal. Para não assustar, tinham-lhe dado um misterioso nome, IVA, com dois apelidos, «verdade» e «justiça». E logo se viu que, em vez dos tais preços mais baratos, eles subiam, sorratamente, ao raiar da manhã...

**

Ao raiar da manhã, com a boca a saber a papéis de música ou apenas com o gosto das passas ou tão só com o hábito leve de quem não comeu nada que se visse, o cidadão concluiu que não se empanturrou de CEE, nem a Europa que entrou lhe trará mais pão para a boca, mais liberdade para os gestos ou para as palavras, nem mais bem-estar, nem futuro que se veja. Mas concluiu também que o ano amanhecendo traz novidades verdadeiras, como história verdadeira foi a que o ano encerrado fabricou.

Recorda o cidadão as batalhas travadas, o balanço está feito e é positivo, não nos demoremos nele, olhemos em frente que amanhã é já hoje e há tarefas inadiáveis. Do que se trata hoje é menos da CEE cujas negociações foram desastrosas para Portugal. Do que se trata é de Portugal ele próprio, território e gente que o anima e que alguns querem pôr a reboque — mais ainda! — dos grandes potentados monopolistas e não ligá-lo a uma geografia e a uma cultura a que sempre pertencemos.

Do que se trata, este ano que entrou, é da independência, da liberdade, da democracia. E logo um momento alto da luta por esses bens muito concretos avulta no mês primeiro do ano chegado. Vamos a eleições, pensa o cidadão. E a experiência que tem diz-lhe que os mesmos contadores de ilusões de CEE também lhe mentem quando se conversa de lutas por cá. Acende o televisor e não vê senão candidatos que de braço dado disputam com a mesma filosofia o mesmo lugar. O candidato da sua preferência, ou da sua escolha inteligente parece não existir, embora todos falem dele, apontando-o de arranjar más companhias. Até os «feixes» televisivos lhe voltam as costas e se perdem na serra algarvia para que a reportagem não chegue a tempo. Um semanário de direita mostra o candidato democrático rasando o fundo das sondagens, os apoios faltam-lhe, o candidato não fala sequer no almoço comemorativo da reeleição de Eanes. O cidadão sorri destas miúdas e vis mentiras, alinhavadas no estilo do «Tempo» num «Expresso» desesperado.

A sua experiência e a sua confiança sobram. Soube por amigos do que se passou em Sacavém. Sabe o trabalho que o espera nestes primeiros dias do ano novo. Mas para si o trabalho é um modo de viver a vida e não de lhe fugir. Decide que o ano velho ainda não acabou, que um novo ano está por fazer e lá para fins de Janeiro se cumpre a primeira data no calendário português. Os da CEE nada percebem de tempo.

■ LM

25 linhas é pouco

Confesso que estava cansado e que não sabia muito bem o que haveria de fazer à minha vida, depois de um dia tão cheio como foi aquele sábado que todos juntos passámos no pavilhão do Sacavenense.

Foram horas a fio ouvindo atentamente diversas intervenções e calcorreando em todas as direcções o recinto do grupo desportivo, uma vez mais transformado pelos comunistas em centro de decisões.

Estava cansado, dizia. Do muito que tinha visto e ouvido,

muito haveria agora para escrever, e o problema residia em que apenas tinha vinte e cinco linhas para dizer de tudo. Convenhamos que não era uma situação das mais fáceis. Sabia que para os bombeiros tudo tinha corrido sem problemas de maior, as pessoas evitaram fumar e só uma mulher precisou de assistência médica, não seria por aí que haveria que escrever. Então sobre quê? Só em 25 linhas?

Como nestas coisas há sempre um mas e um amigo que nos ajuda quando julgamos desespe-

rar, alguém houve que se juntou a mim. Disse ter coisas interessantes para me dizer e que não perderia o meu tempo... Tive a entrevista!

Disse chamar-se Pavilhão, e afiançou não perder um desafio do Sacavenense. Mais nos disse. Que se sentia honrado e feliz por, mais uma vez, os comunistas o terem escolhido a ele.

E lembrou-nos não ter sido esta a primeira vez. Falou-nos de Dezembro de 1980 e de Eanes, de como gostou de ver tanta juventude a discutir assuntos

tão importantes no seu Congresso e do que para ele representou ter sido escolhido para se falar do Poder Local e das Eleições.

Agora... «Agora sei que vou ficar na história, porque dentro das minhas paredes foram já muitos os milhares de pessoas que discutiram e escreveram a história com letra maiúscula. Tenho ou não razões para me sentir feliz?».

■ JM

Três milhões de votos

Até ver, não se ganha uma eleição só com projectos, e milagres não há. São precisos votos. Num prazo muito curto, atravessado por fortes confusões, é indispensável reunir e concentrar dois milhões (se forem três, ou deste total se aproximarem, tanto melhor) de boletins de voto no candidato da democracia, claramente indicado na Conferência Nacional do PCP. Numa altura de imaginosos cenários voluntaristas e basto espontâneos donde o rigor é prescrito, a campanha para a Presidência da República não pode deixar qualquer ponta solta. Primordial será desde hoje até dia 26, ou até 16 de Fevereiro, se for esse o caso, fazer convergir num só sentido todos os esforços para alcançar esse total de votos.

Como se de salvar uma vida se tratasse — e uma das notas mais claras da Conferência do dia 4 foi precisamente essa — a direcção principal da luta deverá incidir na precisão e presciência do voto. Todas as intervenções na tribuna da Conferência visaram o objectivo da unidade de votação no candidato Francisco Salgado Zenha. As dificuldades que existem podem e devem ser vencidas. O discurso do secretário-geral do Partido e as intervenções dos delegados não deixaram pontas soltas. São enumerados com precisão os apoios de que a Democracia necessita não apenas para ganhar. São evidentemente indicados, sem a mínima dúvida, os apoios necessários à Democracia — para viver. Parece-nos ser este o objectivo número um da vitória nas eleições presidenciais, quando olhámos de perto o que se passou no último sábado em Sacavém. À Democracia não basta ganhar. Tem que viver.

■ AL

Um dos mais fortes apoios à candidatura

O movimento operário e popular é um dos elementos mais fortes no apoio à candidatura da unidade. A Conferência Nacional do PCP de novo confirmou que a movimentação sindical, apesar dos golpes que a unidade tem sofrido em alguns sindicatos, continua a dispor de condições próprias para desenvolver no seu terreno específico uma produtiva campanha contra os candidatos da direita às próximas eleições presidenciais.

As características do movimento sindical, às quais a Con-

ferência aludiu, podem proporcionar, por outro lado, as condições mais apropriadas à unidade baseada em interesses objectivos e de vasto alcance. A organização sindical e as comissões de trabalhadores nos locais de trabalho — interligadas no que habitualmente se designa por ORTs — sem perda da independência que caracteriza o movimento sindical unitário, podem intervir, muitas vezes em condições óptimas, para o forte reflexo da unidade sindical nas urnas, logo no dia 26. A presença

de alguns dos mais destacados dirigentes nacionais da CGTP-IN na Conferência Nacional do PCP, no passado dia 4 em Sacavém, evidencia certamente a importância decisiva que o movimento sindical atribui ao próximo acto eleitoral, e indica também o sentido das tomadas de posição que não se farão esperar da parte das massas trabalhadoras organizadas e, como tal, prontas a intervir desde já num dos actos da democracia que maior empenho reclama e não pode dispensar.

■ AL



Palavra certa

Foi logo à chegada. Bem apetecia ao repórter ouvir, nas conversas trocadas entre dois abraços, as opiniões discordantes, as dúvidas, as interpretações diversas sobre as teses que iriam ser apreciadas no interior do pavilhão. Tais opiniões, sabia-se, existiam não apenas em certo eleitorado ligado aos comunistas e ao campo democrático, mas também em alguns camaradas. E, antes que as primeiras palavras abrissem o debate na sessão primeira, era natural que corresse por ali na conversa informal e amigável que rodeia sempre os recintos solenes das grandes iniciativas partidárias.

Mas, mesmo antes do penetrante discurso do secretário-geral do PCP, as opiniões concordavam já na generalidade, ganhadas já para uma posição comum de apoio ao candidato democrático do consenso que já se verificara, divergiam apenas na consideração que merecia, pessoalmente, a personalidade e a posição da candidata que obsta ainda a uma vitória mais clara do primeiro.

Nas conversas por onde passámos não era, porém, esse tom

de concordância, um convite ao desinteresse. Um grande entusiasmo percorria-as.

No final da sessão da manhã, o resultado era um dado adquirido. Até ouvimos, percebendo logo a ortografia intencional, um camarada dizer: «Isto está a de-Zenhar-se»...

■ LM

Intervalo

O cheiro das bifanas entrava pelas portas escancaradas, abria caminho entre os participantes que não chegaram a encontrar lugar para se sentarem, infiltrava-se pelo pavilhão à mais leve deslocação de ar, chegava às bancadas apinhadas de gente e instalava-se no subconsciente colectivo com a persistência de um convite irrecusável. Foi assim quase toda a manhã; sem grande esforço de imaginação, como todas as coisas que se sabem acontecer sem necessidade de as ver, era possível entre cada intervenção, numa pausa da atenção proporcionada pelos aplausos ou simplesmente pelo leve desviar de cabeça para ver um amigo, ter a imagem de tenros e condimentados pedaços de carne a serem lançados na frigideira, salteados na quentura loura onde estalam folhas de louro e num gesto de distraída eficiência saltarem para pães estaladiços a aguçar o apetite.

O mais comovedor de tudo era saber da comunhão de ideias que juntavam os que estavam fora e dentro do pavilhão, uns preparando o almoço e ouvindo as intervenções pela instalação sonora, outros atentos aos discursos e sentindo o cheiro do almoço, todos colaborando para o objectivo comum, num mano-a-mano para saciar as consciências e as barrigas. É claro que à medida que as horas passavam e os relógios secretos da fome davam as suas badaladas, que o engano do cigarro não distraía porque a sala não se compadecia com os truques dos fumadores, os cheiros de fora impunham premissas cada vez maiores, agora com o caldo verde pronto e quente nas malgas. Por isso mesmo é que se fazem os intervalos.

■ AF

A importância. Só!

Quando se fala numa grande iniciativa do PCP, como o foi esta Conferência Nacional, é obrigatório falar-se da presença e da participação das mulheres.

E esta obrigação advém única e simplesmente, da efectiva importância da presença das mulheres e da sua luta na luta global do Povo português.

Uma grande parte dos convidados eram mulheres e, como tal, aplaudiram entusiasticamente a segunda intervenção do dia.

Foi uma intervenção onde se falou das mulheres e das presidenciais. Onde se falou de coisas tão importantes como o direito ao trabalho e a uma igual remuneração, onde se falou da lei sobre a interrupção voluntária da gravidez e da luta geral do Povo português.

Uma intervenção onde se disse, nomeadamente, que as mulheres votarão no candidato do consenso, porque só ele — e mais ninguém independentemen-

te das simpatias que se tenham — pode ser um garante da Constituição e, conseqüentemente, dos direitos fundamentais das mulheres portuguesas.

E foram algumas centenas dessas mulheres portuguesas que, no final, levantaram o braço empunhando o seu cartão vermelho para dizerem que concordavam inteiramente com as decisões tomadas unanimemente.

■ JM

Presença contagiante

Estava-se a meio da tarde. Só a jeito, para quem chega, se consegue romper por forma a ver a tribuna de onde os oradores, desde o recomeço dos trabalhos, após o almoço, proferem as suas intervenções.

O espaço interior está literalmente ocupado. Esgotadas as bancadas, escadas e corredores de acesso, nada sobra. De tal modo que está o ar, agora mais quente, parece tornar menos frio o cimento das bancadas, as quais, já de si, pela manhã, se haviam revelado manifestamente insuficientes.

No exterior, potentes e bem colocadas colunas são a forma possível de ir dando conta do que se vai passando a quantos, em elevado número, aguardam melhor oportunidade para entrar.

Quebrando a cadência do debate, a dada altura, é anunciada a chegada de uma saudação à mesa da Conferência. Finda a sua leitura uma prolongada e ruidosa ovação percorre o vasto ginnodesportivo. O que por mais de uma vez tentara timidamente impor-se ao longo dos trabalhos irrompe finalmente em forte uníssono.

«JCP», «JCP», sai entusiasticamente de centenas de gargantas. Uma vez mais se repetia, inovadora e contagiante, a presença dos jovens comunistas. Ali

estavam, firmes, para dizer que contassem com eles para, «na acção convergente necessária, derrotar os candidatos da direita e eleger o candidato da democracia».

Livres e generosos, quiseram reafirmar, como lembrava a saudação, a sua disponibilidade para se envolverem decididamente «Em todas as tarefas necessárias para alcançar com êxito os objectivos definidos pela Conferência».

■ JC

O melhor de tudo

Está? Ora viva! Tudo bem por aí, os miúdos estão finos? Amanhã conta com mais dois para dormir... vamos à Conferência. Mais coisa menos coisa palavras como estas foram ditas um sem número de vezes a semana passada, em conversas telefónicas que de todo o país convergiram para Lisboa fazendo vibrar os cabos onde os pássaros se embalam ao som dos bz, bz, bz, linguagem de sons que os telefones transmitem e ao menos de vez em quando para alegrar o coração da gente.

É quase certo que nesses dias, nas mais diversas circuns-

tâncias, centenas de pessoas disseram para os seus botões «o que vale são estas reuniões ou a malta nunca se via»; e o tempo do dia a dia correu mais depressa, na certeza do abraço que ia chegar, da ceia sempre improvisada com os mimos que se guardam para os amigos.

Uns vieram do sul trazendo consigo as amenidades algarvias, mãos cheias das alegrias de Vila do Bispo ou das ansiedades de Vila Real — deixa estar que a malta vai continuar a batalha, não se desiste nunca — (outros as canseiras alentejanas que a azeitona já está apanhada e o Inverno é tempo de incertezas em que mais do que nunca é preciso cultivar a esperança, outros chegaram ao norte com notícias da neve e das festividades passadas à lareira, todos a espertarem os alfacinhas de gema ou de empréstimo dos ardores, primeiro as notícias da amizade que os quilómetros de distância não apaga, depois a política que levou cada um para seu lado e mais ainda nos une.

Nestas ocasiões os hotéis e as pensões não registam enchesentes. Porque a malta não tem dinheiro? E que tivesse... Porque o melhor do mundo são os amigos.

■ AF

Tudo vermelho

O futebol também foi à Conferência.

No campo do Sacavenense, mesmo ao lado do pavilhão, disputava-se animada partida entre a equipa da casa e o Camarate, com os aplausos dos dois acontecimentos misturando-se no ar: uns, transbordando do edifício, outros, manifestando-se à volta do jogo.

Entre o público futebolístico viu-se, às tantas, gente com cartões da Conferência ao peito, mastigando sandes, empunhando garrafas de cerveja e procurando, com aplicação, inteirar-se do andamento do desafio. Estava-se num intervalo da Conferência e quem, decerto, se apercebeu bem disso foram os atletas em campo: a assistência havia crescido de um momento para o outro.

Um delegado, que mais tarde viemos a saber que vinha de Coimbra, aproximou-se de um grupo de evidentes «claquistas» e perguntou: «Quem está a jogar?». A resposta veio sem que nenhum par de olhos se desviasse do campo: «São os juvenis do Sacavenense com o Camarate». Já era alguma coisa. E o delegado insistiu: «Quem está a ganhar?». A resposta seguiu no tom da anterior: «Estamos a perder por dois um». «Ah...», fez o delegado em expressiva compreensão, «e quais são os do Sacavenense?».

Ái quatro pares de olhos viraram-se, fuzilantes, para o perguntador, mediram-no com esfíngica atenção e acabaram por tropeçar no cartão de delegado. Desataram então a rir e um deles, já com uma boa palmada no ombro do curioso, informou assim:

«São os de vermelho e negro! Mas deixe lá o negro — aqui é tudo vermelho!».

■ HC

Voices de unidade

«Tal como há cinco anos neste mesmo pavilhão...»

Não eram certamente todos os mesmos — nem os quase mil delegados, nem os outros milhares de convidados, que o Partido cresce e renova-se e nesse renovar e crescer se muda em tudo menos no essencial. O essencial, entretanto, é muita coisa — a batalha pela liberdade e pela democracia, o livre debate de ideias que conduz a uma firme unidade, por exemplo.

Tal como há cinco anos, nesse mesmo pavilhão onde foi assinada a sentença de derrota de Soares Carneiro e a vitória democrática, vozes, muitas vozes, outras vozes porventura, pronunciaram-se. E sentiu-se correr, nesse mesmo pavilhão, a força da unidade que levaria, no final a uma opinião unanimemente expressa. «Unir os democratas», dizia o lema. E, lembrando nós a vitória passada e a que se prepara, ganhava ao longo do dia clareza e nitidez a importância e a força dos comunistas nas grandes questões da vida nacional.

Era dessas vozes que em uníssono proclamaram, como há cinco anos, a sua determinação em trabalhar para a vitória, que as candidaturas da direita e os seus anunciadores têm medo. O medo da unidade que os comunistas já demonstraram saber construir e que germinava ali mesmo, em Sacavém, num pavilhão que se mostrou curto, de tal modo cheio de vozes e de confiança.

■ LM

Desde quando?!...

Conheciamos-nos razoavelmente — cinco ou seis encontros à conversa, em outras tantas ocasiões de afluência partidária — o que justificou um certo sublinhado nos cumprimentos, quando demos de caras no bar do pavilhão do Sacavenense. Na última vez que estivemos juntos, há coisa de três ou quatro meses, tinha havido polémica da grossa: ele, todo «pintasilguista», eu esforçando-me por demonstrar que a questão do «consenso verificado» não era nenhuma baleia. Daí a minha satisfação ao vê-lo, sorriso radioso e cartão de «Convidado» ao peito, congratular-se comigo, no meio de forte abraço, com «o sucesso da Conferência».

«Está no papo!», exclamava alçando a senha com o pedido das cervejas já pagas, «mas é preciso fazer ainda uma data de trabalho, camarada!». «Sem dúvida», dizia eu, com a «questão pintasilgo» a pular-me na língua e já ele me estendia a garrafa, me puxava para um canto mais abrigado da torrente da multidão e continuava, mão firme no meu ombro:

«Na minha zona vêem-se é alguns péssimos a ir para a Pintasilgo, mas a nossa malta está cada vez mais fixe!». «Mais Zenha», ria-me eu, reatando logo a conversa de há meses com um «até tu...»

«Até eu!», concordou com valentíssima gargalhada seguida de piscadela de olho e um puxaço de braço para a descida às oitavas da confidência:

«Ouve lá: desde quando é que a gente não pode mudar de opinião?!...»

■ HC

O trabalho que nunca se vê

A 48 horas do início da Conferência, um grupo de 30 camaradas da equipa de implantação da Festa do Avante! e da SIP central chegava ao pavilhão ginnodesportivo do Sacavenense com o objectivo de transformar o vasto recinto numa «sala» atraente e funcional para a Conferência Nacional do Partido.

Somando a capacidade de trabalho à experiência própria de quem trata por tu essas coisas da montagem de tubos e de carpintaria, o pequeno colectivo concluiu em tempo recorde esta sua tarefa. Sábado de manhã tudo estava a postos para receber os milhares de delegados e convidados.

Pela sua parte (e não esquecendo a colaboração da organi-

zação comunista de Loures), os camaradas da Festa do Avante! montaram a tribuna, instalaram um bar no exterior do pavilhão e, no cruzamento de Sacavém com a estrada de acesso a Moscavide, ergueram uma torre alusiva à Conferência.

A realização da Conferência exigiu ainda a concretização de outras tarefas fundamentais com a decoração, o som, a reprodução e distribuição de textos e documentos, o serviço de bar (não faltaram os bolos, a «bica», as bifanas no pão e até a sopa bem quente), o serviço de almoços, que funcionou na Cooperativa Sacavenense, o apoio aos representantes dos órgãos de Comunicação Social, o controlo, etc.

■ JPO

A solução

Manifestação inequívoca de clareza de ideias e da sua expressão pública, a Conferência Nacional do PCP avançou a análise coerente e objectiva dos principais aspectos em jogo na fase actual da vida política portuguesa, na perspectiva da eleição presidencial de 26 deste mês.

Nessa linha de esclarecimento de posições, o tema fundamental da convergência democrática e patriótica reservou, naturalmente, um espaço especial nas intervenções e nos documentos apresentados na tribuna do pavilhão do Sacavenense.

Perante representantes de todas as organizações regionais do Partido, perante largas centenas de convidados, perante representantes dos órgãos de Comunicação Social, a Conferência esclareceu e comprovou, na base de uma análise aprofundada, o significado real da convergência democrática e da sua necessidade imperiosa para o regime. Como ouvimos a alguém presente na bancada dos jornalistas, a convergência, como o PCP a define, é a solução imbatível para a vitória da democracia sobre o autoritarismo.

Que solução é essa? A Resolução Política aprovada por unanimidade pelos delegados, no fim dos trabalhos, identifica-a desta maneira:

«Convergência do apoio e dos votos de democratas e patriotas nas eleições presidenciais de 26 de Janeiro significa essencialmente o apoio e os votos convergentes dos mais importantes sectores de opinião que se opõem aos candidatos da direita, designadamente o sector eanista (com Eanes), os sectores socialistas que se opõem à política de alianças de Mário Soares, sectores democráticos diversificados e o movimento operário, popular e democrático no qual o PCP representa um papel de primeiro plano».

Ficam dúvidas? ■ JPO

EPC «esclarece»...

Eduardo Prado Coelho «esclarece» algumas afirmações que deram lugar às ilacções que Álvaro Cunhal, na sua intervenção na Conferência Nacional do PCP, dia 4 de Janeiro, tirou da sua entrevista ao «Diário de Notícias» de 3 de Janeiro.

Diz E. P. Coelho no seu «esclarecimento»: «Nunca afirmei que Mário Soares e o seu projecto são os melhores.»

Disse E. P. Coelho na entrevista: «Penso que Mário Soares é o melhor» (nos debates) «estou inteiramente de acordo» com «a afirmação fundamental» do discurso de Soares: «é preciso alterar pontos fundamentais do sistema para que a democracia se consolide em Portugal.»

Diz E. P. Coelho: «Nunca afirmei» que «na hipótese de uma segunda volta entre Zenha e Freitas, Freitas seria o melhor.»

Disse E. P. Coelho na entrevista: «Não faria sentido dar uma indicação de voto numa segunda volta Freitas-Zenha» (...) «seria uma opção desastrosa» (...) «teria que verificar no momento o que era pior para a esquerda» e «para o País.» «Não creio que (F. Amaral) seja de facto um perigo para a democracia.»

Diz E. P. Coelho: «Nunca afirmei» que «o PCP é o inimigo número 1» «não defendo qualquer atitude anticomunista.»

Disse E. P. Coelho na entrevista: «Os partidos comunistas europeus só se chamam «comunistas» porque não é fácil mudar de nome e é preciso salvar a honra do convento» (...) «os partidos comunistas pretendem apenas continuar a manter a imagem de marca e a fazer as festas do «L'Humanité» ou do «Avante!»: o que é útil e já dá trabalho que chegue.»

Disse ainda E. P. Coelho e não «esclareceu»: «A renovação da esquerda portuguesa passa certamente pelo diálogo e a convergência entre o movimento de ideias suscitado pela candidatura de Pintasilgo e o movimento de ideias (sic) gerado (sic) em torno de Soares.»

Pelo que fica tudo claro...

Trabalhadores

Ofensiva contra a metalurgia nos distritos de Évora, Porto e Aveiro

Destruir e não pagar é o lema dos patrões

Continua a escalada dos salários em atraso. Enquanto, em Évora, a Coagro era assaltada pelos próprios patrões, «carregando (de noite) três camionetas de material para vender ao desbarato, segundo consta a um sucateiro», o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto revelava que, entre Outubro e Dezembro do ano passado, mais 700 trabalhadores do ramo foram atingidos no distrito pelos salários em atraso.

A dívida que, em finais de Outubro atingia os 345 mil contos, no sector metalúrgico do maior distrito do Norte, subiu em 31 de Dezembro para perto de 410 mil contos. Das 25 empresas atingidas passou-se em dois meses para 29; o total de trabalhadores com salários atrasados subiu de 4178 para 4893. A média dos débitos por unidade mantém-se nos 84 contos. Mas, segundo o Sindicato (STIMMDP) o montante da dívida «não contempla milhares de contos de retroactivos salariais por pagar em 11 empresas».

Com boa carteira de encomendas

«A maioria das empresas devedoras de remunerações tem boa carteira de encomendas», afirma o STIMMDP. «Vendem tudo quanto produzem e não são, por isso, enquadráveis na solução preconizada pelo Governo Cavaco Silva para "resolver" este flagelo social».

Além disso, «a J. Lacerda, por exemplo, não aplica as tabelas salariais do contrato colectivo da metalurgia desde 1975, regulando-se pelos salários mínimos nacionais. A EPI deve mais de mil contos de retroactivos, a Feruni mais de vinte mil, e a ENI não pagou até ao momento (6 do corrente) mais de mil horas de serviço extraordinário».

Para o STIMMDP, «a solução dos salários em atraso passa pela co-responsabilização das empresas e do Estado, que deverão garantir o pagamento regular dos salários e subsídios». Passa também, «em alguns casos, pela punição exemplar de empresas que não têm quaisquer razões para acumular dívidas aos trabalhadores, só o fazendo pela impunidade de que gozam face aos poderes públicos», acrescenta o Sindicato dos

des governamentais «vem sendo usual em casos idênticos e relacionados com outras empresas». O comunicado da USE cita os casos da Soconel, João Lopes Branco, José Simões Alves e, «mais recentemente, o escandaloso caso da FOR, vendida ao desbarato à Copaz». Agora, acrescenta a União dos Sindicatos, esta última empresa, «depois de os trabalhadores da FOR terem ido para a rua, está a abrir inscrições para aceitação de trabalhadores — com contratos a prazo, claro».

Entretanto, o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro acusava a administração da Molaflex de ensaiar «novo despedimento colectivo», suspendendo «mais de trinta trabalhadores», que mantém «inactivos e afastados da empresa». Pagando-lhes embora os salários, o patronato tem por objectivo, acrescenta o sindicato, «criar nos trabalhadores condições psicológicas que os con-

duzam a aceitar rescisões contratuais por acordo, ou se tal objectivo não for alcançado, criar os pressupostos legais que permitam um despedimento colectivo». Os trabalhadores da Molaflex, conclui o sindicato, «refletem em conjunto sobre as formas de luta a desencadear» contra «esta ofensiva da administração».

Ainda em Aveiro, os 120 trabalhadores da metalúrgica Paula Dias, com mais de sete meses de salários em atraso, decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, refere o mesmo sindicato, «até que a gerência lhes pague as retribuições em dívida». A empresa «possui boa carteira de encomendas», mas alega não ter «fundo de maneo para laboração normal». Os trabalhadores contestam esta afirmação.

Uma delegação da União dos Sindicatos de Aveiro foi recebida pelo governador civil.



Sobre todos os sectores da metalurgia e metalomecânica, de norte a sul do País, pesa uma das ameaças mais activas sobre o emprego na indústria, à qual os sindicatos opõem forte luta pelos salários e pelo direito ao trabalho (Foto de 1978, na MDF-Tramagal uma das empresas onde a acção conjugada patronato/governos de direita mais estragos conseguiu fazer)

LUTAS E TAREFAS

Num apelo publicado há dias pelo boletim «Nós» do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL) assinala-se que o comércio retalhista da capital dá sinais visíveis de extensa degradação. O CESL, que se refere a casos concretos e numerosos, apela à «criação de estruturas representativas fortes, junto das empresas e dos locais de trabalho, capazes de denunciarem as manobras contrárias aos interesses dos trabalhadores e da economia nacional, capazes de organizarem as lutas que o grande patronato nos impõe».

Apelando expressamente à sindicalização, o CESL indica várias empresas do sector retalhista de Lisboa: Joframa, Dinter, Pinheiros, etc., «(arbitrariamente encerradas); Pestana e Brito/Meia Hora, A. Rejojo e Rodriguez (citadas como fazendo parte do grupo das que «empurram os trabalhadores contra a parede» mediante a «rescisão amigável do contrato de trabalho», que esconde «o puro e simples despedimento ilegal»); Grandes Armazéns do Chiado e Grandela (referidos como «os casos mais notáveis» por, entre outros motivos, terem contraído «empréstimos bancários, cuja liquidação se encontra nitidamente fora das perspectivas comerciais de cada firma»). Na área das máquinas e ferramentas, o CESL designa como mais notórios os casos da Pedro S. Pires e da Francisco J. Simões, bem como o «escândalo» da Bertrand, na área dos editores e livrelros, «caso verdadeiramente típico da falta de escrúpulos e de princípios de certa categoria do patronato». São citadas ainda pelo boletim «Nós» a Rafael Burgette e a Sida-Sueca, a Nacional Rádio e a Olavo Cruz (todas da área dos grossistas e importadores de material eléctrico, as duas primeiras já encerradas e as outras «na mira do grande processo de destruição em curso»). «De passagem» é referido o «importante sector automóvel» e apontadas as firmas UTIC, Entrepósito, Eminco, C. Santos, onde — afirma o Sindicato — surgem diariamente novos factores de preocupação, criando nos trabalhadores «a angustiante incerteza no futuro». Mas o que o CESL designa por «rampa mortal» vai ser evitado porque «a capacidade de resposta das

organizações dos trabalhadores foi crescendo ao longo dos anos» e o apelo ao reforço da sindicalização encontrará eco positivo junto das massas trabalhadoras do comércio, escritórios e serviços da capital.

Enfermeiros em luta no Miguel Bombarda. Afirma o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul que, «durante a maior parte do tempo», existe naquele hospital e «na maioria dos serviços um enfermeiro ou enfermeira para sessenta doentes». Para uma média de 710 internados há 146 enfermeiros em quinze serviços de tratamento e recuperação. Mas, descontando o pessoal de enfermagem que não presta cuidados directos, salienta o Sindicato que só cem asseguram o funcionamento dos serviços nas 24 horas. A direcção sindical e a comissão de luta daquele hospital de doentes mentais fazem notar o seguinte: «A doença mental tem as suas exigências específicas, requerendo compreensivelmente uma preparação especializada que a quase totalidade dos enfermeiros deste hospital possui. Todavia, a sua escassez é de tal ordem que estão impedidos de programar e executar cuidados para além dos estritamente medicamentosos». As formas de luta anunciadas para os primeiros dias de Janeiro — «as quais podem desembocar na greve» — vêm na sequência de propostas que «têm sido feitas de há anos a esta parte» e que não têm sido ouvidas pelas entidades responsáveis, ou irresponsáveis, como o Sindicato admite.

O «controlo prévio dos preços dos bens essenciais» e um «cabaz de compras» são reivindicados ao Governo pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos. Os aumentos de preços devem ser contidos por forma a corresponder às «necessidades das camadas sociais de menores recursos».

Greves eram entretanto anunciadas, na EPAC e na indústria química, pelas respectivas Federações sindicais.

3.º Congresso da FSTRU

Nos próximos dias 18 e 19, a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos reúne em Lisboa o seu III Congresso. A FSTRU, estrutura intermédia da CGTP-IN, afirma que um dos principais objectivos daquela iniciativa é o reforço da luta pela unidade de todos os trabalhadores. Num apelo à participação, a FSTRU, que anunciou pela primeira vez a data da reunião do seu órgão máximo em 23 de Setembro do ano findo, sublinha que a discussão dos documentos a apresentar no seu III Congresso «é condição indispensável para o êxito das conclusões» e para a «definição dos objectivos a levar à prática pela Federação nos próximos três anos». A FSTRU assinala que a preparação e reunião da sua assembleia principal «terá lugar num contexto político, social e económico extremamente complexo e decisivo para a democracia». Quanto à luta desenvolvida nos últimos três anos (o II Congresso foi em Janeiro de 1983), a Federação dos rodoviários destaca a firme oposição ao projecto de «Decreto Regulamentar para os Transportes» onde o governo PS/PSD «sofreu uma derrota em toda a linha, assim como os divisionistas». Preparado «fundamentalmente nas empresas», pois é aí que surge «a maioria dos problemas que os trabalhadores enfrentam», o Congresso destina-se a melhorar a capacidade de intervenção nos locais de trabalho, e entre os seus objectivos centrais figura o reforço do movimento sindical unitário dirigido pela CGTP-IN.



Novo imposto

Reclamadas medidas contra a dupla tributação

A CGTP-IN afirma que «o Governo viola o código do IVA». Este imposto, importado ultimamente através da CEE, tem uma incidência pelo menos confusa. A ida do ministro das Finanças à televisão nada esclareceu. A organização dirigente do movimento sindical unitário, que reclama a participação nos programas televisivos sobre a adesão de Portugal ao Mercado Comum, acusa o Governo de estimular a especulação, que «se está a generalizar», designadamente fazendo incidir o IVA em produtos já sobre-carregados com o imposto de transacções.

A CGTP, que desde o fim do ano tem emitido vários comunicados sobre o IVA, salienta que, «contrariamente ao que tem afirmado a propaganda governamental, a entrada em vigor do imposto sobre o Valor Acrescentado vai determinar o aumento dos preços de muitos bens e serviços essenciais».

O caso do calçado, por exemplo. A própria Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Sucedâneos, que precon-

iza a alteração da legislação aplicável, foi das primeiras associações patronais a entregar um estudo nesse sentido ao ministro das Finanças. Os industriais afirmam, nomeadamente, que a introdução do IVA no sector provocará uma imobilização financeira.

É o caso também das tarifas aéreas. Aqui, são sobretudo os voos domésticos e as cargas que sofrem maiores aumentos: oito e dezasseis por cento, respectivamente. No que respeita aos transportes domésticos fora do Continente (Regiões Autónomas) a taxa a incidir sobre a carga atinge os 12 por cento.

Bens essenciais mais caros e os de luxo desagradados

O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, que na Televisão fez o possível por incutir a ideia de que o IVA não é um novo imposto, mas um imposto novo (são palavras suas) insistiu na «implacabilidade» do Governo contra os possíveis prevaricadores, mas esqueceu-se de dizer com que meios o Ministério das Finanças se vai tornar «implacável», assim de um momento para o outro. De um momento para o outro o que se sabe é que bens essenciais como sejam

os óleos comestíveis, a margarina, o sabão, os detergentes, a electricidade, o fornecimento de gás, transportes de passageiros, serviços de alimentação e bebidas, todo o material escolar e didáctico, o sal, os preparados de carne e de miudezas, que até agora não pagavam imposto de transacções, passam a incluir o IVA, o que segundo a CGTP, «determinará para o consumidor um aumento de preços de pelo menos oito por cento».

Em contrapartida, os produtos que baixarão de preço por via do IVA são, entre outros, o whisky, o gin, o esturjão (caviar), perfumes, peles de avestruz, pedras preciosas, objectos fabricados com metais preciosos, madrepérola, aviões e avionetas, objectos de porcelana, «kärts» e outros artigos de luxo que, recorda a CGTP, são «consumidos fundamentalmente pelas classes de rendimentos mais elevadas».

Essas mercadorias de luxo pagavam até 31 de Dezembro 90 por cento de imposto de transacções. Com a entrada em vigor do IVA pagam apenas 30 por cento.

Consumidores duplamente tributados

Energicamente condenada pela CGTP, a situação que se descreve a seguir requer, segundo a Central «medidas imediatas, a fim de pôr cobro à especulação e à dupla tributação dos consumidores».

Em relação aos produtos que tinham em «stock» e que transitaram de 1985 para 1986, as empresas vendedoras, ao antigo preço de venda, que tinha já incorporado o imposto

de transacções, estão a aplicar pura e simplesmente a taxa de IVA correspondente. Assim, os consumidores, em relação ao mesmo produto, estão a pagar imposto de transacções mais o IVA. Tal prática, que se está a generalizar, sem que o Governo tome quaisquer medidas para a impedir, provoca uma alta de preços e lucros ilícitos.

O Governo é o primeiro a violar o código do IVA

Além da taxa de 8 por cento

que já incide sobre a alimentação e as bebidas, as repartições de Finanças exigem dos restaurantes e cantinas a entrega ao Estado de mais 8 por cento das suas receitas. Segundo a CGTP, que na segunda-feira passada alertava para esta anomalia, «a taxa real sobre a alimentação» sobe assim para 8,64 por cento. Ao contrário da actuação «implacável» do Ministério das Finanças, que o seu titular prometeu na televisão, é o próprio Governo a violar a lei. Chamando a atenção para este caso, a CGTP-IN, além dessa atitude por parte do Governo, refere o «estí-

mulo» que o facto representa para a «especulação, que está a generalizar-se», contribuindo para agravar ainda mais «o processo inflacionista, já que as empresas vão transferir para os consumidores este aumento ilegal do imposto».

Ao reclamar contra o que está a suceder, a CGTP-IN «exige que o Governo ponha termo àquela tentativa para aumentar ilegalmente a taxa do IVA» e, ao mesmo tempo, que «tome medidas para pôr cobro à dupla tributação», pois continua a verificar-se, apesar de para ela já ter chamado a atenção.

A CGTP nunca foi ouvida sobre a adesão à CEE

Relativamente a algumas vozes, o silêncio é de ouro na RTP. Sucede que a «esmagadora» campanha televisiva que se iniciou no dia 1 sobre a adesão de Portugal à CEE, «deu única e exclusivamente a voz a representantes do patronato e a pessoas que intervieram a título meramente individual, sem qualquer critério objectivo». Perante o que considera da parte da RTP «uma visão pouco crítica» sobre «um tema de tão grande importância para a população portuguesa», a Central unitária, na sua indubitável qualidade de «maior organização social

do País», exige «ser ouvida, como voz que é dos trabalhadores portugueses, em futuros debates que a televisão promova sobre Portugal e a CEE». A CGTP-IN, que «nunca foi ouvida em qualquer debate da RTP sobre o Mercado Comum», protesta «contra este tipo de programas da RTP» e reclama da parte desta «critérios claros e objectivos, que presidam à informação e à escolha dos participantes». Nesse sentido, a Central anunciou que entregará uma exposição ao Conselho da Comunicação Social.



O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, que se apresentou (e ao seu Governo) como «implacável» no combate às fraudes sobre o IVA de que a Fiscalização Económica não quer saber

Um grande autor Alex La Guma 3 livros fundamentais. A luz que rompe as trevas. TEMPO DA MORTE CRUEL. Alex La Guma PARIS DE PEDRA. edições Avante!

O PARTIDO COM PAREDES DE VIDRO. Alvaro Cunhal. ARCO ÍRIS. Wanda Wassilewska. VIII SONETOS. Ary dos Santos. BARRANCO DE CEGOS. Alves Redol. OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS. Em qualquer altura do ano ofereça livros!

Terra

Produtores de melão do Ribatejo analisam problemas do sector

A importância económica da produção do melão e o seu futuro após a recente integração do nosso País na CEE, a estabilidade dos produtores, e aspectos relacionados com a política agrícola e de créditos, foram algumas das principais questões que estiveram no centro das atenções dos participantes no 1.º encontro de Produtores de Melão do Ribatejo, realizado no último domingo, no Pavilhão da Agricultura da Câmara Municipal de Alpiarça.

A iniciativa partiu da Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém e contou com a presença de 300 agricultores os quais aprovaram por unanimidade um documento onde se consubstanciam os seus principais problemas e preocupações e se apresenta um conjunto de reclamações cuja satisfação consideram indispensável para assegurar a defesa dos produtores, da região e da economia nacional.

Analisando a integração de Portugal no Mercado Comum, o Encontro constatou que o melão não faz parte do acordo negociado, situação que é encarada com apreensão dado que é entendida como prejudicial para os interesses nacionais, ao mesmo tempo que está a ser efectuada no sentido de «sacrificar áreas

de pequena e média lavoura» em benefício das grandes explorações agrícolas. O desinteresse do Governo em ouvir as opiniões da lavoura sobre esta matéria constituiu outra das críticas mais insistentemente levantadas pelos seareiros que usaram da palavra.

Sobre a estabilidade dos produtores, as conclusões do Encontro referem que a situação actual é preocupante na medida em que não é garantida terra com aptidão e não existe nenhuma portaria de arrendamento de campanha que defenda o seareiro da regulamentação que dá ao senhorio todas as garantias de poder despejar da terra os agricultores. Por outro lado, continuam a não ser cumpridas as tabelas de rendas máximas, a co-

meçar pela Companhia das Lezírias (várias intervenções denunciaram a existência de rendas de 3500\$00 para grandes rendeiros enquanto que a pequenos e médios agricultores e seareiros são exigidas rendas que chegam aos 40 contos), situação esta que se vem juntar à não existência de qualquer planificação na produção.

Quanto às questões ligadas ao mercado interno e externo e ao circuito de comercialização, os participantes no Encontro consideraram que a rede existente «não é de forma nenhuma satisfatória e eficaz, nem está virada para o apoio ao produtor e ao consumidor».

A este respeito foi salientado que a Junta Nacional das Frutas «nunca assumiu as responsabilidades que lhe cabem como organismo de coordenação económica», enquanto que, por outro lado, «os intervenientes mais ligados ao circuito de comercialização têm em linha de conta apenas um grande objectivo: o lucro cada vez maior, com menos despesas e trabalho».

Esta situação só é possível, no entender dos seareiros, devi-

do ao não tabelamento do melão a tempo e horas e ao facto de não se terem em conta margens de comercialização diferentes a partir do centro do País (Coimbra), para assim se «incentivar os intervenientes no circuito de comercialização a efectuarem um escoamento mais eficaz, mais correcto e mais justo em todo o País».

Detendo-se na importância económica que a produção de melão no Ribatejo representa para milhares de pessoas o documento de conclusões do Encontro refere que cerca de dois mil agricultores na região têm uma parte do seu sustento e da sua família ligado e dependente da produção de melão, cerca de seis mil pessoas estão em parte dependentes desta cultura, números a que há que juntar ainda algumas centenas de operários agrícolas que participam durante alguns meses nesta exploração.

Por outro lado, evidencia o Encontro, este sector tem potencialidades que poderiam ser aproveitadas para a entrada de divisas bastando para tanto que fossem criadas estruturas capazes.

Governo estimula banditismo dos agrários

Certamente estimulados pela atitude de desrespeito e de violação frontal da legalidade democrática por parte do Ministério da Agricultura e do Governo, designadamente a persistente recusa em dar cumprimento aos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo (STA), bandos de agrários ousam cometer verdadeiros actos de banditismo contra os trabalhadores da Reforma Agrária, acções de violência terrorista durante as quais os agressores não dispõem a utilização de armas de fogo e cassetetes.

Ainda no final da passada semana conhecidos agrários da região de Évora — Manuel Saragoça, filhos da agrária Maria Cristina Grade de Sousa Cabral e Carlos Grade (filho do latifundiário Murteira Grade), entre outros — armados de carabinas e espingardas caçadeiras, invadiram a herdade Figueira e Aneas da UCP Agrícola Água de

Lupe, em Graça do Divor, conce-lho de Évora, disparando a torto e a direito contra os trabalhadores da Cooperativa que se encontravam presentes e intimidando-os a sair da terra que legitimamente exploram.

Recorde-se que esta herdade foi alvo de uma tentativa de entrega pelo MAP como reserva à agrária Maria Cristina Murteira

Grade de Sousa Cabral, em 17 de Julho de 1985, num total de 458 hectares e 90 937 pontos, entrega essa que todavia nunca se concretizou dado existir um acórdão do STA sobre o despacho de entrega, suspendendo a sua eficácia.

Foi com espanto, pois, que os trabalhadores no mesmo dia da agressão, pela manhã, quando se preparavam para iniciar a sua jornada normal de trabalho, depararam com o agrário acompanhado pela GNR, pretendendo que aqueles se afastassem do local, manobra esta que se gorou face à resistência dos trabalhadores e à apresentação do referido acórdão.

Quando tudo parecia ter retornado a normalidade, com a reti-

rada da GNR e do agrário, eis que, depois do almoço, os citados agrários desencadeiam de surpresa o assalto à UCP Água de Lupe.

Tratou-se de mais um inqualificável atentado à legalidade, afronta tanto maior quanto é certo que — como sublinha o Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora que prontamente denunciou o caso — tal prédio «nunca deixou de estar sempre na posse da respectiva UCP».

De acordo com o Secretariado os trabalhadores irão apresentar queixa contra os autores do tiro-teio, reclamando desde já a sua «prisão e punição» ao mesmo tempo que exigem da GNR uma actuação firme por forma a evitar tais actos «gravemente lesivos da ordem democrática».

Assembleia da República

Orçamento Suplementar ou um queijo Roquefort?

Pode-se-lhe chamar um queijo Roquefort — tantos são os buracos que apresenta — quando nos referimos ao Orçamento Suplementar para 1985 apresentado pelo Governo Cavaco Silva.

E para grande espanto — em particular se nos lembrarmos da urgência solicitada pelo Governo para que o diploma fosse apreciado e aprovado pela Assembleia da República — não há dia em que a Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano dialogue com o Governo que não surja da parte deste, uma nova alteração.

É hoje uma verba que tinha sido retirada e que volta a entrar nas despesas; é logo a seguir mais um pedido de um milhão de contos; enfim, é razão para dizer que o Governo não sabe o que quer, dá o dito por não dito, anula hoje o que pede amanhã, pedincha por fim o que não constava do documento original.

Em resumo, está à vista o «milagre económico português»: as contas estão todas erradas. Cavaco Silva mais a sua equipa de economistas improvisam no calor dos gabinetes; gritam nos órgãos de comunicação social «incompetência!» só porque o Parlamento não assinou de cruz a aprovação do Orçamento Suplementar e à medida que o debate se desenrola, mais se enredam, menos explicam, mais pedinçam.

Pelo andar da carruagem, vai ser lindo o Orçamento do Estado para 1986. Mas expliquemos, com um exemplo, aos menos habituados a estas questões orçamentais do Estado.

Suponha o leitor que vai ao banco pedir um empréstimo para umas despesas já efectuadas mas ainda por liquidar. Na justificação que dá começa logo por pedir dinheiro a mais (uma soma avultada), no dia seguinte volta lá e diz que afinal precisa de mais uns milhares de contos, no outro dia já pode poupar alguns milhares, mas de imediato volta ao banco a dizer que não senhor, precisa daquele dinheiro todo e ainda mais algum.

Mal comparado é isto que se passa. E se o leitor fizesse isto com um banco o mais certo era ver o empréstimo negado. A Assembleia da República não o pode fazer no respeitante a um Orçamento Suplementar, mas tem o dever — e está a cumprir a sua obrigação — de vigiar como estão a ser gastos os dinheiros públicos.

Ter ou não ter vergonha

O debate em plenário começou na segunda-feira passada e termina hoje, prevendo-se que o Orçamento Suplementar para 1985 sofra um corte de mais de 40 milhões de contos. Mas disso falaremos no próximo número.

No Parlamento, o ministro das Finanças, usou um tom desabrido e superior para fazer valer os seus pontos de vista. Concitou a reprovação da Câmara, à excepção do seu grupo parlamentar, como era de esperar.

Chegou a afirmar que os deputados deviam ter vergonha, mas não se mostrou envergonhado pelas imprecisões de que o Orçamento está recheado.

Aliás, sobre o que se está presentemente a discutir, vale a pena recordar a intervenção do deputado comunista Octávio Teixeira na sessão plenária de segunda-feira última. Dizia ele:

São agora mais claros os objectivos prosseguidos pelo Governo, entrando em confronto institucional com a Assembleia da República, quando pretendia que esta Câmara aprovasse em meia dúzia de dias a sua proposta de alteração orçamental, com prejuízo da sua análise minuciosamente cuidada (...). O que o Governo pretendia era a coberto de uma celeridade irresponsável fazer passar gato por lebre na Assembleia da República.

E foi mais longe:

Temos como certo (...) que o Governo não necessita de mais um tostão sequer para cobrir o aumento do défice. Pelo contrário, se o Executivo não escamoteou à Comissão elevadíssimas operações activas sem cobertura orçamental, o Governo terá no final de 1985, após o período complementar, elevados excedentes financeiros: da ordem dos 90 milhões de contos se a Assembleia vier a seguir o parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano. Excedentes financeiros esses que para o primeiro trimestre de 1986 ultrapassarão os 180 milhões de contos. É caso para dar que pensar. Que razões levarão o Governo a pretender dispor de tão exagerados excedentes de tesouraria para o primeiro trimestre deste ano, e a tudo fazer para que a Assembleia da República não conheça o seu montante? Que manobras políticas estarão na torja?

PCP

Em memória de Herculano de Carvalho

● Romagem no sábado, na Amadora

Por iniciativa da Comissão Concelhia da Amadora, do PCP, vai realizar-se no próximo sábado, dia 11, uma romagem à campa de Herculano de Carvalho, militante destacado do Partido que faleceu há 10 anos em acidente de viação. Na altura, em Janeiro de 1976, o camarada Herculano de Carvalho, com 32 anos, era deputado do PCP na Assembleia Constituinte e membro da DORL.

A concentração do próximo sábado está marcada para as 10 horas no cemitério da Amadora, com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

Unidade juvenil em torno da Paz

O Gabinete de Imprensa da Juventude Comunista Portuguesa emitiu recentemente um comunicado onde apela à juventude para, neste Ano Internacional da Paz, se unir para «que lutemos juntos para deter as forças do militarismo e da agressão, evitar a catástrofe, pôr termo à corrida aos armamentos nucleares e convencionais na terra e não permitir o seu desenvolvimento ao espaço cósmico, conseguir a proibição total e eliminação das armas nucleares e os outros meios de extermínio em massa».

Salientando que, com as co-

memorações do Ano Internacional da Juventude, a vontade de intervir e a unidade dos jovens se têm alargado, os jovens comunistas afirmam acreditar que «a juventude pode e deve ter um futuro melhor» e que, por isso, lutam «por um presente e um futuro sem guerras, sem violência e opressão».

A terminar, os jovens comunistas lembram que «o Ano Internacional da Juventude demonstrou que a nossa participação é, não só necessária, como indispensável para se atingirem os objectivos do Ano Internacional da Paz».

Internacional

EUA ameaçam a paz com terrorismo de Estado

O mínimo que se pode dizer deste ano de 1986, proclamado pela Assembleia Geral da ONU como Ano Internacional da Paz, é que começou decididamente mal, com os Estados Unidos a assumirem uma vez mais o seu papel de desestabilizadores mundiais pondo em causa a segurança no Mediterrâneo e abrindo as portas à possibilidade de um confronto generalizado com o mundo árabe, de consequências imprevisíveis.

A causa próxima desta situação, que fez subir a tensão política a níveis preocupantes nos últimos dias, foram os ataques terroristas aos aeroportos de Roma e Viena reivindicados pelo grupo dissidente da OLP comandado por Abu Nidal. A morte de dezenas de pessoas inocentes, incluindo crianças, chocou a opinião pública mundial e provocou a condenação unânime do terrorismo.

Mas aquele acto, tão lamentável quanto condenável, foi utilizado para despoletar uma situação de longe mais grave e perigosa, que tem no terrorismo de Estado praticado pela administração Reagan o seu expoente máximo. Na verdade, logo após os criminosos atentados de Roma e Viena visando pretensamente interesses israelitas, a cadeia de televisão norte-americana CBS divulgava a informação de que os EUA estavam a reforçar as suas forças militares no Mediterrâneo para um eventual ataque armado à Líbia, acusada por Ronald Reagan de financiar o terrorismo.

À catadupa de declarações de responsáveis norte-americanos sobre o «direito» de Israel exercer represálias contra alvos palestinos e seus aliados sucederam-se na imprensa, de forma orquestrada, acusações aos dirigentes libios que não houve sequer a preocupação de fundamentar. Daí a concentrar forças para uma agressão armada, passando pelos apelos norte-americanos de bloqueio comercial à Líbia foi um passo, com a particularidade de serem as forças dos EUA e não as de Israel a serem mobilizadas para uma acção a qualquer momento.

Acontece no entanto que, provavelmente ao contrário do que esperariam os estrategas da política da Casa Branca, a reacção

internacional não acompanhou a histeria da administração Reagan, ganhando a consciência dos perigos da deflagração de um conflito numa região tão politicamente sensível como a do Mediterrâneo um relevo que acabaria por dar à acção norte-americana o seu verdadeiro significado.

Com efeito, se ninguém minimamente consciente defende actos de terrorismo como acção política, também ninguém pode aceitar como legítimos actos de retaliação que na prática provocam os mesmos efeitos daqueles, com a agravante de poderem degenerar em confrontos generalizados. Opor ao terrorismo de grupo o terrorismo de Estado não merece outra coisa que a completa condenação. Uma condenação tanto maior quanto uma análise objectiva da situação actual conduz à conclusão de que inconfessáveis fins lhes estão subjacentes e que nada têm a ver com desejos de paz.

Dividir para reinar

Os atentados terroristas levados a cabo por dissidentes palestinos assumem particular significado se vistos à luz do acordo de paz interlibanês assinado a 28 de Dezembro em Da-

masco, na Síria. Para tal, importa ter presente todos os obstáculos que ao longo dos anos têm sido levantados à resolução da questão palestina; a invasão israelita do Líbano e a permanência ainda dos sionistas no sul do território libanês; os projectos expansionistas de Israel e as pretensões hegemónicas norte-americanas no Médio Oriente, considerado zona de interesse vital para os EUA; as múltiplas tentativas (infrutíferas até à data) para cimentar a unidade árabe; o notório empenhamento do imperialismo norte-americano na manutenção de um clima de guerra no Médio Oriente.

Sempre que alguns passos são dados no caminho da paz e da unidade naquela conturbada região, surgem «incidentes» como os atentados terroristas de Roma e Viena que logo semeiam a divisão e desviam as atenções dos problemas de fundo.

Independentemente das opiniões que se possam ter sobre o assunto, é um facto que as diligências de paz interlibanesas conduzidas pela Síria no final do ano (e apenas postas em causa pelas facções pró-sionistas) representam um factor positivo que urge dinamizar e aprofundar; não menos importante foi a aproximação entre a Síria e a Jordânia, sem esquecer o acordo jordano-palestino e a confluência de apoios de vários países à realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente (recusada por Israel e pelos EUA) tendo por objectivo central a resolução da questão palestina.

Ora é justamente neste contexto que surgem os atentados terroristas sob a bandeira da justa luta do povo palestino pelo seu direito a uma pátria e à independência, numa manifesta manobra para meter no mesmo saco a mais criminosa violência e o mais inalienável dos direitos. O que serve muito objectivamente

os interesses norte-americanos e israelitas, que não só não reconhecem os direitos do povo palestino, como pretendem evitar a existência de regimes democráticos e progressistas no Médio Oriente que escapem obviamente aos ditames imperialistas.

Assim, a «oportunidade» de atentados criminosos que são prontamente aproveitados para desencadear retaliações, desencadear bloqueios, dividir esforços que poderiam contribuir para a paz.

As manobras deste tipo não são novas. O ataque israelita a Tunes com o apoio norte-americano, o desvio de um avião pelos EUA e a chacina em que se saldou a operação de «salvamento» dos passageiros de um avião egípcio, tendo todos como denominadores comuns a intervenção de grupos de dissidentes palestinos e das forças israelitas e norte-americanas, são apenas os exemplos mais recentes do entendimento que a administração Reagan tem de defesa da paz no Médio Oriente.

As ameaças à Líbia, cujo principal crime é o seu anti-imperialismo, constituem de facto uma séria advertência a todo o mundo árabe e são a prova cabal de que os EUA não enjeitam a possibilidade de desencadear uma guerra se os seus interesses «vital» forem postos em causa. E se as divergências existentes no seio da administração norte-americana podem nesta crise evitar o pior, isso não significa que o mesmo suceda em qualquer outro momento.

O que aponta para a necessidade de não se ficar à espera das decisões da Casa Branca, tomando os países que efectivamente se batem pela paz a condução do processo internacional que a tornará possível, condenando e rejeitando o terrorismo de Estado como prática política e isolando aqueles que o defendem.

Medidas de austeridade em Israel

O governo israelita decidiu efectuar novos cortes no orçamento do Estado para o ano em curso, na ordem dos 180 milhões de dólares. Os produtos mais afectados pelas medidas de austeridade foram os produtos de base e os serviços públicos, cujas participações foram reduzidas em cerca de 115 milhões de dólares, que se traduzirá num aumento da ordem dos 15 por cento no preço do pão e dos 30 por cento nos transportes.

O orçamento da saúde, por seu turno, foi reduzido em 23 milhões de dólares, o que implica o aumento das cotizações nos postos de saúde. O governo israelita decidiu ainda instaurar uma taxa anual de 60 dólares por criança para os alunos do ensino primário e secundário.

Referendo na Argélia

Os argelinos vão pronunciar-se no próximo dia 16, pela via do referendo, sobre as alterações introduzidas na Carta nacional argelina durante o congresso extraordinário da Frente de Libertação Nacional (FLN) que decorreu entre os dias 24 e 26 de Dezembro último.

Como sublinhou na ocasião o presidente argelino, Chadli Bendjedid, as alterações tiveram como objectivo enriquecer a Carta nacional, devendo a operação de enriquecimento ser entendida como um «novo ponto de partida da revolução, para os esforços na via do desenvolvimento e do progresso. Visa clarificar e procurar soluções para os problemas postos pelo desenvolvimento do país, encontrar métodos mais rigorosos (...) para fazer face aos problemas do futuro».

A Argélia, cujo crescimento demográfico é bastante acentuado, enfrenta actualmente problemas económicos provocados pela quebra das receitas petrolíferas e pelas dificuldades de exportação dos seus recursos em gás natural.

A Carta nacional actualmente em vigor foi adoptada em Junho de 1976, durante a presidência de Houari Boumediene.

Ditador filipino ameaça com o caos

O ditador filipino Ferdinando Marcos considera que o eventual fim do seu reinado significará o caos para as Filipinas. Em entrevista recente ao semanário americano «Newsweek», Marcos preconizou um «período sangrento de instabilidade» no caso da oposição ganhar as eleições presidenciais marcadas para 7 de Fevereiro.

Se a oposição ganhar, afirmou, meter Marcos na prisão e aplicar o seu programa de vingança anunciado pela candidata Corazon Aquino, iniciar-se-á um período sangrento de instabilidade para os próximos dez anos.

O ditador filipino tem centrado a sua campanha na agitação do «papão comunista», chegando ao cúmulo de acusar as forças da oposição de terem solicitado a «intervenção estrangeira, através de pressões diplomáticas, fundos secretos e especialistas em informações e espionagem, para inclinar a correlação de forças nacionais a seu favor».

Corazon Aquino e Salvador Laurel (candidato à vice-presidência), denunciaram as manobras de Marcos acusando-o de pretender desviar a atenção do povo dos verdadeiros motivos de queixa pela repressão política e má administração, garantindo que pela parte que lhes toca, no caso de ganharem as eleições, a transição da ditadura para a democracia será feita pacificamente.

Novos ataques à Nicarágua

As autoridades sandinistas apresentaram um protesto ao governo das Honduras por ataques levados a cabo por soldados hondurenhos contra patrulhas nicaraguenses na região fronteiriça entre os dois países. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, os sandinistas foram atacados por duas vezes em 48 horas, logo no princípio do ano, após provocações registadas no final de Dezembro. Esta situação insere-se claramente na campanha de desestabilização implementada pelos EUA que procuram encontrar um pretexto para uma intervenção directa na Nicarágua.

Como afirmou recentemente o ministro Miguel D'Escoto, os regimes fantoches da América Central, pressionados por Washington, sabotam os esforços de paz do Grupo Contadora, reduzindo ao mínimo a possibilidade de uma regularização pacífica da situação na América Central em 1986.

Entretanto, o ministro da Defesa da Nicarágua, Humberto Ortega, anunciou que durante o ano de 1985 as tropas nicaraguenses aniquilaram mais de 4600 mercenários e aprisionaram outros 500, que actuavam nas regiões fronteiriças da Nicarágua com as Honduras e Costa Rica. O ministro informou ainda que os bandos somozistas assassinaram cerca de 280 civis e feriram gravemente ou sequestraram quase 1200, enquanto 1140 efectivos do exército popular sandinista tomaram na luta contra os mercenários.

Brasil enfrenta o FMI

O governo brasileiro enviou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um relatório sobre o programa de reajustamento económico iniciado no país há cerca de um mês, cujo objectivo é o de reduzir o défice do sector público e os desequilíbrios sociais no Brasil, no âmbito do processo de renegociação da dívida externa brasileira. O montante da dívida vencida em 1985 e por vencer em 1986 ascende a 15 mil milhões de dólares.

De acordo com declarações públicas do ministro das Finanças, Dilson Funaro, o Brasil pretende com estas negociações melhorar significativamente a gravíssima situação económica do país resultante da dívida externa.



Soldados sionistas especialistas em «retaliações» prontos para intervir onde os EUA mandarem

Internacional

CEE, que Europa?

A entrada do nosso país na CEE consumou-se. Apresentada como um desafio (que bem sabem os que o dizem, em detrimento dos trabalhadores portugueses). Como a fórmula mágica para o desenvolvimento do País. Ou ainda, resumidamente, como a entrada para a Europa. No pequeno écran prometem-nos de tudo. Baralham factos. Garantem que teremos mais estradas; que a situação da mulher na Itália é ideal; que o investimento estrangeiro, aliado ao bom trabalho dos portugueses (a exploração de uma mão-de-obra barata...) — superados, claro está, alguns «obstáculos» como a legislação sobre o trabalho, e garantias consagradas na nossa Constituição! — fará maravilhas. Trata-se simplesmente de ser «empreendedor», e de adequar a realidade portuguesa aos interesses dos monopólios. Um fluxo de palavras, falsas afirmações, e muitos foguetes. Pelo que vale a pena referir factos. Não quanto às promessas, não quanto ao futuro, mas quanto ao que é — hoje — a realidade da CEE.

Geopolítica

Começemos pela geografia ou antes, pela geopolítica. Pode parecer demasiado elementar, mas convém lembrar com clareza que não entrámos para a Europa.

Naturalmente porque, em termos geográficos, o País sempre se localizou neste velho continente.

Também porque a Europa é constituída, em termos socioeconómicos e políticos, por um conjunto de países capitalistas e um outro conjunto de países socialistas.

E ainda porque a CEE não

engloba a totalidade dos países capitalistas do continente, mas apenas, e agora, doze, como é do domínio comum: Grã-Bretanha, França, RFA, Itália, Bélgica, Grécia, Holanda, Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo, Espanha e Portugal. O que significa nomeadamente a exclusão dos países nórdicos da Europa capitalista, que aliás se caracterizam por um assinalável desenvolvimento, dentro dos parâmetros do sistema.

Os «ricos»

Segundo os números oficiais,

10,4 por cento da população activa da CEE (um pouco mais do que a percentagem dos que trabalham na agricultura), ou seja, 15,8 milhões de pessoas, estão no **desemprego**. Um número que, todas as previsões o indicam, tenderá ainda a crescer. Só por si, este facto constituiria uma denúncia do que há de vazio, e falso, na promessa de um «nível de vida europeu».

Um número — dramático — a que muitos outros factos se poderiam somar: a crescente «**nova pobreza**», dia a dia engrossada com os que perderam a esperança de um novo emprego, as famílias numerosas, as mulheres sós, extractos da população que ainda não há muito não se incluíam nos sectores «marginais», ou melhor dizendo, marginalizados da sociedade; os cortes nas **despesas sociais**; toda uma legislação destinada a desatar as mãos ao patronato, no que respeita a alguns frutos de décadas de luta operária, tornando o **trabalho precário** («flexível» como gosta de afirmar o patronato).

São factos, quotidianos, do dia-a-dia dos trabalhadores dos países «ricos». Factos com consequências muito significativas no plano económico: entre 1960 e 1973, o **consumo individual**

aumentou em média 4,8 por cento ao ano; de 1973 a 1985, esse crescimento baixou para 2,1 por cento, sendo que nos últimos cinco anos a referida taxa caiu para os 0,9 por cento.

Face a estes números, que dizer do nível de vida europeu? Que dizer da afirmação do actual primeiro-ministro português de que Portugal «só pode desenvolver-se em regime de fronteiras abertas à circulação das mercadorias, dada a pequenez do seu mercado interno»?!

A democracia

O discurso dos sucessivos governos é inequívoco: a CEE é a Europa «democrática». O que naturalmente implicaria, no mínimo, uma efectiva igualdade de direitos entre os Estados representados.

Que nos dizem os factos?

• Num organismo legislativo tão importante como o Conselho de Ministros, o carácter discriminatório do sistema de votação salta à vista (sistema que naturalmente se vai aplicar na mesma medida a Portugal e a Espanha): a Grã-Bretanha, a França, a RFA e a Itália têm 10 votos cada uma; a Bélgica, a Grécia e a Holanda, 5; a Dinamarca e a

Irlanda, 3; o Luxemburgo, 2. A mesma lógica se repete na distribuição de lugares no Parlamento Europeu: de 434 deputados, 324 representam quatro grandes Estados e os restantes 110 seis pequenos países.

• Na sua sessão de Julho de 1982, o Parlamento Europeu rejeitou o pedido, apresentado pelos deputados do Partido Comunista da Grécia, de examinar com carácter prioritário a questão dos selvagens bombardeamentos de Israel contra a população de Beirute. Pouco antes, Leo Tindemans, então presidente do Conselho de Ministros da Comunidade, recusara responder a perguntas sobre violações de direitos humanos na Irlanda do Norte e na RFA, e sobre a repressão policial contra uma manifestação de fundidores de aço belgas.

São exemplos apenas. Exemplos que confirmam que a repressão da luta pela liberdade dos povos e dos trabalhadores é elemento inerente à lógica e à prática quotidiana do capital. Mas então sejamos claros. A democracia da CEE é a «democracia» para os monopólios. Não para as massas populares, não para os trabalhadores.

É esta a Europa — uma das Europas coexistentes no mesmo continente — em que entrámos.

Cuba, 27 anos de revolução

A batalha económica na ordem do dia

Os 27 anos de revolução, comemorados em Cuba no dia 1 de Janeiro, assumem neste momento um carácter duplamente histórico.

Como aniversário da revolução.

Como momento particular do processo de desenvolvimento socialista: a «nova era» da Revolução de que falou Fidel Castro em Novembro de 84, em que a batalha da eficiência económica é situada como centro da actividade de todo o povo cubano. Uma definição que ganha particular acuidade em vésperas da realização do 3.º Congresso do Partido Comunista, que deverá definir metas até ao século XXI.

Esta nova abordagem determinada também pelo impulso da revolução técnico-científica, do desenvolvimento do socialismo, e comum, nas suas linhas mais gerais, aos diferentes países e realidades da comunidade socialista — já levou entretanto a algumas medidas práticas e deu frutos.

O plano para 1985 foi racionalizado e o de 1986 revisto.

Quase no fim de 85, registavam-se resultados significativos, como um aumento do produto social global da ordem dos 4,8 por cento, crescimento acompanhado (e isso é importante) de uma simultânea redução do con-

sumo de derivados de petróleo, de 2,1 por cento em relação a igual período do ano anterior. Em síntese, é isto mesmo a batalha, em curso, pela eficiência.

Trata-se de um exemplo, um sintoma de que se estão a trilhar

caminhos certos. De forma alguma indicativo de que não há problemas ou de que a sua solução é linear. Na verdade, trata-se de uma batalha. Para já uma batalha por chegar ao 3.º Congresso do Partido, a realizar já em Fe-

vereiro, com um balanço positivo no domínio da conquista da eficiência económica.

Num plano mais dilatado, são múltiplas os problemas e as tarefas — confluentes — que se colocam ao povo cubano.

Citando a revista cubana, «Bohemia»: «A nossa actividade económica ainda não atingiu os níveis de eficiência requeridos ao actual momento da construção do socialismo. Entre outros factores que impedem a redução dos custos e maiores índices de rentabilidade, contam-se o baixo aproveitamento das capacidades instaladas, os insuficientes rendimentos em alguns ramos do sector agro-pecuário, investimentos que não se materializam nos resultados previstos, fraca correspondência às normas de consumo, excesso de inventários e baixa qualidade de alguns produtos».

Um conjunto de problemas para que se estão a debater e concretizar as respostas adequadas, através da utilização de importantes reservas de produtividade e eficiência: os estímulos morais e materiais a um melhor trabalho; o aperfeiçoamento constante dos métodos de gestão; aprofundamento da investigação científico-técnica e rápida aplicação dos seus frutos na produção; e, em todos os planos, a activa participação dos trabalhadores, como beneficiários de facto de todos os progressos obtidos no plano da produção e como verdadeiros senhores dos meios de produção.



O aumento da produtividade, nomeadamente no sector agro-pecuário, surge como um objectivo central na actual fase de construção do socialismo

«Nas semanas que terminaram foram licenciados nesta empresa 340 operários, isto é, despedidos. Todos eles, além dos 2% para o desemprego descontavam mais 5% para a Caixa de Previdência — que foi iniciada sem fundos — e mais uma quota de 3\$00 e 5\$00.

«Os trabalhadores despedidos agora — ou licenciados segundo a empresa — ficaram sem auxílio de espécie alguma e sem qualquer direito a levantar o dinheiro que lhes descontavam. Segundo consta na mesma empresa haverá mais despedimentos por falta de matérias-primas.

«Por outro lado os operários têm feito várias diligências para que os seus salários sejam aumentados, pois há trabalhadores na empresa que estão a ganhar apenas 12\$00 por dia e sujeitos a um trabalho extenuante. A este pedido a direcção do estaleiro respondeu que o sr. Alfredo da Silva não concedia o aumento pedido porque era considerado pelo governo de Salazar como antipatriótico e que além disso os seus trabalhadores eram bem pagos.» (...) («Como o Estado Novo Protege os Operários nas Construções Navais» — «Avante!», VI Série, n.º 6, Janeiro de 1942)

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Inaugurou-se há tempos no Caramulo um novo sanatório destinado a crianças pobres, dos dois sexos, dos 4 aos 12 anos de idade. Esta nova casa de saúde só aceitará as crianças que já se encontrem atacadas pelo bacilo e em grau bastante adiantado, sendo excluídas as crianças que, embora sofram do mesmo mal já nos últimos períodos da doença, possuam outras derivações mórbidas resultantes da mesma moléstia!» (...)

«Segundo o estabelecido, só lá podem entrar as crianças pobres que se façam acompanhar dos seguintes objectos de uso pessoal: um casaco de abafado, dois fatos limpos e em boas condições de uso, 3 mudas interiores completas, 6 pares de meias e 3 pijamas ou 3 camisas de noite, 1 par de sapatos e uns sapatos de quarto, 1 copo de celulósido, 1 escova de dentes e um pente, 6 lenços de mão! Além disto há ainda que contar com a exigência de uma radiografia, paga pelos pais!» (...)

«Felizmente — pelo menos é a imprensa que o diz — «é o único no género em Portugal!»! Apenas um é inaugurado após 16 anos de «governo de reconstrução nacional», destinado a um país de perto de 8 milhões de habitantes! Isto já pondo de parte a falsa utilidade do mesmo, em relação ao fim para que é destinado.» («Como o Estado Novo Resolve o Problema da Tuberculose Infantil» — «Avante!», VI Série, n.º 25, Quinzena de Janeiro de 1943)

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Precisamente um ano depois do apelo do Comité Central do Partido Comunista para a Unidade Nacional Antifascista, acaba de ser dado um primeiro grande passo para a união de todas as forças que combatem o governo fascista de traição: foi criado o Conselho Nacional de Unidade Antifascista. O primeiro acto público do Conselho Nacional Antifascista foi a publicação de um «Comunicado ao Povo Português» em que se diz fundamentalmente:

«1 — Preparar e levar a cabo a supressão do actual governo português e, em sua substituição, instaurar um Governo Nacional Democrático em que estejam representadas todas as correntes de oposição antifascista e que dê ao Povo Português a possibilidade de escolher, em eleições verdadeiramente livres, os seus governantes.

«2 — Lutar unidos até à destruição completa do Estado Fascista Português e ao estabelecimento de uma ordem democrática em Portugal, pelo Governo Nacional Democrático a isso destinado.» (...)

(«Constitui-se o Conselho Nacional de Unidade Antifascista» — «Avante!», VI Série, n.º 46, 1.ª Quinzena de Janeiro de 1944)

Em Foco

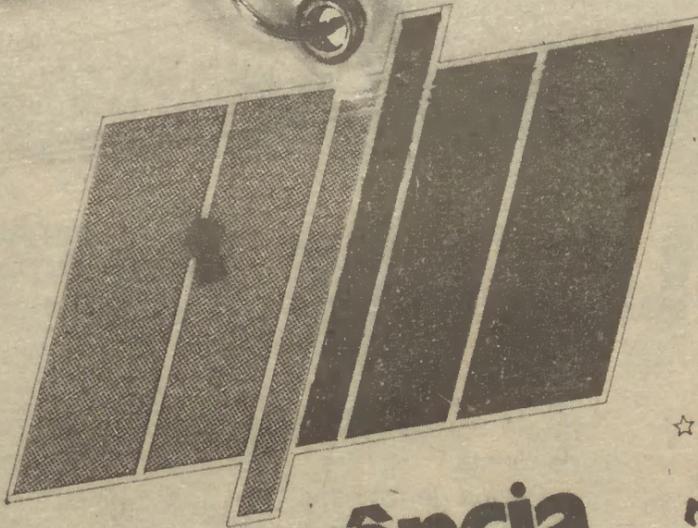
Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 628

9 de Janeiro de 1986 5

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

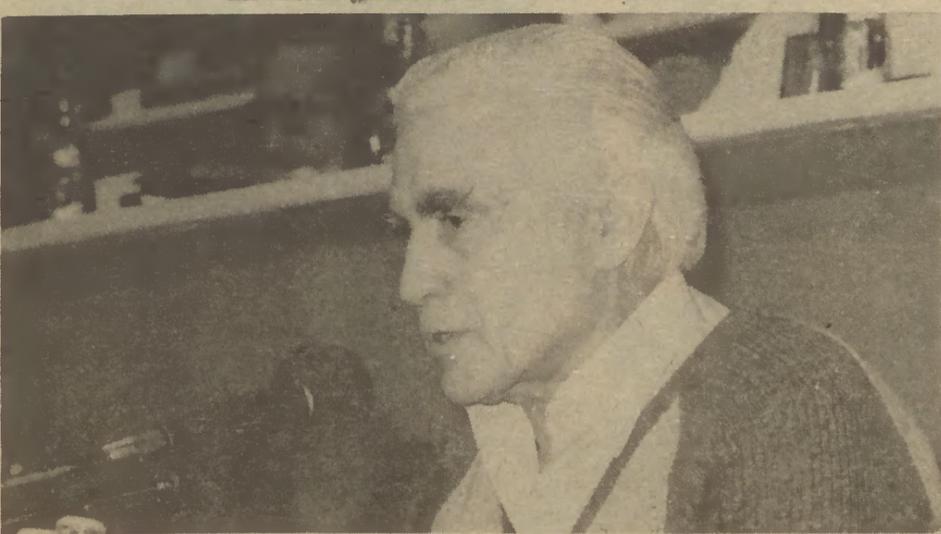


Conferência
Nacional do PCP



4 DE JANEIRO DE 1986

Unir os Democratas
para a vitória



Unir
os Democratas
para a vitória
da Democracia

Resolução Política

Intervenções

Discurso de Álvaro Cunhal



Sacavém, 4 JAN. 1986

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

1.

O objectivo das forças democráticas nas eleições presidenciais de 26 de Janeiro de 1986 é derrotar os candidatos da direita e assegurar a vitória de um candidato da democracia.

Este objectivo está inteiramente ao alcance do povo português.

2.

Freitas do Amaral e Mário Soares são candidatos da direita. Ambos anunciam, no prosseguimento da sua actuação anterior, o propósito de levar por diante uma política de direita no plano interno e internacional e de subverter o regime democrático conquistado com o 25 de Abril e consagrado na Constituição.

Qualquer deles, a ser eleito, representaria, na Presidência da República, um maior agravamento dos problemas do povo e do País e grandes perigos para a democracia e a independência nacional.

3.

A vitória de um candidato da democracia nas eleições presidenciais de 26 de Janeiro é de importância vital para a defesa e prosseguimento do regime democrático português e a luta por este objectivo constitui consequentemente uma irrecusável tarefa de todos os democratas.

4.

A convergência dos votos democráticos num só candidato da democracia deve ser uma preocupação fundamental e indeclinável de todos os democratas.

A divisão dos votos democráticos à primeira volta poderia permitir que Freitas do Amaral e Mário Soares passassem para a segunda volta, ou seja, poderia possibilitar a vitória

de um dos candidatos da direita.

Para a derrota dos candidatos da direita e a vitória de um candidato da democracia impõe-se a convergência de votos dos democratas e patriotas num só candidato logo à primeira volta.

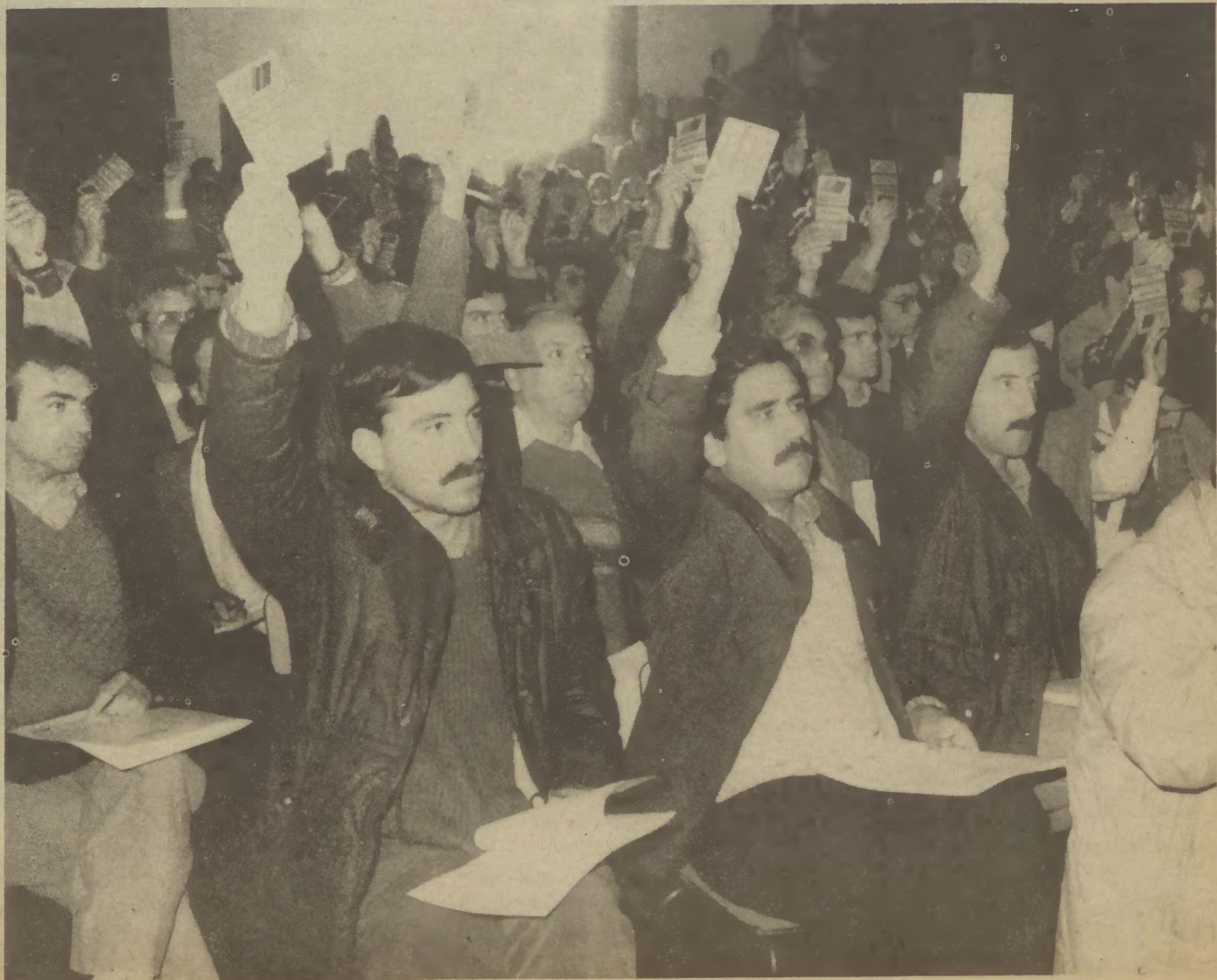
5.

O gravíssimo perigo — que não deve ser minimizado — de uma eventual

vitória de qualquer dos candidatos de direita e o condicionalismo em que se realizam as eleições de 26 de Janeiro, colocam aos democratas, como motivo fundamental da sua opção, não a sua preferência ou simpatia pessoal por um candidato, mas sim a verificação de que um candidato conta com os apoios necessários e indispensáveis para que a vitória possa ser alcançada.

6.

Convergência do apoio e dos votos de democratas e patriotas nas eleições presidenciais de 26 de Janeiro significa essencialmente o apoio e os votos convergentes dos mais importantes sectores de opinião que se opõem aos candidatos da direita, designadamente o sector eanista (com Eanes), os sectores socialistas que se opõem à política de





alianças de Mário Soares, sectores democráticos diversificados e o movimento operário, popular e democrático no qual o PCP representa um papel de primeiro plano.

A vitória de um candidato da democracia não poderia ser assegurada se estes sectores dividissem os seus apoios e os seus votos por candidatos diferentes.

A convergência do apoio e dos votos destes sectores constitui assim — para todos os que queiram contribuir para a derrota dos candidatos da direita e para a vitória de um candidato da democracia — um ponto de referência fundamental e prioritário para definir o candidato a apoiar.

7.

A candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo, que desde o seu lançamento não teve em conta a necessidade do consenso e convergência dos sectores democráticos fundamentais cujo apoio é essencial para alcançar a vitória, não tem esse apoio, pelo que é uma candidatura democrática sem condições para derrotar Freitas do Amaral e Mário Soares.

8.

A candidatura de Salgado Zenha, dispondo à partida de fortes apoios, é a única que está a caminho de alcançar o consenso e

a convergência democrática.

Salgado Zenha é o candidato da democracia mais bem situado para derrotar os candidatos da direita e ganhar as eleições. Com a actual arrumação de forças, Zenha tem inteira possibilidade de passar na primeira volta com Freitas do Amaral e derrotá-lo na segunda volta.

9.

É esclarecedora a diferença de tratamento por parte da reacção e de Mário Soares das candidaturas de Salgado Zenha e de M. L. Pintasilgo. Os ataques ferozes a Salgado Zenha contrastam com o elogio que fazem da candidatura de M. L. Pintasilgo e o incitamento que Mário Soares faz à candidata para que «resista às grandes pressões e vá até ao fim».

Para a reacção e particularmente para Mário Soares, a manutenção da candidatura de Lourdes Pintasilgo é necessária para esta obter o número

de votos que impeça que, na primeira volta, Salgado Zenha tenha mais votos que Mário Soares. Se isso acontecesse, Freitas e M. Soares seriam os mais votados na primeira volta, o que tornaria inevitável a eleição de um deles na segunda volta.

Esta situação torna imperativa a convergência de votos democráticos num só candidato logo à primeira volta.

10.

Nestas condições, o melhor serviço que podem fazer à democracia candidatos democráticos que não disponham dos referidos apoios é desistirem a favor do candidato que conte com eles.

A verificar-se, tal desistência significará um acto de elevada consciência democrática e patriótica. A verificar-se, a concentração dos votos democráticos num só candidato, tornará certa a vitória do candidato da democracia mais bem situado para vencer as eleições — Salgado Zenha.

11.

A candidatura de Ângelo Veloso apresentada pelo PCP, cuja campanha se desenvolve no sentido da unidade do campo democrático, tem como objectivo contribuir, até ao extremo limite das possibilidades, para o consenso e convergência dos apoios e dos votos, logo à primeira volta, num só candidato da democracia.

Nesse sentido se empenhará a acção de esclarecimento do PCP. Nesse sentido se desenvolverá a campanha de Ângelo Veloso como candidato à Presidência da República. Nesse sentido se decidirá no momento oportuno da sua desistência.

12.

No momento crucial que atravessam actualmente o regime democrático e a vida económica, social, cultural e moral do País, impõe-se um esforço de aproximação, compreensão, entendimento, convergência e cooperação entre todos os que de-

sejam que Portugal continue o caminho da liberdade, democracia, progresso social, independência e paz, aberto com a gloriosa Revolução de Abril.

Uma vez mais, na história da luta dos democratas portugueses, se coloca como imperativo sobrepor o que os une àquilo que os separa.

Uma vez mais, a classe operária e todos os trabalhadores são chamados a desempenhar um papel dinamizador no esclarecimento das massas populares que há-de conduzir à vitória da democracia nas eleições presidenciais. Uma vez mais, como em todas as grandes batalhas políticas no nosso povo, a intervenção das mulheres e dos jovens é de uma importância que pode ser decisiva.

Sempre aberto ao diálogo, o PCP continuará a dar a sua contribuição para a unidade de todos os democratas e patriotas a fim de assegurar a vitória da democracia nas eleições presidenciais e abrir caminho a uma alternativa democrática na política nacional.



Sacavém, 4 JAN. 1986

«A luta pela vitória de um candidato da democracia apresenta-se como dever e tarefa irrecusáveis de todos os democratas e patriotas portugueses»

Camaradas:

Preparamos e realizamos esta Conferência Nacional do nosso Partido no dobrar de 1985 para 1986 — dois anos que ficarão sem dúvida assinalados como anos memoráveis na história do regime democrático criado e instaurado com a Revolução de Abril.

Um pelo que foi — 1985. Outro pelo que quase inevitavelmente será — 1986.

1

1985: modificações positivas na situação política

O ano de 1985 ficará marcado na história do regime democrático como um ano de importantes e positivos acontecimentos políticos.

A demissão de Mário Soares como primeiro-ministro, a demissão do governo PS/PSD, a dissolução da Assembleia da República na qual a coligação PS/PSD tinha o que chamava «a maior maioria de sempre», a realização em 6 de Outubro de eleições antecipadas e o seu resultado confirmado no essencial nas eleições autárquicas de 15 de Dezembro — são os acontecimentos políticos maiores de 1985.

Esses acontecimentos assinalam grandes derrotas das forças da reacção e êxitos assinaláveis das forças da democracia.

Quais os aspectos fundamentais dessas derrotas e desses êxitos?

O primeiro foi o fracasso do plano contra-revolucionário do governo PS/PSD tendo como primeiro-ministro Mário Soares, plano que, no seguimento das ferozes ofensivas e segundo acordos estabelecidos entre os dois partidos, deveria completar-se na primeira metade de 1985 com a aprovação de uma série de «pacotes» legislativos, cujo objectivo era liquidar as grandes conquistas de Abril e subverter o regime democrático consagrado na Constituição.

Era o pacote laboral contra os direitos dos trabalhadores. Era o pacote dos sectores, visando a restauração dos grupos monopolistas à custa da reprivatização directa ou disfarçada dos sectores e empresas nacionalizados. Era o pacote agrícola contra a Reforma Agrária, os direitos dos rendeiros e o direito dos povos aos baldios. Era o pacote autárquico contra o Poder Local democrático, instaurando a tutela e a governamentalização dos órgãos autárquicos. Era o pacote da segurança interna, criando um Estado policial e novas pides. Era o pacote eleitoral, abolindo o princípio da proporcionalidade, criando esquemas de fraude da vontade popular, liquidando a democraticidade das eleições.

O facto de que este plano foi interrompido e inutilizado representa uma grande derrota da reacção e uma grande vitória dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas e patrióticas que incansável e corajosamente se opuseram a ele.

Representa (e é oportuno dizer-se) uma grande vitória da política do nosso Partido que, na base de uma análise objectiva e rigorosa, definiu em fins de 1983 os objectivos fundamentais da luta e as perspectivas da evolução da situação nacional.

O segundo aspecto fundamental das derrotas das forças da reacção e dos êxitos das forças da democracia foi a colossal derrota de Mário Soares e do PS resultante da sua política de direita e de aliança e coligações com a direita.

O rompimento da coligação governamental PS/PSD apareceu, é certo, como um golpe de rins do PSD para se salvar do naufrágio do governo, que se tornara inevitável pela oposição popular e pela gravidade dos problemas criados pela sua política. Mas o seu significado é mais profundo. O rompimento da coligação, a que se seguiu a colossal derrota de Soares e do PS nas eleições de 6 de Outubro (com a perda de metade dos eleitores e dos deputados), constitui um marco no caminho, que pode vir a ser irreversível, para o fim da triste carreira de Soares como líder da reacção, para o fim da política de direita do PS como «partido charneira» das coligações da direita.

O terceiro aspecto fundamental dos acontecimentos de 1985 foi a alteração do quadro partidário, com uma nova arrumação e correlação de forças, marcando um maior isolamento das forças reacçãoárias e novas potencialidades para as forças da democracia.

Em primeiro lugar, a perda pelos três partidos — PS, PSD e CDS — dos quatro quintos de deputados de que dispunham na Assembleia da República dissolvida inviabilizou os seus projectos de revisão antecipada e ilegal da Constituição.

Em segundo lugar, com o rompimento da coligação e a queda vertical do PS e de Mário Soares, a reacção perdeu o seu mais importante aliado governamental, o seu mais eficaz instrumento para a realização das suas ofensivas e planos contra-revolucionários que ela, a reacção, só por si, no governo, não esteve em condições de realizar.

Em terceiro lugar, os partidos reacçãoários (PSD e CDS) não conseguiram, ao contrário do que esperavam, alargar a sua base de apoio, recuperar o eleitorado que haviam perdido em 1983, refazer a sua coligação maioritária (a «AD»). O Governo PSD sozinho, com Cavaço Silva como primeiro-ministro, tem menos possibilidades de realizar o plano contra-revolucionário que o governo PS/PSD, tendo como primeiro-ministro Mário Soares.

Em quarto lugar, com o aparecimento do novo partido (o PRD) e o resultado das eleições de 6 de Outubro, criou-se na Assembleia da República uma situação que torna extremamente inseguro e vulnerável o Governo minoritário do PSD. Dispõe apenas de um terço dos deputados. Conta com a firme oposição do PCP, do MDP e outros eleitos da APU. O PRD viabilizou a formação do Governo, mas terá extrema dificuldade em acompanhar e apoiar a sua política de direita. O próprio PS tem absoluta necessidade (para não ir completamente ao fundo e para evitar a continuação da desagregação interna e da perda da sua base de apoio) de se demarcar das medidas mais impopulares do Governo de Cavaço Silva.

Em quinto lugar, a diminuição meramente conjuntural dos votos na Aliança Povo Unido em 6 de Outubro e a ligeira diminuição do número de deputados do PCP, em nada alteraram a nossa base de apoio, a nossa influência, a nossa capacidade de intervenção, seja na acção política, seja na acção parlamentar.

Trata-se de modificações sensíveis na arrumação e correlação das forças políticas e partidárias, contendo em si potencialidades novas para o regime democrático.

As eleições autárquicas de 15 de Dezembro, com o falhanço da gigantesca operação conjunta do PS, PSD e CDS com vista a tomar de assalto o Poder Local, a liquidar o Poder Local democrático e as suas já históricas realizações, representaram um novo e sério insucesso da reacção e do PS.

Com uma nova lei, quiseram impedir a APU de usar o seu prestigioso símbolo das três argolinhas. Com uma manobra ignóbil, tentaram que os tribunais de comarca e o Tribunal Constitucional declarassem a inexistência legal da APU, proibindo-lhe assim pura e simplesmente concorrer às eleições. Promoveram inquéritos e sindicâncias sem qualquer fundamento. Lançaram furiosas campanhas de injúrias e calúnias. Finalmente coligaram-se todos — PS, PSD, CDS — em listas únicas para, todos juntos, tentarem retirar à APU a gestão de numerosas autarquias.

Nestas circunstâncias, os resultados das eleições autárquicas de 15 de Dezembro constituíram uma extraordinária vitória política da Aliança Povo Unido e da sua força principal, o Partido Comunista Português.

Cabe aqui registar uma vez mais, nesta nossa Conferência Nacional, que a APU alcançou à escala nacional percentagens de 19,4% para as Câmaras Municipais, 20% para as Assembleias Municipais e 20,6% para as Assembleias de Freguesia, percentagens que traduzem uma poderosa resposta popular àqueles que previram e anunciaram a queda da influência da APU e do PCP.

Cabe aqui registar que a APU confirmou a maioria absoluta nos distritos de Setúbal (52%), Beja (53,1%), Évora (54%) e se tornou (com 33% dos votos para as Assembleias Municipais) a força mais votada no distrito de Lisboa.

Cabe aqui registar que a APU obteve a maioria em 47 Câmaras Municipais, em 46 das quais maioria absoluta; que obteve pela primeira vez a maioria em mais duas Câmaras (Silves e Constância) e noutras elegeu vereadores pela primeira vez; que derrotou a coligação reacçãoária PS/PSD e CDS em 33 dos 41 municípios onde tal coligação se verificou; que reforçou as posições e alcançou extraordinárias vitórias que se podem considerar de significado político nacional em concelhos como Loures, Amadora, Almada, Vila Franca de Xira, Évora e Marinha Grande, nos quais a reacção investiu meios poderosos para alcançar os seus fins; que passou de 334 para 355 Presidências de Juntas de Freguesia; que se afirmou como segunda força política e única e verdadeira alternativa à actual gestão em municípios tão importantes como Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Covilhã, Peniche, Alter do Chão, Crato e outros!

Por estes importantes êxitos, daqui saudamos desta tribuna da nossa Conferência Nacional as organizações e os militantes do nosso Partido, bem como o MDP/CDE, o Partido Os Verdes e os democratas independentes que conosco participaram nesta batalha, saudamos os eleitos e os candidatos da APU, saudamos todos pela luta travada, pela sua determinação, o seu empenhamento, a sua profunda ligação aos trabalhadores e às populações, a sua inabalável confiança na vitória.

Pode dizer-se com inteira verdade que, com as eleições autárquicas de 15 de Dezembro, o nosso Partido e a APU fechámos com chave de ouro o ano de 1985.

Seguindo-se às eleições legislativas de 6 de Outubro, as eleições autárquicas de 15 de Dezembro de 1985 dão-nos motivos de reforçada confiança em que as forças democráticas estão em condições de travar com sucesso a batalha das eleições presidenciais de 26 de Janeiro de 1986.

2

As eleições presidenciais de 1986 — consolidação da democracia ou recuperação reacçãoária

Eleições não decidem tudo. Mas deve-se ter plena noção de que, na situação actualmente existente, o resultado das eleições presi-

denciais influenciará profundamente toda a vida nacional no imediato e previsivelmente por largo tempo.

Nas novas condições criadas pelas modificações positivas ocorridas em 1985 na situação política portuguesa, as eleições presidenciais de 26 de Janeiro são chamadas a desempenhar um papel importante e decisivo para a evolução (num sentido ou noutro) da situação política, económica e social em 1986 e nos anos próximos.

Tanto os partidos reacçãoários como Mário Soares compreendem que as eleições presidenciais constituem uma oportunidade única para se refazerem dos desaires que sofreram em 1985. Para reconquistarem o terreno que perderam. Para reorganizarem as suas forças, reelaborarem os seus planos, refazerem as suas alianças. Para procurarem não só manter mas reforçar as posições que detêm no sistema do poder político. Para impedirem que, na continuação de 1985, se acentue a evolução da situação política desfavorável à direita e favorável à democracia.

Por isso a direita joga todas as suas forças nas eleições presidenciais de 1986. Por isso entrou em pânico quando, já há muito lançada nas campanhas de Freitas e Soares com cega confiança, o aparecimento da candidatura de Salgado Zenha lhe fez subitamente tomar consciência da real possibilidade de uma vitória democrática nas eleições presidenciais.

Esta a atitude da direita.

E do lado da democracia?

Longo a seguir às eleições de 6 de Outubro, o Comité Central do nosso Partido sublinhou que os seus resultados se traduziram «numa importante modificação da situação política, susceptível de abrir uma nova fase do regime democrático instaurado na sequência da Revolução de Abril», fase «caracterizada pela sua consolidação e pela concretização de uma nova política ao serviço do povo e do País».

A luta dos trabalhadores e das massas populares em defesa dos seus interesses vitais e contra a política do Governo PSD, a acção política em geral, a actuação na Assembleia da República, são linhas importantes de acção com papel poderoso a desempenhar para que se confirme a evolução positiva da situação política.

Mas é absolutamente certo que a concretização da favorável perspectiva aberta pelas grandes vitórias da democracia em 1985 depende em larga medida do resultado das eleições presidenciais de 26 de Janeiro.

As eleições presidenciais terão um de dois resultados: ou com a eleição de um candidato da democracia se confirma a evolução da situação positiva de 1985 e o regime democrático se consolida; ou a direita consegue eleger um dos seus candidatos e nesse caso criará condições para anular grande parte das derrotas que sofreu em 1985, retomará as suas alianças e passará a uma ofensiva geral, violenta e brutal contra o regime democrático e as suas conquistas.

Que ninguém tenha dúvidas. A vitória de qualquer dos candidatos da direita (Freitas ou Soares) significaria a concretização, sob a capa do anticomunismo, da ampla frente antidemocrática que vai do fascista Adriano Moreira do CDS ao colaboracionista n.º 1 da reacção, Mário Soares.

Ao contrário, a vitória de um candidato da democracia abrirá novas e amplas perspectivas à democracia portuguesa e à política nacional.

Em primeiro lugar, será para a reacção e os seus planos contra-revolucionários um golpe de que demorará anos a refazer-se.

Em segundo lugar, será um golpe mortal para a política de direita do PS e para Mário Soares, seu inspirador e líder, o que é susceptível de provocar no PS um reexame da desastrosa política de direita e de coligações com a direita.

Em terceiro lugar, permitirá às forças democráticas uma intervenção construtiva mais determinante em toda a política nacional.

Uma vitória democrática nas eleições presidenciais criará sem qualquer dúvida novas e mais positivas condições para uma alternativa democrática, para uma nova política capaz de defrontar e resolver os gravíssimos problemas nacionais provocados por 10 anos em que sucessivos governos da direita (com ou sem o PS) realizaram uma política de destruição da economia, de desemprego, de miséria, de submissão ao estrangeiro.

E pergunta-se, camaradas:

Haverá em todo o campo democrático a compreensão desta importância transcendente e destas consequências dos resultados das eleições presidenciais?

Haverá em todo o campo democrático a compreensão de que a vitória da direita nas eleições presidenciais poderá significar a anulação das derrotas que sofreu em 1985 e a retomada em força da ofensiva contra-revolucionária?

Haverá em todo o campo democrático a compreensão de que a vitória de um seu candidato é uma questão que pode ser de vida ou de morte para o regime democrático português? de que se trata de um acontecimento que pesará fortemente e por muito tempo na evolução da situação nacional?

Os termos com que em certos meios democráticos, incluindo próximos de nós, incluindo alguns camaradas nossos, se encara esta eleição, se classificam os candidatos, se consideram os objectivos, se avaliam as possibilidades, se definem preferências e opções em ter-



mos de simpatia e de sentimento, acusam, a nosso ver, que as transcentes consequências das eleições presidenciais não estão a ser por todos compreendidas.

Daí a importância desta Conferência Nacional do nosso Partido. Daí a importância da acção do nosso Partido para que a Democracia saia vitoriosa das eleições presidenciais.

3

Objectivo central, fundamental, determinante — derrotar os candidatos da direita, eleger um candidato da democracia

As Teses apresentadas pelo Comité Central à Conferência Nacional do Partido expõem as ideias básicas em que assenta a atitude e a acção do nosso Partido em relação às eleições presidenciais de 26 de Janeiro.

Definindo (nas Teses I, II e III) como objectivo das forças democráticas — objectivo de importância vital para a defesa e prosseguimento do regime democrático — **derrotar os candidatos da direita** (Freitas do Amaral e Mário Soares) e assegurar a vitória de um candidato da democracia, todas as demais Teses são de uma lógica e de um rigor político irrecusáveis.

Se esse é o objectivo torna-se indispensável definir quais são as condições concretas, materiais, em termos de apoios e de votos, necessárias para que possa ser alcançado.

As Teses indicam duas condições.

Uma, o apoio e os votos convergentes das forças e sectores que se opõem aos candidatos da direita, designadamente o sector eanista (com Eanes), os sectores socialistas contrários à política de alianças de Mário Soares, sectores democráticos diversificados e o movimento operário, popular e democrático no qual o PCP representa um papel de primeiro plano (Tese V).

Outra condição, que logo à primeira volta estes votos se não dividam por mais que um candidato da democracia, pois tal divisão poderia permitir que tanto Freitas do Amaral como Soares passassem à segunda volta, tornando nesse caso inevitável a eleição de um deles (Teses IV e V).

É partindo destas ideias fundamentais e irrecusáveis — verdades como punhos — que se definem os critérios de opção tanto do Partido como dos eleitores por um candidato: não a preferência ou simpatia pessoal, mas a verificação de que um candidato conta com os apoios referidos para vencer (Tese VII).

Nas condições existentes, a questão que decidirá do resultado não é o juízo que cada qual, cada sector e cada eleitor democrático possa fazer acerca dos méritos e deméritos dos candidatos da democracia, mas dos apoios reais que um candidato da democracia possa ter e a outro ou outros possam faltar.

Por isso foi inteiramente justificada, correcta e útil a preocupação constante do nosso Partido de não avançar o apoio em relação a este ou àquele candidato.

Tínhamos também naturalmente as nossas preferências. Mas qualquer preferência irreversível por parte do nosso Partido teria sido certamente prejudicial e até perigosa.

A determinante fundamental na acção do Partido (e consideramos que deveria ter sido também de quaisquer outros democratas) foi a busca daquilo a que chamámos «o consenso verificado» entre os sectores que, com o seu apoio e o seu voto, têm de assegurar a vitória. Como já na altura própria afirmámos, o nosso Partido partiu «do consenso para o candidato e não do candidato para o consenso».

Além de alguns comentadores super-inteligentes que não compre-

endem o que é o «consenso verificado», são frequentes no campo democrático opiniões que não têm em conta a necessidade imperiosa e a importância vital do consenso e da sua verificação, necessidade e importância que entretanto resultam da distribuição, arrumação e correlação de forças que se podem discernir através da análise dos acontecimentos políticos de 1985, incluindo as eleições.

Não têm razão os que afirmam existem cinco áreas eleitorais — uma respeitante a cada candidato (Freitas, Soares, Zenha, Pintasilgo e Veloso).

Tão-pouco têm razão alguns comentadores fantasiosos que afirmam existem apenas duas áreas eleitorais: por um lado, uma que apoia Freitas do Amaral e, por outro lado, outra dividida no apoio ao que chamam «três candidatos de esquerda» (Soares (sic), Zenha e Pintasilgo). Não citam Veloso, mas contam evidentemente com o seu eleitorado.

A verdade é que, para as próximas eleições presidenciais, têm de se considerar à partida e na primeira volta **três áreas eleitorais**.

Embora de uma forma aproximada e simplista, a área eleitoral para o apoio a um candidato da democracia na primeira volta, ronda à partida os dois milhões de votos, Freitas (com o apoio maciço do PSD), ronda também os dois milhões. Soares, o mais mal situado, poderá alcançar com os apoios da direita 1 500 000 votos. Sendo estas aproximadamente as três áreas eleitorais na primeira volta é fácil de concluir que a divisão dos votos dos que apoiam os candidatos da democracia poderia permitir que Soares à primeira volta alcançasse mais votos do que qualquer deles, ou seja, poderia permitir a eliminação dos candidatos da democracia e uma segunda volta com Freitas do Amaral e Soares e com a consequente eleição de um deles para Presidente da República.

Daí considerarmos **extraordinariamente perigosa a concepção segundo a qual é de deixar ir todos os candidatos da democracia à primeira volta para ver qual terá mais votos e deixar que assim o eleitorado decida qual o seu preferido**.

Daí a importância capital que o PCP atribui (Teses IV e V) à convergência dos votos democráticos num só candidato da democracia e logo à primeira volta.

Daí a apresentação pelo PCP da candidatura de Ângelo Veloso, que (conforme sublinha a Tese VIII) tem como objectivo contribuir, até ao extremo limite das possibilidades, para o consenso e convergência dos apoios e dos votos, logo à primeira volta, num só candidato da democracia.

Daí a afirmação responsável (contida na Tese VI) de que «o melhor serviço que podem fazer à democracia candidatos democráticos que não disponham desses apoios é desistirem a favor do candidato que conte com eles».

4

Freitas e Soares candidatos da direita

Freitas do Amaral e Mário Soares são os dois candidatos da direita às eleições presidenciais de 26 de Janeiro.

Que a candidatura de Freitas do Amaral, candidatura do 24 de Abril, é uma candidatura da direita — é uma realidade que não necessita de demonstração.

A candidatura de Mário Soares é igualmente uma candidatura da direita. Mas como há ainda quem possa ter dúvidas vale a pena dizer algumas palavras mais sobre a matéria.

A caracterização da candidatura de Mário Soares como candidatura de direita e da direita pode sintetizar-se em **quatro pontos**.

1.º ponto: Mário Soares caracteriza-se como candidato da direita porque toda a sua acção desde 1974/75, tanto na qualidade de secretário-geral do PS como na qualidade de primeiro-ministro, foi uma política de alianças, estreita colaboração e coligação com os partidos e as forças da direita incluindo as mais reacçãoárias, uma política anti-operária, antipopular, antidemocrática e antinacional, política tendo como objectivo comum a destruição

do regime democrático e das suas conquistas consagradas na Constituição.

Mário Soares foi sem contestação nos últimos 10 anos um dos principais líderes, se não o principal líder da direita contra a Revolução de Abril.

Toda essa actuação o classifica, sem remissão, como um candidato da direita.

2.º ponto: Mário Soares caracteriza-se como um candidato da direita porque o seu programa actual, tal como nos últimos 10 anos, tal como claramente explicitou o programa do PS para as eleições de 6 de Outubro, se identifica no essencial com o programa das forças mais reacçãoárias, designadamente com o programa do outro candidato da direita, Freitas do Amaral.

Soares, tal como Freitas do Amaral, coloca no seu programa «a mudança do sistema económico», o que significa, para um e para outro, a destruição das nacionalizações e da reforma agrária e a restauração do capital financeiro, dos grupos monopolistas, dos latifúndios, do capitalismo monopolista de Estado.

Soares, tal como Freitas, inscreve no seu programa, o «pacote» laboral, o que significa, para um e para outro, a consagração legislativa da prática dos despedimentos sem justa causa, da prática do encerramento de empresas e dos salários em atraso, da liquidação dos direitos e benefícios sociais alcançados pelos trabalhadores com o 25 de Abril.

Soares, tal como Freitas, inscreve no seu programa, a «descentralização» e a «regionalização». Mas o que pode significar a descentralização para Soares, o defensor da lei da tutela, o primeiro-ministro responsável pelo corte de recursos financeiros às autarquias e a tentativa do seu estrangulamento financeiro, o promotor dessa sórdida operação junto dos tribunais das comarcas e junto do Tribunal Constitucional que visava eliminar a APU da gestão das autarquias impedindo a sua concorrência às eleições?

Soares, tal como Freitas, anuncia-se como arauto de um **novo sistema eleitoral, liquidando o princípio da proporcionalidade** (estabelecendo os círculos uninominais e (ou) duas voltas) e permitindo à direita e às suas coligações conseguir a maioria de deputados, mesmo que com uma minoria cada vez mais estreita de votos.

Soares vai ao ponto de justificar a necessidade de tal novo sistema pela «crescente dificuldade na obtenção de maiorias». Ao menos neste caso franqueza não lhe falta. Reconhecendo que está a passar a época em que coligados conseguem alcançar os votos da maioria do eleitorado, já não lhes serve a proporcionalidade e pretendem um novo sistema eleitoral que lhes dê apenas com uma minoria de votos a maioria de deputados.

Os objectivos de Soares, como os de Freitas, agora, como nos últimos 10 anos, são inteiramente inconstitucionais. Tanto um como o outro anunciam o propósito da revisão da Constituição. Tanto um como o outro anunciam como objectivo «a mudança do sistema político e económico», ou seja, a completa subversão do regime.

Trata-se de um perigo real que evidencia o carácter imperativo da vitória de um candidato da democracia.

3.º ponto: Soares revela-se também claramente como um candidato da direita, não só porque se assume como tal, mas também porque a direita reconhece em Soares um seu candidato.

O próprio Freitas do Amaral, a própria reacção, o afirmam sem quaisquer equívocos.

Quando Freitas do Amaral, homem do antigamente, se afirma «democrata» tem de certo na mente o conhecido conceito de Salazar segundo o qual «os verdadeiros democratas» eram eles, os fascistas. Pois Freitas proclama que a candidatura de Soares é uma candidatura com a «mesma concepção» da sua própria, e portanto, além da sua própria, «a única democrática» (é ele que o diz).

Pronça de Carvalho, que em matéria de democracia nada fica a dever a Freitas, proclama que «o candidato Mário Soares é indiscutivelmente um democrata a quem o país muito deve» («Jornal» 13.12.85).

Adriano Moreira, Alberto João Jardim e outros corifeus da extrema-direita apressam-se também a garantir que Soares é um democrata.

Como comentar estes comentários?

Triste destino de um secretário-geral de um Partido Socialista, a atestar é a certificar cujo ideal democrático se não levanta uma única voz de democratas e que se apresenta ante o povo com atestados e certificados passados por aqueles cujo programa e cuja acção são inspirados pelo ódio à democracia e o propósito de destruí-la.

4.º ponto: Soares caracteriza-se ele próprio como candidato da direita porque, em vez de fazer apelo aos votos da esquerda e dos democratas em geral para derrotar Freitas e a direita, faz apelo ao apoio e aos votos da direita para derrotar o candidato da democracia, concretamente Salgado Zenha.

Quando dos primeiros passos da sua candidatura, ainda Soares se anunciava como um candidato democrático, contra Freitas, contra a direita. Mas, quando apareceu o candidato Zenha e as sondagens começaram a dar a Soares 10% e 8%, então Soares entrou em pânico, viu que do campo democrático nada tinha a esperar, compreendeu que a «divisão do trabalho eleitoral» entre Freitas (pescando à direita) e Soares (pescando à esquerda) estava condenada à falência e voltou-se então para a direita num desesperado apelo a votos que lhe permitam sobreviver à primeira volta.

Esta operação fez-se «em dois tempos».

Num primeiro tempo, Soares e seus acólitos lançaram a ideia de que, perante a candidatura de Zenha, F. do Amaral passando à primeira volta estaria condenado à derrota na segunda volta e que ele, Soares, seria o único candidato da direita que poderia derrotar Zenha, pois, segundo ele reconhece, numa segunda volta Zenha-Freitas do





Sacavém, 4 JAN. 1986

Amaral, não é possível a ninguém convencer o eleitorado socialista a votar em F. do Amaral» (em Coimbra, 7.12.85).

Repetindo Soares, numerosos dos seus propagandistas, adiantaram a sugestão da desistência de Freitas do Amaral a favor de Soares, como única possibilidade de uma vitória da direita.

Tal operação era porém demasiado ambiciosa e demasiado tardia. Além do mais, derrotado como primeiro-ministro, derrotado nas eleições legislativas, cotado de 8 a 10% para as presidenciais depois do cartaz dos «43% para governar», Soares não se encontra mais em postura para se lançar em tão altos voos.

A ideia nasceu e morreu no ovo.

Num segundo tempo, gorada a esperança de poder ser o único candidato da direita, Soares já não pede a desistência de Freitas. Suplica apenas a deslocação em seu favor de uma parte dos votos da direita (considerados sobranes a F. do Amaral na primeira volta) de forma a poder sobreviver e passar também à segunda.

E, se é significativa a súplica de Soares à direita, não é menos significativa a resposta da direita a Soares.

Da direita em geral e mesmo da extrema-direita fascista há quem compreenda que Freitas contra Zenha à segunda volta será Freitas derrotado e por isso responda positivamente à súplica de Soares.

Jardim refere o «serviço histórico» que Soares prestaria derrotando Zenha à 2.ª volta e a Comissão Política do PSD na Madeira (considerando Freitas e Soares «os candidatos da área democrática») fez apelo indistinto ao voto em qualquer deles (DP, 6.12.85).

Adriano Moreira pronuncia-se por uma deslocação de votos da direita para Soares logo à primeira volta, a fim de tentar que Soares passe com Freitas à segunda volta.

Será possível tal deslocação de votos?

Sim, ela é possível. E porque é possível, adquire extrema gravidade a eventual divisão dos votos do campo democrático em mais de um candidato da democracia.

Há quem não compreenda esse perigo e defenda não haver inconveniente em que vão à primeira volta dois ou mais candidatos da democracia. Depois se veria quem seria o mais votado e no mais votado se deveriam então concentrar os votos democráticos na segunda volta.

Trata-se de um erro basilar.

Se os democratas não compreendem a situação e a necessidade de concentrar os votos num só candidato da democracia logo à primeira volta, o risco existe da eliminação logo à primeira volta dos candidatos da democracia e a eleição de Freitas ou de Soares, o que significaria em qualquer dos casos, uma verdadeira tragédia para o povo português, para a democracia, para o país.

5

A candidatura de M. L. Pintasilgo candidatura sem consenso, no caminho da derrota

Frente às duas candidaturas de direita, apresentam-se três candidaturas da democracia: de Veloso, de Zenha e de M.L. Pintasilgo.

Segundo a Tese IX do Comité Central cabe, à Conferência Nacional indicar no concreto o candidato da democracia para o qual se orienta o consenso das forças democráticas.

Examinemos pois uma a uma as três candidaturas.

A engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo avançou de há muito a sua.

Como portuguesa que é, tinha e tem, como qualquer outro cidadão, o direito de o fazer. Como democrata que é, tinha e tem o direito de apresentar-se como tal.

Ninguém o nega.

Mas, o nosso Partido tem também o direito e não só o direito mas o dever de fazer um juízo, de o expressar publicamente e de tomar as decisões adequadas.

As eleições presidenciais não são um acontecimento menor. Não são um concurso em que os candidatos formam bicha onde o primeiro a chegar ganha direito ao lugar. Não são um concurso a que é legítimo concorrer apenas com a ideia pessoal de o disputar.

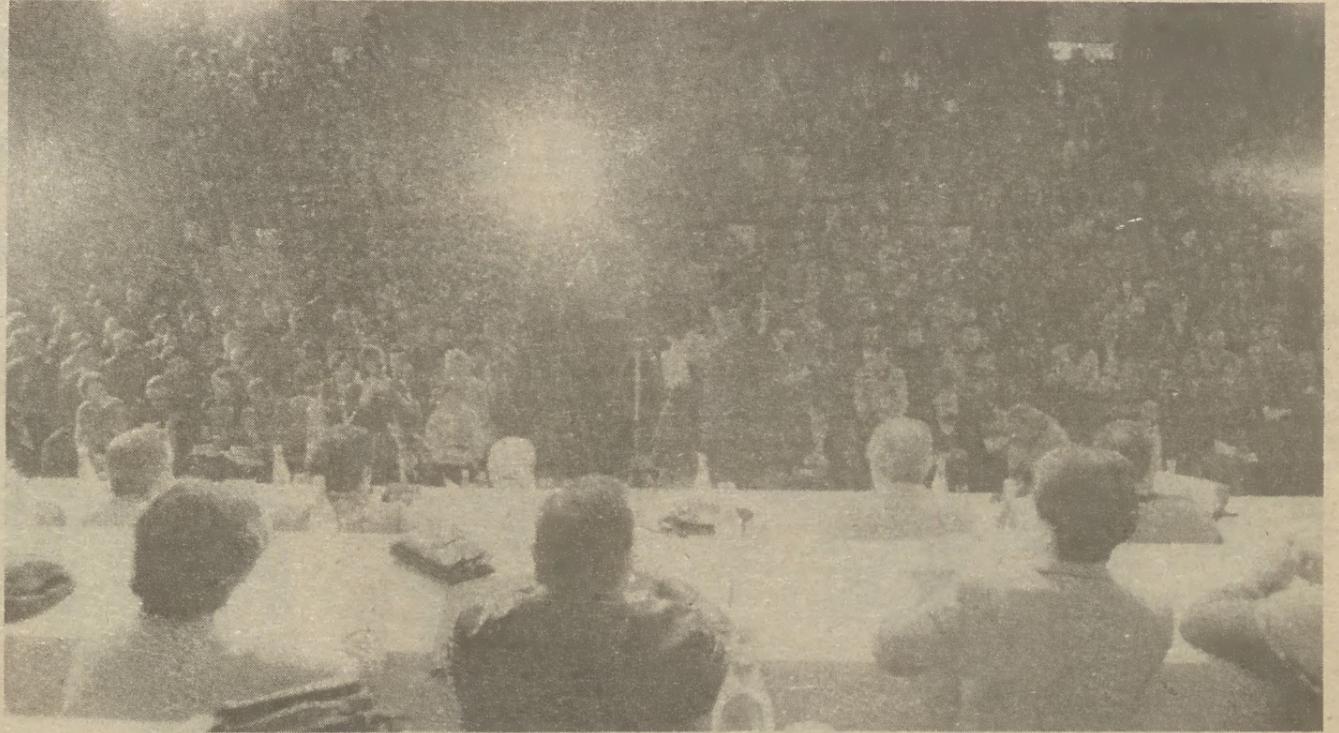
Uma candidatura democrática à Presidência da República não é uma questão privada de tal ou tal candidato, ou de tais ou tais dos seus apoiantes. É uma questão que interessa todos os democratas pois a todos interessa directamente a vitória ou a derrota da democracia.

Não dissemos se M.L. Pintasilgo tinha ou não a nosso ver o «perfil» exigível para o exercício do cargo, incluindo a correcta compreensão dos poderes e funções do Presidente. Para evitar qualquer equívoco, afirmámos mais de uma vez considerarmos a engenheira uma democrata. E, numa atitude respeitosa, centrámos o esclarecimento da nossa atitude dizendo que «o candidato melhor pode não ser o melhor candidato».

Mas considerámos e insistimos em afirmar que era uma candidatura «precipitada». «Precipitada» porque lançada e impulsionada sem ter em conta factores essenciais para poder ser avaliada com possibilidades de êxito e de vitória.

Considerando como consideramos que as eleições presidenciais de 26 de Janeiro constituem uma batalha que pode ser de vida ou de morte para o regime democrático; considerando como consideramos que para a derrota dos candidatos da direita são necessários o consenso e a convergência num só candidato da democracia dos apoios e votos dos sectores democráticos fundamentais, não podíamos deixar de considerar precipitado o avanço de uma candidatura democrática que não tinha em conta esses aspectos e factores essenciais.

E o facto é que a candidatura de M.L. Pintasilgo não só não teve como não quis ter em conta esses factores. Pelo que nos diz respeito e pelo que se deduz das afirmações de outros sectores, nem conhecida nem procurou conhecer a tempo as opiniões responsáveis acerca



da sua candidatura. Não tinha nem procurou ver se poderia ter o apoio desses sectores. Não se interessou por aferir da correcção da sua candidatura pela opinião e pelo consenso das forças democráticas.

O resultado está à vista: **a candidatura Pintasilgo não tem o consenso daquelas forças e sectores essenciais para uma vitória democrática.** Nem de Eanes e dos eanistas, nem dos socialistas opostos a Mário Soares, nem do PCP e do movimento operário e democrático em que o PCP se insere.

Ora a derrota dos candidatos da direita e a vitória de um candidato da democracia, são superiores a quaisquer outras considerações.

Melhor que a posição da «irreversibilidade» de uma candidatura sem querer saber das opiniões das forças democráticas mais importantes, parece-nos elevada marca do «perfil» de um candidato da democracia a prontidão a examinar com as diversas forças democráticas as perspectivas de luta e de vitória e em consequência a eventual prontidão a considerar patrioticamente a sua própria desistência a favor de uma outra candidatura democrática, que se revele com maiores possibilidades de vencer.

Tudo isto explica as reservas do nosso Partido acerca desta candidatura e o considerarmos que estava a avançar, **não como uma candidatura para a vitória, mas como uma candidatura para a derrota.**

A dinâmica e certas declarações oriundas desta candidatura aumentaram as nossas reservas.

Quando, para negarem aos partidos democráticos a legitimidade de apoiarem candidatos à presidência, proclamam que essa candidatura não presta «vassalagem» a qualquer partido; quando um seu autorizado porta-voz, major Sousa e Castro, declara na RTP perante milhões de telespectadores que um dos objectivos da candidatura é reduzir o campo de influência do PCP; quando outros dizem à boca pequena que o movimento de apoio à candidatura provocará «o declínio irreversível do PCP» —, é uma evidência que tais propósitos nada têm a ver com uma verdadeira candidatura da democracia à Presidência da República.

A partir de certa altura, desta candidatura não se limitaram ao completo desinteresse pela opinião e atitude dos sectores políticos fundamentais e decisivos. Passaram a pretender ultrapassá-los, a pretender realizar uma obra de «libertação» das massas em relação aos partidos, mais concretamente ao PCP, a contestar e a pretender minar a sua unidade interna, a fazer apelos ao eleitorado contra «o conselho dos partidos», a fazer apelos às «bases» contra as «cúpulas». Passaram a pretender ganhar (e a declarar ter ganho) os apoios dos comunistas contra o PCP tal como declaram ganhar os apoios dos eanistas contra Eanes.

Ontem, o «DN» publicou uma entrevista de um dos mais destacados partidários da candidatura de Pintasilgo, Eduardo Prado Coelho. É uma entrevista animada por um anticomunismo tão primário e cego como o de Mário Soares. Para ele Mário Soares e o seu projecto são os melhores. Para ele o futuro está no diálogo entre o pintasilguismo e o soarismo. Para ele, se à primeira volta passassem Freitas e Zenha, ainda Freitas seria o melhor. Para ele o PCP é o inimigo n.º 1.

Não estranhámos estas ideias, palavras e acções por parte de alguns conhecidos apoiantes desta candidatura que sempre as manifestaram ao longo dos anos em que, de grupo em grupo, têm navegado à deriva pelos riachos do radicalismo pequeno-burguês.

Já é mais de estranhá-las da parte da própria candidata e de outros apoiantes cuja integridade democrática não pode ser posta em causa.

De qualquer forma, se têm o direito de manifestar as suas ideias, também temos o direito de manifestar as nossas.

Temos o direito (e não só o direito mas o dever) de dizer que, **sendo absolutamente certo que não pretendemos que nenhum candidato preste vassalagem ao nosso Partido, é também absolutamente certo que o nosso Partido não presta nem prestará vassalagem a qualquer candidato.**

Temos o direito (e não só o direito mas o dever) de afirmar que o objectivo de um candidato da democracia à Presidência da República que queira ser reconhecido como tal não pode ser reduzir a influência

deste ou daquele partido, mas derrotar os candidatos da direita e exercer o cargo de Presidente da República no respeito pelos partidos, com honestidade, com dignidade, em conformidade com a Constituição da República.

Ainda um outro aspecto.

Constitui sério motivo de reflexão para todos os democratas, e particularmente para aqueles que têm apoiado a candidatura democrática de M.L. Pintasilgo, a complacência, a compreensão, a generosidade e mesmo a simpatia com que os partidos reaccionários e muitos particularmente Mário Soares tratam esta candidatura.

Mário Soares dá-lhe o crédito de pertencer a uma «área sem dúvida generosa» (26.11.85), elogia o seu «projecto genuíno não ditado pelos estados-maiores dos partidos, ao contrário de Zenha» (as palavras são de Mário Soares, evidentemente) (8.12.85), incita-a a que «resista às grandes pressões que lhe fazem e vá até ao fim» (idem).

Não é certamente por pensar que pode ser uma candidatura vitoriosa. É sim certamente por pensar que Pintasilgo poderá tirar a Zenha o número suficiente de votos que permitam a Soares ter mais votos que Zenha e assim passar com Freitas para a segunda volta.

Mas deixemos estas concepções, posições, atitudes, ideias e projectos que merecem fortes reservas e consideremos o essencial.

Creio, camaradas, que para quem quer que examine objectiva e desapassionadamente a candidatura de M.L. Pintasilgo, além de outras considerações, concluirá que, **sendo inegavelmente uma candidatura democrática, é uma candidatura (e isso é o essencial) sem os apoios indispensáveis para sair vitoriosa nas eleições.**

Este esclarecimento tem de ser feito ao eleitorado. E é particularmente importante que este esclarecimento consiga alcançar todos os democratas (sem excepção) para os quais o que está em jogo nestas eleições não é tanto a sorte política deste ou daquele candidato, mas a sorte da democracia.

6

A candidatura de Zenha no caminho do consenso e da convergência

A candidatura de Zenha é aquela que, à partida, aparece no caminho do consenso e da convergência — único caminho que pode assegurar a vitória de um candidato da democracia.

Os seus partidários dizem que esta candidatura visa «reforçar a maioria que elegeu o general Eanes em 1980». É uma ideia correcta no seu significado fundamental.

Não foi o nosso Partido que escolheu, ou indicou, ou preferiu Zenha como candidato. Mas, entre outros, sempre considerou Zenha como um dos candidatos possíveis e aceitáveis.

No X Congresso do nosso Partido foi definido como objectivo eleger um candidato da democracia que «(na linha da estabilização democrática prosseguida nos últimos mandatos presidenciais) dê garantias de defender o regime democrático, assegurar o funcionamento normal das instituições e fazer cumprir a legalidade democrática».

Naturalmente esta exigência está sempre presente no nosso espírito.

E que não nos venham alguns falar da biografia de Zenha e das suas posições e atitudes na política nacional, designadamente em relação ao nosso Partido e ao movimento operário. Ninguém duvidará de que conhecemos melhor a biografia de Zenha e as suas posições do que a imprensa de direita que julga lembrar-nos o esquecido.

Certamente estamos atentos também às opiniões que o candidato Zenha tem expressado.

Sendo certo que outros eventuais candidatos que teriam talvez a nossa preferência não obtiveram o «consenso» necessário para assegurar a vitória, teria sido correcto comprometermo-nos com tais candidaturas? Teria sido correcto antecipar o apoio do Partido a um candidato democrático da nossa preferência?

Não, camaradas. Teria sido um erro imperdoável avançar tal apoio, comprometer-nos com uma candidatura, sem que houvesse fortes elementos para julgar que essa candidatura teria também a aceitação dos outros sectores fundamentais, designadamente os sectores eanistas (com Eanes) e os sectores socialistas que não apoiam Mário Soares.

Se tivéssemos actuado de tal forma, teríamos ficado nós, os comunistas, amarrados a um candidato, e outros sectores fundamentais a outro ou outros. Seria a divisão inevitável das principais forças democráticas com a consequente derrota nas eleições presidenciais.

Por estas considerações se explica a necessidade de sublinhar que a candidatura de Zenha apareceu com aspectos que a situam no caminho do consenso e da convergência. Designadamente: primeiro, o apoio declarado de Ramalho Eanes e dos eanistas; segundo, o apoio de importantes sectores socialistas; terceiro, a abertura ao movimento operário, popular e democrático no qual o PCP se insere.

Ao contrário das candidaturas de Freitas, Soares e Pintasilgo, lançadas já há anos, a candidatura de Zenha só agora aparece, já à beira do período eleitoral. O caminho para a vitória exige sem dúvida um grande esforço no curto período que resta.

É necessário que os importantes apoios a Zenha já anunciados se concretizem num empenhamento mais aberto, directo, divulgado e dinâmico, num alargamento unitário das estruturas de apoio e numa acção que toque os mais vastos sectores do eleitorado.

É necessário que, pela nossa parte, levemos os nossos esforços até ao extremo limite das possibilidades para que o campo democrático concentre os seus votos num só candidato da democracia, aparecendo Zenha como o único que oferece condições para tal.

É necessário travar esta batalha com elevado espírito democrático e cívico, procurando evitar criar fracturas entre os apoiantes de Zenha e os apoiantes de Pintasilgo, antes procurando ganhar todo o campo democrático para a consciência de que a convergência dos apoios e dos votos de todos os democratas é indispensável para derrotar os candidatos da direita e eleger um candidato da democracia.

Por tudo isso devemos continuar a nossa acção de esclarecimento. Ângelo Veloso deve continuar a sua campanha como candidato à Presidência da República. E só ulteriormente decidiremos da desistência da candidatura de Ângelo Veloso e do apelo ao voto.

Esta é a nossa apreciação da candidatura de Salgado Zenha e a nossa atitude em relação a ele.

E da parte das outras forças políticas?

Como a consideram as forças reacconárias? Como a consideram as forças que apoiam os candidatos da direita? Como a consideram Freitas do Amaral e Mário Soares?

O primeiro facto a assinalar é que os mais violentos ataques da reacção e de Mário Soares concentram-se, não contra Pintasilgo, mas contra Zenha.

É uma evidência, que, tanto os partidos e os sectores reacconários, como Mário Soares e a sua candidatura, consideram o candidato Zenha o inimigo n.º 1 nas eleições presidenciais.

No combate a Zenha se juntam Adriano Moreira e o CDS, Jardim e o PSD, Soares e os seus apoiantes e propagandistas.

Eles, que há 10 anos procuram destruir a democracia de Abril com um «frentismo» de direita, acusam Zenha de «candidato frentista», de ser um instrumento da «estratégia frentista delineada pelo PCP», de representante da «esquerda totalitária».

Vindos de onde vêm estes ataques nada têm de surpreendentes. Mais surpreendentes (e isto tem de dizer-se) são os ataques a Zenha desencadeados pela candidatura Pintasilgo.

Contraditoriamente, por um lado, para afastar de Zenha o eleitorado do PCP, apontam Zenha como anticomunista e, por outro lado, um, repetindo Freitas e Soares, acusa Zenha de ser «candidato do PCP» e outro, António Brotas, acusa-o de depender «em absoluto» do apoio do PCP («DN», 29.11.85).

Ainda outro, Eduardo Lourenço, repetindo Soares, acusa-o de ser um candidato «para destruir o PS» quando a verdade é que a política de direita e de aliança com a direita é a responsável pela queda vertical do PS e o abandono dessa política de direita é o único caminho que se oferece ao PS como partido democrático.

Mas deixemos os ataques da candidatura Pintasilgo a Zenha para nos fixarmos ainda sobre a atitude da reacção em geral e de Soares em particular.

Qual a razão que leva a reacção, toda a direita, Mário Soares e a sua candidatura, a serem tão amáveis e mesmo cordiais para com Pintasilgo e a sua candidatura e tão ferozes para com Zenha e a sua?

Qual a razão que (como vimos) leva Soares a incitar Pintasilgo a que «resista às grandes pressões que lhe fazem e vá até ao fim»? Uma única explicação se afigura válida.

Isso sucede porque Soares e Freitas necessitam que Pintasilgo não desista, e que consiga o número suficiente de votos do campo democrático de forma a impedir Zenha de ter na primeira volta mais votos que Soares.

Isso sucede porque Zenha — tendo como tem o apoio de Eanes e dos eanistas, de parte do PS e acabando por ter, como é previsível, o apoio do PCP e do movimento operário, popular e democrático em que o PCP se insere — é o único candidato da democracia em condições de derrotar os candidatos da direita e de ganhar as eleições.

7

A candidatura de A. Veloso na batalha da convergência e da unidade

A apresentação pelo nosso Partido da candidatura do camarada Ângelo Veloso insere-se na batalha que travamos para o consenso e

a convergência do apoio e dos votos num só candidato da democracia logo à primeira volta.

Não há razões para que quem quer que seja se surpreenda com esta candidatura.

Os factos já mostraram, tanto o acerto da apresentação da candidatura como o acerto da escolha do camarada Ângelo Veloso para o cumprimento de tão honrosa e difícil missão.

A orientação, a acção, a influência, o campo eleitoral do nosso Partido não cabem em nenhuma das outras candidaturas democráticas.

Como grande e influente partido nacional, o nosso Partido faz as suas próprias análises, define a sua própria orientação, desenvolve a sua própria acção e a sua própria intervenção na vida nacional — incluindo naturalmente as eleições.

A apresentação da candidatura de Ângelo Veloso é em si mesma uma afirmação de que o PCP não é uma força que vá a reboque de quaisquer outras forças políticas; não é um instrumento de qualquer política alheia aos seus objectivos fundamentais; não é uma muleta de quaisquer planos ou projectos políticos ou pessoais.

A apresentação da candidatura de Ângelo Veloso é em si mesma uma afirmação de que o PCP tem uma palavra a dizer nas eleições presidenciais, além do mais porque sem o apoio do PCP não há consenso democrático e não é possível derrotar os candidatos da direita e assegurar a vitória de um candidato da democracia.

Nas eleições presidenciais, como em qualquer outro aspecto da sua acção, o nosso Partido, consciente da sua força e do seu papel, não actua entretanto com objectivos estreitos, sectários, tendo como finalidade prioritária o proveito partidário dos acontecimentos. Não. Nas eleições presidenciais, como em qualquer outro aspecto da sua acção, o nosso Partido actua para servir o povo, para servir o País, para servir a democracia.

Nesta batalha das presidenciais, o PCP é uma força disponível, podemos mesmo dizer a mais poderosa força disponível, para contribuir para o consenso, a convergência e a unidade de todas as forças democráticas.

Mas só quem ignore inteiramente o que é o nosso Partido, pode admitir que somos o Partido que se pode deixar arrastar para apoios incondicionais.

Por si mesma, a candidatura de Ângelo Veloso tornou claro: por um lado, que o PCP mantém o pleno direito de concorrer às urnas e votar num candidato comunista para a Presidência da República e de ajuzar ele próprio se estão ou não preenchidas as condições para uma desistência e o apelo ao voto noutro candidato; por outro lado, tornou claro que esta candidatura faz parte da batalha em que o PCP está empenhado (séria e profundamente empenhado) em contribuir até ao extremo limite das possibilidades para que se alcance a convergência dos apoios e dos votos num só candidato da democracia logo à primeira volta.

Resulta dos factos que nenhuma outra força política dá mais elevadas mostras do sentido das suas responsabilidades e dos seus deveres para com o povo e para com a democracia.

Ao contrário das acusações de certos comentadores, a candidatura de Veloso não é uma candidatura de divisão mas uma candidatura inspirada pelo objectivo da unidade dos democratas.

A unidade dos democratas exige semelhante compreensão das suas responsabilidades e deveres por parte dos outros sectores democráticos. Exige que cada qual ponha acima dos projectos próprios o objectivo da vitória aferido pelas possibilidades reais. Exige assim, conforme sublinha a Tese VI submetida à discussão desta Conferência Nacional, que candidatos da democracia que não têm os apoios necessários para vencer compreendam que o melhor serviço que podem fazer à democracia é desistir a favor do candidato que dispõe deles.

A batalha que travamos e travaremos pelo consenso, pela convergência, pela unidade, é uma batalha de esclarecimento e convencimento. Implica necessariamente o debate de ideias e o confronto de opiniões. Pela nossa parte tudo faremos para evitar que desse debate e confronto resultem rupturas ou fracturas no campo democrático.

A convergência dos democratas é não só indispensável para uma vitória democrática nas eleições presidenciais como será ulteriormente indispensável para uma alternativa democrática.

A convergência num só candidato da democracia logo à primeira volta seria a mais elevada expressão da consciência política no campo democrático e o mais promissor indicativo de que o futuro democrático do País está assegurado.

As discriminações antidemocráticas, ilegais e arbitrarias que a RTP faz em relação à candidatura de Ângelo Veloso (escandaloso no caso dos debates) insere-se na tentativa do silenciamento sistemático, quando não da deturpação sistemática das posições do PCP. Mostra o receio que as forças de direita têm da batalha de esclarecimento do PCP, da influência política e eleitoral do PCP, da contribuição do PCP para a derrota dos candidatos da direita e para a vitória de um candidato da democracia.

Lutamos para que seja respeitada a legalidade em todo o processo das eleições presidenciais, para que sejam dadas a Ângelo Veloso, representante de uma das mais importantes forças políticas nacionais, iguais possibilidades de esclarecer o eleitorado.

Ao mesmo tempo, mobilizaremos as nossas forças, as nossas energias, os nossos recursos.

Estamos inteiramente certos de que, com a elevada consciência, a dedicação, a unidade de todas as organizações e militantes, o nosso Partido cumprirá com honra o seu dever e a sua tarefa de dar uma contribuição, que pode ser decisiva, para a derrota de Freitas e Soares e para a vitória de um candidato da democracia, previsivelmente Salgado Zenha, nas eleições presidenciais de 26 de Janeiro.

A realização desta nossa Conferência Nacional é clara indicação de que o Partido se apronta com determinação e confiança para esta grande batalha.

8

Uma batalha decisiva

Trata-se de facto de uma grande batalha, de uma batalha decisiva.

Da eleição do Presidente da República dependerá a forma como as competências e poderes desse órgão de soberania serão exercidos. Dada a natureza dessas competências e poderes, da forma como serão exercidos dependerá em larga medida o poder político globalmente considerado, o quadro e os limites da acção executiva do Governo e da acção legislativa da Assembleia da República, o rumo da política nacional.

Esta é a questão fulcral das eleições presidenciais de 26 de Janeiro.

Se vai prosseguir a política contra-revolucionária de destruição e de desastre da economia, de endividamento externo, de fome, de miséria, de corrupção, de capitulação nacional, de submissão ao imperialismo, política realizada por sucessivos governos de direita (com ou sem o PS) nos últimos dez anos e que o actual governo PSD se esforça por prosseguir, ou se o povo português e o regime democrático criará finalmente as condições para uma alternativa democrática que, retomando o caminho de Abril, assegurando a liberdade, a democracia, a independência nacional, seja capaz de resolver os graves problemas nacionais.

Uma grande parte das energias nacionais têm sido absorvidas por sucessivas eleições. Estas têm sido necessárias e indispensáveis. Mas não podem fazer esquecer que entretanto, embora parcialmente contida a política de destruição da direita, a situação económica, social e cultural não cessa de agravar-se e ir-se-á ainda agravar mais com a desastrosa integração no Mercado Comum e os termos dos acordos firmados por Mário Soares que não só não acautelaram no mínimo os interesses nacionais, como põem a nossa agricultura, as nossas pescas, uma grande parte da nossa indústria, as condições de vida dos nossos trabalhadores, a existência de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas e de pequenas e médias empresas comerciais e industriais ao sabor dos interesses dos países desenvolvidos da CEE.

É tempo e mais que tempo de pôr ponto final às tentativas, aos planos e aos projectos de restauração do 24 de Abril que as forças reacconárias continuam a querer levar por diante: restauração das estruturas económicas e do poder económico dos monopólios e dos latifundiários, restauração de um sistema em que às classes trabalhadoras era negado o direito de cidadania, restauração de um Estado centralizado e repressivo, restauração dos métodos arbitrários, administrativos e totalitários de governar, restauração da política salazarista das «liberdades possíveis e da autoridade necessária», restauração da mordaza, restauração de uma justiça governamentalizada, restauração da mentira imposta pela força como verdade oficial.

É tempo e mais que tempo de ter como incontestável, definitiva e historicamente adquirida para Portugal a nova era de liberdade, de democracia, de progresso, de independência e de paz aberta com a revolução de Abril.

É tempo e mais que tempo de acabar com a instabilidade política, social, económica, financeira gerada por 10 anos de guerras sociais e ofensivas contra-revolucionárias desencadeadas por sucessivos governos de direita.

É tempo e mais que tempo de promover uma política de recuperação e desenvolvimento económico, apoiando as diversas formações existentes — sector nacionalizado, sector privado designadamente pequenas e médias empresas comerciais e industriais, pequenas e médias explorações agrícolas, UCP's/Cooperativas — e mobilizando e aproveitando para bem do povo português e de Portugal, os recursos, as riquezas, as energias e as potencialidades nacionais.

É tempo e mais que tempo de realizar uma política de melhoria das condições de vida material e cultural da população, tomando medidas de emergência para atacar e resolver os problemas mais prementes como os salários em atraso, os despedimentos, o desemprego, com particular relevo para o desemprego da juventude e das mulheres, a alta dos preços, o nível miserável das pensões e reformas, o custo incomportável da habitação e da saúde, a degradação do ensino e da vida cultural.

É tempo e mais que tempo de pôr fim a uma política externa de capitulação, de subserviência, de perda completa do brio nacional, e de adoptar uma política externa de independência, paz e cooperação inspirada por critérios nacionais e patrióticos.

Depois de 10 anos de política desastrosa, trata-se de uma viragem efectiva na política nacional que os interesses do povo e da pátria de há muito reclamam.

E porque uma tal viragem exige necessariamente como pressupostos que a Constituição da República seja defendida e cumprida, que as instituições funcionem regularmente e que a legalidade, a ordem democrática e as liberdades e direitos dos cidadãos sejam assegurados; e porque a defesa e garantia destes elementos básicos e invioláveis do regime democrático português constituem o essencial dos poderes e competências do Presidente da República — as eleições presidenciais de 26 de Janeiro adquirem na presente conjuntura uma transcendente importância e significado e a luta pela vitória de um candidato da democracia apresenta-se como dever e tarefa irrecusáveis de todos os democratas e patriotas portugueses.

Por um só candidato da democracia logo à 1.ª volta, por uma grande vitória da democracia nas eleições presidenciais.

Viva Portugal de Abril!
Viva a unidade dos democratas e patriotas!
Viva o Partido Comunista Português!



Henrique Sousa, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Minho: «Muitos camaradas sublinharam que se impõe intensificar o desmascaramento de Mário Soares como candidato de direita e desmistificar as ilusões semeadas de que os comunistas poderiam admitir o voto na segunda volta neste adversário confesso do 25 de Abril e dos trabalhadores.»



Ana Rita Teles André, membro da Organização Regional da Beira Interior: «Foi justa, no entender das organizações da Beira Interior, a decisão de apresentar a candidatura do camarada Ângelo Veloso e o objectivo de contribuir, até ao extremo limite das possibilidades, para o consenso e a convergência dos apoios e votos, logo na primeira volta, num só candidato da democracia.»



Horácio Rufino, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Algarve: «É evidente também que a candidatura de Salgado Zenha ganha terreno e novos apoios. Estamos por isso confiantes de que ultrapassada a timidez inicial com que esta candidatura se apresentou, se forem dados passos firmes e rápidos para o seu lançamento, se se dinamizar a sua actividade, irá congrega rapidamente uma larga corrente democrática e um amplo apoio de massas.»



José Machado Moreira Rita, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Alentejo: «Subsistem ainda, em bastantes democratas e mesmo em alguns membros do Partido, muitas dúvidas e confusões, e mesmo em certa tendência para a candidatura que não reúne os apoios necessários para vencer (...) Estas dúvidas e confusões diminuem à medida que se alarga a discussão, dentro e fora do Partido.»



Valdemar Santos, membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Setúbal: «A vida provou, apesar dum ou doutra indisposição, que fizemos bem em "engolir o sapo". Não é que nos tenhamos viciado "gastronomicamente", mas, em 1986 como em 1980, firmes nos princípios, mantêm-se (tem de se manter) a nossa determinação de tudo fazer em defesa da democracia, da liberdade, do Portugal de Abril.»



Cláudia Nogueira, membro suplente do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Lisboa: «A pouco mais de 20 dias das eleições, a tarefa que se nos coloca não é apenas votar certo, é também trabalhar para que todos os democratas votem e votem certo para derrotar a direita. No distrito de Lisboa temos consciência da grande batalha que temos que travar.»



Cecília Sevivas, membro da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes: «Apesar de tardio o aparecimento da candidatura democrática sobre a qual se desenvolve a verificação do consenso, e apesar da perturbação causada em sectores democráticos pela candidatura precipitada de Maria de Lourdes Pintasilgo e pela manipulação desenfreada que os órgãos de comunicação social ao serviço da direita têm vindo a desenvolver, estamos confiantes (...).»

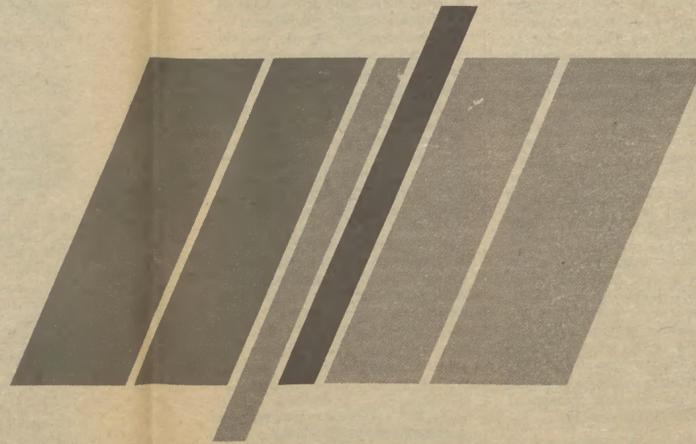


Victor Costa, membro suplente do Comité Central e do Executivo da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral: «Perante o testemunho e conhecimento de manobras e opiniões no seio das estruturas locais dos partidos reaccionários PSD e CDS no sentido de entre eles promoverem o desvio de votos necessários à garantia de uma segunda volta em torno dos candidatos da direita Freitas do Amaral e Mário Soares; perante o frequente aparecimento (...) de dúvidas e hesitações na avaliação da correlação de forças e do valor dos apoios que reúne cada um dos candidatos da área democrática (...), as Teses constituem sem dúvida um documento rigoroso e da maior importância.»



Rosa Rabiais, membro do Comité Central e do Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa: «No estádio actual do processo democrático em curso, a classe operária, não tendo embora condições para eleger um candidato próprio, não se deixará enganar por aqueles que, reclamando-se do seu apoio, estão de facto a dividir as forças democráticas numa batalha decisiva para o regime democrático português.»

Unir os Democratas para a Vitória da Democracia



Fátima Rosa, membro da Direcção da Organização Regional de Leiria: «Nesta primeira fase do nosso trabalho podemos dizer-vos que alguns frutos positivos já se verificaram. Das reuniões realizadas, dos contactos individuais feitos com membros do Partido menos ligados à organização e com outros democratas, tem resultado um melhor entendimento das nossas posições e o círculo dos que tinham maiores incompreensões está a ficar mais reduzido.»



José Decq Mota, membro do Comité Central e da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores: «Da mesma forma que os açorianos recusaram em 80 dar a vitória a Soares Carneiro, poderão, se tudo for feito nesse sentido, recusar em 86 qualquer vitória aos candidatos da direita, Freitas do Amaral e Mário Soares.»



Mesa da Presidência

A Mesa que presidiu aos trabalhos da Conferência tinha a seguinte composição:

Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, António Dias Lourenço, António Gervásio, Carlos Brito, Carlos Costa, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Fernando Blanqui Teixeira, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Jorge Araújo, José Casanova, José Soeiro, José Vitoriano, Octávio Pato, Raimundo Cabral e Sérgio Vilarigues, membros da Comissão Política e membros do Secretariado do Comité Central. António Lopes, António Orcinha, Artur Vidal Pinto, Bernardina Sebastião, Carlos Ramilides, Edgar Correia, Jaime Félix, Luísa Araújo e Zita Seabra, membros suplentes da Comissão Política e membros suplentes do Secretariado do Comité Central. E ainda os seguintes camaradas:

Abílio Gonçalves Pereira — Empregado. Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores e da Comissão de Ilha da Terceira.

Alcides Girão Pinto — Operário. Membro da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes e da Comissão Distrital de Bragança.

Américo Bernardo Abalada — Pedreiro. Membro suplente do Comité Central e do Executivo da Direcção da Organização Regional de Santarém.

Ana Maria Mesquita — Empregada. Dirigente Sindical e membro da Organização Regional do Porto.

Antónia Maria C. Torres — Operária. Membro da Comissão Distrital de Viseu.

António Abreu — Engenheiro. Membro suplente do Comité Central e do Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa. Mandatário Nacional da Candidatura de Ângelo Veloso.

António Mota — Operário metalúrgico. Membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Porto. Membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

António Romeiras — Empregado. Membro da Direcção da Organização Regional do Alentejo e da Comissão Distrital de Évora. Presidente da As-

sembleia Municipal de Montemor-o-Novo.

Augusto Carvalho C. Araújo — Operário Têxtil. Dirigente sindical. Membro da Direcção da Organização Regional do Minho.

Carlos Carvalhas — Economista. Membro do Comité Central. Deputado e Vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Fernanda Mateus — Operária. Membro Suplente do Comité Central e membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa.

Francisco Manuel Alfiante — Electrotécnico nos CTT. Membro da Comissão Distrital de Beja.

Gracieta dos Santos Baião — Enfermeira. Membro da Comissão Concelhia de Alcácer do Sal. Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Isabel Maria Cardoso Alves — Estudante. Membro da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa.

João Amaral — Advogado. Deputado. Membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP.

João Garcia de Abreu — Operário da Const. Civil. Membro suplente do Comité Central. Membro da Direcção da Organização Regional da Beira Interior.

Jorge Guilherme E. Pires — Ope-

Américo Bernardo Abalada, membro do Comité Central e da Organização Regional de Santarém: «O essencial é que todas as forças, correntes e personalidades democráticas procurem rapidamente as vias de aproximação e do diálogo em torno das condições necessárias para a vitória de um democrata nas eleições presidenciais, que é inteiramente possível para o bem do Povo Português e do regime democrático.»

José Timóteo, membro suplente do Comité Central e da Comissão Executiva da Direcção da Organização Regional do Porto: «Para a quase totalidade dos militantes que participaram na discussão das Teses, prevaleceram os critérios políticos que devem presidir à decisão do Partido (...). Mas devem simultaneamente reflectir-se as apreensões manifestadas por diversos camaradas em relação à falta de esclarecimento de muitos eleitores, e à enorme pressão política e ideológica que está a ser feita através dos grandes meios de comunicação social dominados pela direita» (...)

José Ferreira Neto, membro do Comité Central e da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira: «A participação do PPD na estratégia da transferência de votos da direita para Mário Soares é tão descarada que, por interferência directa de João Jardim (que foi o efectivo proponente), o mandatário e os componentes da "comissão de honra" da candidatura de Mário Soares na Madeira ou são membros do PPD ou provêm de sectores da direita ultra-reaccionária.»

rário químico. Membro da Direcção da organização Regional de Setúbal e da Comissão Concelhia do Barreiro.

Jorge Manuel Paixão — Operário. Membro suplente do Comité Central e do Executivo da Direcção da Organização Regional de Leiria.

José Marcelino C. Castanheira — Operário. Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Algarve.

José Saramago — Escritor. Membro da Célula dos Escritores do Sector de Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa.

Maria Amélia Matos — Operária têxtil. Membro da Comissão Concelhia da Covilhã.

Maria do Carmo Ramos — Analista Química. Dirigente Sindical. Membro da Comissão Executiva da CGTP-Intersindical.

Maria Cecília Sevivas — Médica. Membro da Organização Regional de Trás-os-Montes.

Maria Fernanda Simões — Empregada bancária. Membro do Secretariado da Célula do Banco Pinto Sotto Mayor, da Organização dos Bancários da Organização Regional de Lisboa.

Maria Leonor Xavier — Operária agrícola. Membro Suplente do Comité Central, do Executivo da Direcção da Organização Regional do Alentejo e da Comissão Distrital de Portalegre.

Maria Sofia M. Horta — Professora. Membro da Comissão Concelhia de Guimarães.

Paulo A. Valério Loya — Operário gráfico. Membro da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa.

Ramiro Silva — Operário. Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral e da Comissão Distrital de Aveiro.

Vitor Costa — Professor. Membro suplente do Comité Central e do Executivo da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral.

Zózimo Felício Amado — Electricista. Membro da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira.



Sacavém, 4 JAN. 1986

Octávio Pato

As eleições presidenciais e o candidato do consenso

As «Teses» aprovadas pelo CC e a intervenção do camarada A. Cunhal, analisam as premissas políticas que permitem a esta Conferência Nacional indicar, no concreto, o candidato da democracia para o qual se orienta o consenso das forças democráticas.

A apresentação da candidatura do camarada A. Veloso visa objectivos que foram claramente definidos e justamente compreendidos por todo o Partido. Se a opção dos comunistas, e de muitos outros democratas, se tivesse de fazer sobre o candidato que maiores garantias daria quanto à sua fidelidade à democracia e aos ideais de Abril, sobre qual dos candidatos é que está mais identificado com os interesses e aspirações dos trabalhadores e de todo o povo português, de certo que todos nós votaríamos em A. Veloso.

Votaríamos nele, mas ele não reuniria os votos necessários para ser eleito e todos esses votos iriam faltar para eleger o candidato da democracia.

A candidatura de Maria L. Pintasilgo foi uma candidatura precipitada e voluntarista. Para o sucesso duma candidatura não bastam os apoios dispersos, mesmo que bem intencionados; os apoios calorosos da enfraquecida UDP; de alguns ex-ex-de quadras diversos; não bastam, e até a desfavorecem, os apoios na direcção da sua candidatura de pessoas que sempre centraram a sua actividade contra o PCP, com o objectivo confesso de tentarem conter ou reduzir a influência de massas do PCP e a força eleitoral que a APU representa.

Mesmo sem discutir o pôr em causa a pessoa de L. Pintasilgo, a sua maior ou menor simpatia, os seus méritos, posições políticas e ideológicas, sem discutir sequer os seus projectos e conceitos sobre as funções do Presidente da República a eleger, o que é essencial compreender é que a sua candidatura não dispõe dos apoios necessários para se tornar vitoriosa. É um facto adquirido que a candidatura de L. Pintasilgo não tem o apoio de nenhuma das grandes forças ou sectores políticos do campo democrático.

As forças de direita também o sabem e por isso a estimulam e fomentam ilusões. Mário Soares chama-lhe utópica, mas dispensa elogios ao seu projecto que apelida de «genuíno, não ditado pelos estados maiores dos partidos». O jornal «Expresso» falou bem claro quando afirmou: «Para os soa-ristas, Pintasilgo não só aumenta as esperanças de Soares passar à 2.ª volta, com os votos que ela disputa a Salgado Zenha, como tem ainda uma maior utilidade: os seus serviços lançam a Zenha acusações que os soa-ristas preferem não fazer».

M. L. Pintasilgo continua a afirmar que manterá a sua candidatura «contra a aritmética dos gabinetes e contra ventos e marés». Em Viseu afirmou: «Em nenhuma situação desistiria». E Mário Soares, como quem reproduz o eco das palavras de L. Pintasilgo, declarou: «Disse que não desistiria. Espero que não desista».

Ante um tão elucidativo interesse de Mário Soares para que L. Pintasilgo não desista, torna-se evidente que a direita e ele próprio anseiam que o campo democrático não concentre os seus votos num único candidato, mas que esses votos sejam divididos por mais de um.

Que a força da razão e da consciência patriótica e a causa da democracia e o seu futuro acabem por determinar a atitude de L. Pintasilgo, jul-

gamos ser os desejos de todos os que condicionam os seus esforços ao objectivo central de todos os democratas: derrotar os candidatos da direita e garantir a vitória do candidato que pode assegurar uma ampla convergência do campo democrático.

O lançamento da candidatura de Salgado Zenha e o apoio imediato da corrente eanista causou grandes perturbações nas forças da direita. Toda a direita e também promotores da candidatura de L. Pintasilgo desencadearam furiosos ataques contra a candidatura de Zenha e contra Ramalho Eanes. A lógica da vida conduziu à conclusão de que se a candidatura de Zenha causou tantas perturbações na direita isso é a confirmação de que ela está em consonância com os interesses da democracia.

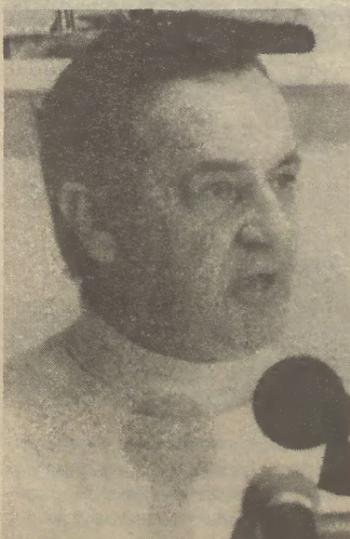
Todos sabem que entre os comunistas e Zenha existem opiniões divergentes (e o mesmo sucede com Ramalho Eanes). Isso também se verificou nas eleições de 1980, quando ao povo português se colocava o grande dilema de derrotar ou não o candidato fascista da «AD», o general Soares Carneiro. Mas isso não impediu que, com um mesmo objectivo, se tivesse criado uma ampla convergência com democratas de todos os quadrantes políticos e assim fosse derrotado o candidato fascista, e eleito Ramalho Eanes.

Agora, um novo dilema se coloca: derrotar Freitas do Amaral, o candidato do recauchutado projecto «AD», e Mário Soares, o candidato das alianças com todas as direitas, seja o CDS, o PSD ou até o PPM.

O que é essencial determinar quanto ao candidato da democracia é saber se pode congrega os apoios necessários para ser eleito.

Não desconhecemos que muitos democratas e até votantes da APU ainda privilegiam a sua simpatia por L. Pintasilgo. Mas a questão que se coloca não é saber a qual dos candidatos se atribui melhor perfil, qual dos candidatos é o mais simpático, se é homem ou mulher. A questão essencial é saber qual dos dois tem mais condições para reunir os apoios indispensáveis para ser eleito.

Para reforço desta nossa conclusão, será útil que todos os membros do PCP e a generalidade dos votantes da APU, tenham em conta a experiência colectiva do PCP, os seus conhecimentos e análises políticas amplamente comprovados pela vida. Também não será de mais relembrar situações em que muitos democratas



Octávio Pato
Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central

e eleitores da APU agiram não em conformidade com uma justa análise política mas consoante as suas simpatias, tendo mais tarde a vida demonstrado o erro dessas opções. Foi o caso dos que votaram Otelo em 1976.

A grande opção que cada democrata terá de fazer é se vai votar num candidato para vencer ou para ser derrotado. E não é L. Pintasilgo mas sim Zenha quem se encaminha para reunir as condições para vencer. E essa opção terá de ser feita já na 1.ª volta e não apenas na 2.ª volta.

Num artigo do «DN» dizia-se: «Eliminar Zenha na 1.ª volta será, assim, o objectivo essencial de Freitas do Amaral».

Nós acrescentamos: de Freitas do Amaral e de Mário Soares, pois que um e outro tudo estão fazendo para passarem os dois para a 2.ª volta. Este perigo que muitos subestimam existe.

É por isso da máxima importância que não se dispersem votos entre Maria L. Pintasilgo e Zenha e que os votos da democracia se concentrem, logo à 1.ª volta, no candidato que conte com os apoios das forças e sectores políticos fundamentais que têm de garantir a sua vitória.

As forças democráticas são bastante mais fortes, e os seus eleitores mais numerosos que as forças e eleitores da direita. Isso tem sido sempre assim, e assim continuará a ser, se não houver divisões do campo democrático, nas próximas eleições presidenciais de 26 de Janeiro. Estamos certos que todos nós não regatearemos esforços para assegurar uma continuação positiva na evolução da situação política do País com a vitória do candidato da democracia nas eleições presidenciais. ■

Carlos Costa

As eleições de 1985 e as presidenciais

Camaradas,
O Comité Central do nosso Partido analisou já os resultados eleitorais, quer das eleições de 6 de Outubro para a Assembleia da República, quer das eleições de 15 de Dezembro para as Autarquias Locais. É porém útil examinar, à luz dos resultados destas eleições, com as necessárias reservas decorrentes de se tratar de eleições de diferente natureza, as possibilidades e condições de derrota dos candidatos da direita e da vitória de um candidato democrático.

Nas eleições de 6 de Outubro, o PS de Mário Soares sofreu a sua maior derrota eleitoral de sempre passando (no País, âmbito em que se realizam as eleições autárquicas e presidenciais) de 2046 mil votos em 1983 para 1196 mil votos perdendo, portanto, 850 mil votos, ou seja, 42% do seu anterior eleitorado. A sua percentagem nacional baixou de 36,4% para 20,8%, percentagem, portanto, muito inferior à de 33,6% obtida nas mesmas eleições pelos principais partidos que à partida apoiam Salgado Zenha ou entendem que este é de entre os candidatos democráticos o mais bem colocado para fazer convergir os votos das forças democráticas.

Quanto ao PSD e CDS, que em 1983 tinham já sofrido uma enorme derrota relativamente à «AD» de 1980, não tiveram, em conjunto, qualquer vitória eleitoral significativa nas eleições de 6 de Outubro, ao contrário do que quiseram fazer manipulando os órgãos de comunicação social. Na verdade, a subida conjunta destes dois partidos apoiantes de Freitas do Amaral foi ínfima: passaram de 2217 mil votos (39,4%) para 2274 mil votos (39,6%), ficando assim muito longe da votação e percentagem necessárias para eleger o seu candidato fascizante, de regresso ao antes do 25 de Abril, Freitas do Amaral.

Os resultados de eleições para a Assembleia da República não são mecanicamente transponíveis para as eleições presidenciais. Mas inculcam, que o candidato dos partidos reaccionários, Freitas do Amaral, passará à primeira volta; e que o outro candidato da direita, Mário Soares, seria derrotado na primeira volta por Salgado Ze-

inha, se neste convergissem os votos do eleitorado dos partidos que o apoiam ou se inclinam para o considerar como o candidato democrático com maiores possibilidades, vitória que se alargaria se nele convergissem, logo na primeira volta, igualmente, os votos de parte do eleitorado do PS, como é mais do que provável.

Numa segunda volta das eleições presidenciais o eleitorado democrático do PS, que ainda tiver sido iludido por Mário Soares na primeira volta, votará em Salgado Zenha, pois não é admissível que queira o regresso ao passado com Freitas do Amaral, como já o demonstrou (contra a vontade de Mário Soares) em 1980, contribuindo para a vitória de Ramalho Eanes e para a derrota de Soares Carneiro.

Os números atrás referidos mostram também a evidência do perigo que representaria a dispersão de votos em mais de um candidato democrático, neste momento crucial para a democracia portuguesa.

Se os resultados das eleições para a Assembleia da República se não podem, sem reservas, transpor para as eleições presidenciais, maiores reservas merece ainda a transposição dos resultados das eleições autárquicas para as presidenciais.

Contudo, se se quiser ler os resultados das eleições autárquicas à luz das próximas eleições presidenciais, logo se verá a completa falsidade da teoria da «recuperação» do PS de Mário Soares fabricada para dar alento à sua candidatura presidencial.

Também a candidatura de Freitas do Amaral não beneficiou de qualquer novo impulso significativo.

Na verdade, o PS de Mário Soares confirmou nas autárquicas de 15 de Dezembro a sua enorme derrota de 6 de Outubro perdendo cerca de 450 mil votos relativamente aos resultados das Assembleias Municipais (os mais comparáveis com os da Assembleia da República) de 1982, e obtendo um número de votos, cerca de 1170 mil, não superior ao obtido em 6 de Outubro (1196 mil). Como se vê, é inteiramente falsa a fabricada teoria de «recuperação» de Mário Soares à luz dos resultados das eleições autárquicas.

Quanto ao PSD e ao CDS, se aumentaram muito ligeiramente a sua votação relativamente aos resultados que obtiveram para as Assembleias Municipais de 1982, não subiram o número dos seus votos nas eleições de 15 de Dezembro, 2220 mil, relativamente à votação obtida, no País, em 6 de Outubro (2274 mil). É, portanto, falso falar-se, na base dos resultados das eleições autárquicas, num novo impulso à candidatura de Freitas do Amaral.

Mas talvez o mais profundo significado político das eleições autárquicas de 15 de Dezembro seja a demonstração de que as alianças de direita podem ser derrotadas como





Carlos Costa
Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central

o foram em 32 dos 41 municípios em que o PS, PSD e CDS se coligaram. A perda de Câmaras Municipais de maioria APU para a coligação de direita, PS, PSD e CDS, contém, porventura, o **malor ensinamento** que das eleições autárquicas se pode tirar para as eleições presidenciais. Na verdade, se em relação a estas Câmaras Municipais e a outras, como por exemplo, Sintra, não tivesse havido dispersão de votos tais alianças teriam sofrido uma derrota muito maior, obtendo-se importantes vitórias, não só benéficas para essas populações, mas também para a democracia portuguesa globalmente considerada.

Porém se a **dispersão de votos** nas eleições autárquicas foi um mal para a democracia, a **dispersão de votos para as eleições presidenciais pode ser trágica para o regime democrático consagrado na Constituição da República.**

À partida, como se viu, é elevadíssima a probabilidade de vitória na primeira volta de Zenha sobre Soares, se em Salgado Zenha convergirem, pelo menos, os votos do eleitorado que em 6 de Outubro votou no PRD e na APU.

Maria de Lurdes Pintasilgo não tem probabilidades chegar à segunda volta. Por isso, dispersar votos nesta candidatura é apenas aumentar as probabilidades de passarem à segunda volta os dois candidatos da direita, Mário Soares e Freitas do Amaral.

As eleições presidenciais de 1976 e de 1980 encerram também importantes lições.

Em 1976, contra as advertências do PCP, 800 mil eleitores votaram em Otelo Saraiva de Carvalho. Esses eleitores democratas podem agora verificar o erro que cometeram. Mas agora, por razões bem diferentes, se tais eleitores cometessem o erro de votar na engenheira Lurdes Pintasilgo, tal poderia ter irremediáveis consequências trágicas para o próprio regime democrático.

Em 1980, as forças democráticas uniram-se em torno de Ramalho Eanes e derrotaram toda a direita (PSD, CDS e Mário Soares) e o seu candidato fascizante Soares Carneiro.

A possibilidade de repetir tal vitória fazendo eleger Salgado Zenha contra Freitas do Amaral na segunda volta está inteiramente ao alcance das mesmas forças democráticas que elegeram Ramalho Eanes em 1980.

A tarefa imediata que se coloca a todos os democratas consequentes é, pois, a de lutarem por um profundo trabalho de esclarecimento popular capaz de unir as forças democráticas bastantes para que Zenha bata Soares na primeira volta, momento que será politicamente crucial para a democracia portuguesa. A candidatura do camarada Ângelo Veloso insere-se precisamente no combate de esclarecimento necessário pela unidade democrática.

A confiança na luta é imprescindível à vitória! ■

Domingos Abrantes

As presidenciais e o PS

Camaradas,

As eleições presidenciais do próximo dia 26 revestem-se de extraordinária importância para a estabilidade e a defesa do regime democrático.

Tal como em 1980, nestas eleições os portugueses têm apenas uma de duas opções possíveis: eleger um presidente garante da ordem constitucional, ou, pelo contrário, eleger um seu inimigo que utilize o órgão de soberania — Presidência da República como poderosa alavanca contra o regime democrático.

O anúncio da candidatura do dr. Salgado Zenha, que à partida apareceu a reunir os apoios sociais e políticos capazes de derrotar as candidaturas de direita, deu lugar a uma intensa campanha de diversão ideológica, intriga política e histeria anticomunistas.

Apresenta-se o dr. Salgado Zenha como o candidato dos comunistas, e a sua candidatura como uma maquinação do PCP visando a destruição do PS. Diferentes estratégias da direita e os mais diversos analistas políticos, alguns mesmo que a si próprios se classificam de democratas e até de esquerda, numa convergência sem fronteiras, perante os alegados caos e tragédia que se abaterão sobre Portugal e os portugueses se o dr. Salgado Zenha for eleito, apelam abertamente a cerrar fileiras em defesa do PS.

Mário Soares apela a Maria de Lurdes Pintasilgo para que não desista, Adriano Moreira define o PS como a fronteira da liberdade e a última barreira capaz de conter o frentismo popular, Alberto João Jardim declara que M. Soares prestaria um grande serviço à democracia se conseguisse

chegar à 2.ª volta, Freitas do Amaral diz ser o único candidato capaz de fazer o PS recuperar das dificuldades em que caiu e o infável Abecasis afiança que ele não deixará destruir o PS.

Não é certamente o futuro do PS como partido democrático que preocupa as forças de direita. O que as preocupa é que a derrota de Mário Soares possa levar a modificações no PS capazes de inviabilizar a permanente e activa participação deste partido e do seu secretário-geral nas coligações da direita e no processo contra-revolucionário. O sr. Vasco Pulido Valente, da candidatura de Mário Soares (e em 1980 de Soares Carneiro) declarou em 10 de Novembro que não era a eleição de Freitas do Amaral, mas a de Mário Soares que podia evitar a unidade da esquerda. É caso para dizer: «Branco é, galinha o põe».

Camaradas,

O X Congresso do nosso Partido, apreciando a importância das eleições presidenciais, fixou como objectivo central e fundamental, derrotar as candidaturas de direita, nas quais já na altura se incluía Mário Soares. A decisão do X Congresso baseou-se na prática política concreta de Mário Soares e do PS sob a sua direcção. Dois anos decorridos desde então, pela prática governativa, pelas alianças que estabeleceu e os apoios que solicitou, não desmentiram, antes confirmaram e reforçaram a caracterização de Mário Soares como candidato da direita.

O PCP, fiel às suas tradições unitárias, guiando-se sempre pelos interesses do regime democrático, consciente da importância decisiva que te-

ria para os destinos da revolução a unidade entre comunistas e socialistas, durante anos, de forma constante e perseverante, multiplicou esforços e iniciativas para alcançar o entendimento, a cooperação e a unidade entre os dois partidos.

Como é sabido, os principais dirigentes do PS, encabeçados por Mário Soares, à unidade com o PCP e as forças democráticas, contrapuseram o entendimento, a cooperação e a unidade com a reacção interna e externa, criando as condições para o avanço do processo contra-revolucionário, e, simultaneamente, sujeitando o PS ao enfraquecimento e à derrota.

A passagem da direcção do PS para o campo da direita e da reacção causou sérios prejuízos à revolução portuguesa. Sem a prestimosa cooperação da direcção do PS, e especialmente de Mário Soares, a contra-revolução não teria tido condições de levantar cabeça.

A influência ganha pelo PS na sociedade portuguesa, na base de um programa de transformações socialistas, que nunca foi seguido pela sua direcção, e de promessas de satisfação das mais sentidas aspirações do nosso Povo, que se revelaram demagógicas, tornou-se um factor prejudicial a qualquer alternativa democrática.

O balanço da actuação política do PS é demasiado trágico para a revolução portuguesa. O PS, sob a liderança de Mário Soares, é o principal responsável pela divisão do campo democrático, a divisão do movimento sindical, a política de miséria para os trabalhadores e as massas populares, as violações da Constituição e os ataques às principais conquistas da revolução (Reforma Agrária, nacionalizações, direitos dos trabalhadores), as limitações às liberdades e a submissão mais vergonhosa ao imperialismo norte-americano.

Mário Soares e os soaristas que dominam o PS acabaram por se assumir como o motor do processo contra-revolucionário e os campeões do anticomunismo. Com a sua política ganharam, é certo, o aplauso do grande capital e do imperialismo, mas perderam o apoio de grande parte do seu eleitorado e de milhares de membros do seu partido.

A derrota do PS no passado 6 de Outubro, nas condições e proporções que se conhecem, traduz a profunda indignação que atingiu a sua base de apoio, pela política antipopular e antinacional praticadas pelo Governo Mário Soares.

Acontecimentos posteriores mostram de forma clara que a actual direcção do PS não é capaz de extrair as devidas lições da derrota e não se propõe mudar de rumo, pelo que se pode perguntar com toda a propriedade: que futuro espera o PS?

Um partido que se diz socialista e dos trabalhadores e que sistematicamente se bandeia com a reacção, que elege como inimigo o PCP e o movimento operário, as forças mais consequentes e determinantes na defesa das conquistas democráticas, não terá grande futuro.

Nós, comunistas, não confundimos as aspirações da grande massa dos socialistas com a política dos dirigentes do PS, política que combatemos e combateremos enquanto a prática do PS for contrária aos interesses das massas populares, pois o critério mais importante que permite determinar a origem de classe de um partido é o conteúdo da sua política e as posições concretas que sustenta a sua direcção.



Domingos Abrantes
Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central

Camaradas,

O processo de desagregação e enfraquecimento do PS vem muito de trás. A causa primeira reside na sua política sem princípios. A situação em que se encontra hoje o PS e o seu candidato é da inteira responsabilidade de Mário Soares e outros dirigentes soaristas.

O que deve ser o PS, que este partido desempenhe um papel de acordo com o seu projecto e as aspirações da grande massa dos seus membros, depende dos próprios socialistas.

A reconversão do PS à democracia, com Mário Soares, é questão fora de causa. O entendimento, a cooperação e a unidade entre comunistas e socialistas, por necessária e indispensável à democracia, mais cedo ou mais tarde acabará por se impor, uma unidade que terá que ter por base a luta contra o grande capital, a defesa dos interesses dos trabalhadores e da independência nacional, uma unidade que passa igualmente pela derrota de Mário Soares como candidato da direita.

Camaradas,

A estratégia largamente acarinhada por Mário Soares de chegar a Belém na base do apoio da direita conseguido à custa da mais vergonhosa capitulação em matéria de princípios, está prestes a afundar-se, para bem do regime democrático, de Portugal e dos portugueses e do próprio PS.

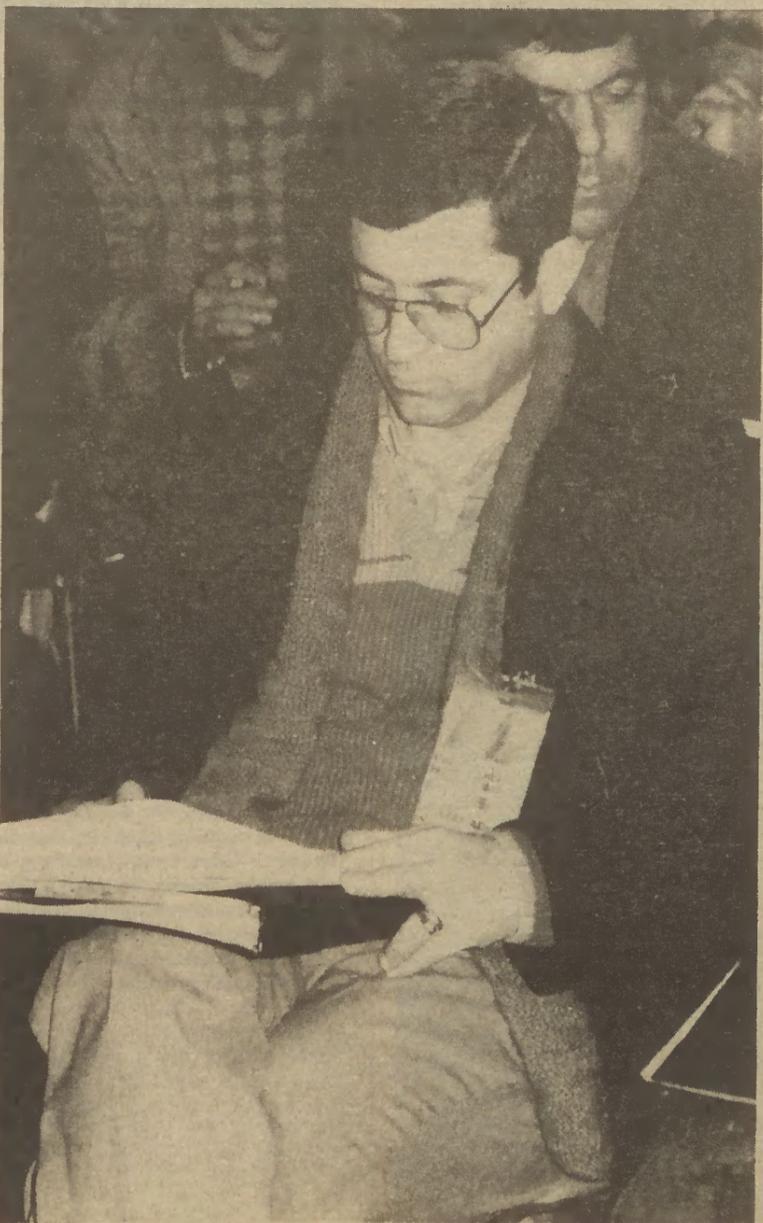
O PCP parte do princípio de que o melhor candidato, independentemente da pessoa, é o que pode atingir o objectivo. Salgado Zenha, pelos largos apoios políticos e sociais que já conseguiu, é aquele que se apresenta em melhores condições, se as forças democráticas conjugarem esforços, de derrotar Freitas e Soares — os candidatos da direita.

Na batalha das presidenciais, lado a lado com os comunistas e outros sectores democráticos, estamos firmemente convencidos de que os socialistas, todos os autênticos socialistas, irão dar uma contribuição imprescindível para assegurar a continuidade do regime democrático.

É hoje evidente que a desagregação e o enfraquecimento do PS é o resultado da política de direita e das alianças de Mário Soares com a direita.

A situação é complexa e comporta perigos, mas as forças democráticas estão em condições de alcançar a vitória. Entretanto, como se afirma nas Teses, «uma vez mais na história da luta dos democratas portugueses, se coloca como imperativo sobrepor o que os une àquilo que os separa».

O PCP, o grande partido dos trabalhadores, não cedendo a pressões nem chantagens, com toda a sua organização, com o prosseguimento da sua candidatura própria, dará uma contribuição decisiva para a eleição do candidato da democracia, para bem de Portugal e das instituições democráticas. ■



Carlos Brito

A importância do PR para a defesa do regime democrático

Camaradas:

As teses do Comité Central e a intervenção de abertura da Conferência do camarada Álvaro Cunhal salientaram a importância vital para a defesa e o prosseguimento do regime democrático que reveste a vitória de um candidato da democracia nas eleições presidenciais.

O órgão Presidente da República desempenha, com efeito, um papel decisivo no quadro dos órgãos do poder político e, por isso, a questão de saber quem o ocupa, é uma questão central não só para o futuro do regime democrático, mas para o próprio destino do nosso povo e do nosso País.

Se algumas dúvidas subsistissem a este respeito, bastava observar as sucessivas tentativas das forças da direita para aprisionar e controlar este órgão de soberania e colocá-lo ao serviço dos seus projectos restauracionistas e contra-revolucionários. Julgaram tê-lo conseguido em 1976 com o apoio que deram à candidatura do general Ramalho Eanes, mas enganaram-se redondamente. Por isso, tentaram em 1980 fazer eleger o general fascista Soares Carneiro, mas foram derrotadas. Por isso se apresentam agora com duas candidaturas de direita — a de Mário Soares e a de Freitas do Amaral — e se lançam com muita raiva e com muitos meios numa grande operação para dividir as forças e os votos da democracia. Mas, tal e qual como aconteceu em 1980, é absolutamente necessário e perfeitamente possível, voltar a derrotar em 1986 os planos da reacção e assegurar a vitória de um candidato da democracia.

Para isso torna-se fundamental compreender que, revestindo esta eleição um carácter vital, ela não se compadece com atitudes ou movimentações de mero protesto, por muito respeitáveis que sejam na origem, nem é a ocasião para o lançamento de quaisquer novos movimentos ou de quaisquer novos discursos que não sejam os que conduzam à convergência de todas as energias e de todos os votos no candidato capaz de reunir

o consenso maioritário das forças democráticas. Mais do que em quaisquer outras eleições, as presentes eleições presidenciais fazem apelo ao sentido de utilidade e de eficácia dos verdadeiros democratas, isto é, daqueles que são capazes, em momentos especiais, de sacrificar planos, projectos e até legítimas ambições pessoais, para assegurar a defesa dos superiores interesses do País e do regime democrático.

Para a justa avaliação do que está em causa é também necessário ter uma noção clara de que nenhum outro titular de um cargo político dispõe de tanto poder como o Presidente da República.

Na verdade, o Presidente da República continua a desfrutar de vastas competências e de grandes poderes no nosso sistema constitucional, mesmo depois da revisão de 1982. Os recentes eventos políticos que acompanharam a crise da coligação PS/PSD e que levaram à demissão do Governo de Mário Soares e à dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República, são um bom testemunho da relevância do estatuto e dos poderes presidenciais e da singular capacidade de intervenção que lhe está reservada constitucionalmente.

A par dos poderes de demissão e de dissolução, o Presidente da República detém muitos outros através dos quais, não lhe cabendo legislar nem governar, pode intervir eficazmente na situação e na evolução política (para bem ou para mal): pode controlar a actividade legislativa exercendo o direito de veto por razões políticas ou por inconstitucionalidade; pode requerer ao Tribunal Constitucional que de-

clare inconstitucional a inexistência de legislação em áreas definidas pela Constituição; pode fiscalizar toda a actividade do Governo, designadamente através do exercício do direito de obtenção de informação sobre política interna e externa do País; pode dirigir mensagens ao País e à Assembleia da República sobre todas as questões da política nacional; pode recusar a ratificação de tratados internacionais lesivos dos interesses do País; cabe-lhe também nomear e exonerar as chefias militares e muitos titulares de outros altos cargos do Estado.

Acresce que, pela própria definição constitucional, compete ao Presidente da República representar a República Portuguesa, garantir a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas, e é ainda, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas.

Por tudo isto, o Presidente da República é, no contexto dos órgãos de soberania, aquele a quem compete especialmente velar pelos equilíbrios indispensáveis, fazendo respeitar tanto as competências de cada órgão de soberania como a sua interdependência e complementaridade com os restantes, assegurando e promovendo a estabilidade do sistema.

O órgão Presidente da República é assim um lugar privilegiado para a defesa do regime democrático e para a preservação das condições que inspirem e favoreçam as alternativas e as políticas capazes de dar solução aos grandes problemas nacionais.

A compreensão dos poderes e do papel que a Constituição reserva ao Presidente da República mostra claramente os enormes perigos que representaria, para os interesses do povo e do País, e da própria democracia, a eleição de qualquer dos candidatos de direita, que não escondem os planos do «Estado forte», isto é, repressivo e totalitário, os projectos de discriminação do movimento operário, e os propósitos de continuar a obra de destruição e subversão do regime democrático nascido com o 25 de Abril e consagrado na Constituição.

As missões que incumbem ao Presidente da República tornam também evidentes os graves prejuízos que resultariam da eleição de um candidato com uma visão engrandecedora dos poderes presidenciais e uma concepção conflituosa do seu exercício, estabelecendo uma permanente confusão

entre a área de intervenção do Presidente e a área de acção governativa, que nada tem a ver com a Constituição que nos rege.

Mas não é este o perigo maior desta candidatura. O perigo verdadeiro que representa a candidatura da engenheira Lourdes Pintasilgo não é o de poder ganhar, é o de, persistindo, fazer perder as forças da democracia e facilitar a vitória a um dos candidatos da direita.

Camaradas:

A experiência não deixa dúvidas que os interesses da democracia só serão assegurados na presente situação portuguesa com a eleição de um candidato que reúna o consenso maioritário das forças democráticas e patrióticas, prossiga a linha de estabilização democrática que caracterizou os mandatos do general Ramalho Eanes, garanta a defesa do regime democrático e o funcionamento das instituições, cumpra e faça cumprir a Constituição e a legalidade democrática.

O que devemos considerar muito positivo é que, no momento em que entramos na fase decisiva das presidenciais, existe um candidato — o Dr. Salgado Zenha — que não foi apresentado pelo nosso Partido, e com o qual temos discordâncias importantes, mas que corresponde ao essencial daquelas condições, reúne já um amplo consenso e cuja vitória está ao alcance das forças da democracia.

Carlos Aboim Inglês

O frentismo e a campanha anticomunista

Camaradas,

Desde que foi anunciada a candidatura à Presidência da República do Dr. Francisco Salgado Zenha, que se levantou na imprensa e não só um coro de denúncias, anátemas, sábias elucubrações e vociferações inflamadas, contra aquilo que acusam de ser um frentismo, variadamente adjectivado consoante os gostos ou desgostos de cada um, ora «de esquerda», ora «popular», ora até (calcule-se o perigo!) «antifascista»... um tão abominável «frentismo» seria consubstanciado pela candidatura Zenha porque, além de acompanhado de outras destacadas personalidades socialistas, seria apoiada pelo general Ramalho Eanes, pelo PRD, o MDP/CDE e, claro, o «terrível» PCP e outras obscuras «forças do mal», como um ressuscitado MFA e quejandas alucinações. O delírio persecutório é tão fértil, aqui, quanto a asneira é livre. Deixando de lado escribas menores, neste amplo coro «antifrentista» afinam conhecidos tenores de diversos «naipes», como Marcelo Rebelo de Sousa, Eduardo Prado Coelho, Alberto João Jardim, Rogério Martins, Silva Pinto, Manuel José Homem de Melo, Adriano Moreira, Jaime Nogueira Pinto, Proença de Carvalho, Vasco Pulido Valente e o próprio Mário Soares, além dos colectivos da Comissão Directiva do CDS, da Comissão Permanente do PS e da Comissão Política do PS/Madeira. Uma verdadeira «santa aliança» da direita, afinal...

Não conseguimos descobrir quem começou, quem deu o mote. Mas inclinamo-nos a pensar que o coro frentista da direita rompeu unísono, tenha tido ou não batuta. Porque de facto esta «ária» é já bem conhecida: o «antifrentismo» foi um dos cavalos de batalha da defunta AD, em 1980, na sua propaganda a favor do general



Carlos Brito
Membro da Comissão Política
do Comité Central

Não será da parte do PCP que fará uma contribuição determinada para tal resultado.

Contamos, para isso, com a força orgânica, a acção empenhada e a militância esclarecida do nosso Partido. Contamos com a justa iniciativa e intensa campanha desenvolvida pelo candidato comunista, camarada Ângelo Veloso. Beneficiamos das conclusões da nossa Conferência.

O que se nos exige agora é redobrado trabalho e capacidade de esclarecimento para vencermos esta batalha decisiva para os destinos do Portugal de Abril. ■

Soares Carneiro, contra a reeleição do general Eanes. É pois natural que aqueles que então nos quiseram impor o general fascista de S. Nicolau, e que agora defendem as candidaturas siamesas da direita, retomem o conhecido refrão. E se quisermos ouvir mais longe, reconhecemos aqui os ecos vivazes do fascismo, que durante 48 anos sempre recorreu ao espantoso dos «comunistas» para fomentar o divisionismo e impedir a unidade dos democratas. Não é por acaso que naquele coro de troca-tintas e vira-casacas políticos se encontram, de facto, vários impenitentes ex-ministros e «notáveis» do regime fascista, e outros velhos divisionistas encartados. Natural é pois que cantem em coro a velha canção: **trata-se de uma convergência dos anticomunistas mais encarniçados para tentarem impedir a convergência dos democratas.**

O que move estes destacados porta-vozes das candidaturas siamesas Soares e Freitas? Note-se que o seu alarme não se levanta quanto à candidatura da Engenheira Pintasilgo: essa é até acarinhada e vivamente aconselhada a não desistir, a ir até ao fim... O pânico nas hostes da direita surge ao aparecer a candidatura de um democrata, Zenha, que a eles mesmos se afigura capaz de conseguir um largo consenso das forças democráticas, e assim vencer, primeiro Soares e depois Freitas. **Aí é que está o perigo real, e por isso aí todos se unem para o conjurar.**

Para evitar a vitória prevista e temida de Zenha — e sobretudo o perigo maior de Soares não passar sequer à segunda volta — a direita age em duas direcções: tenta unificar a direita, tenta dividir a esquerda. Mas há ainda uma singular manobra suplementar: e assistimos estupefactos a





Carlos Abolm Inglês
Membro do Comité Central

Freitas do Amaral e Eduardo Prado Coelho, por exemplo, declararem ambos abolida a «anacrónica divisão entre esquerda e direita»... Todos serão democratas autênticos; e Prado Coelho chega ao cúmulo de invectivar Zenha pelo pecado de «empurrar Freitas para o exterior da democracia», como se, desde sempre, Freitas não estivesse na direita!

Para unificar a direita, Mário Soares recebe em profusão atestados de democrata de outros «democratas» notórios, como serão Freitas do Amaral, Proença de Carvalho, Alberto João Jardim, etc., — chegando mesmo este último a pedir a «V. Exa.» que preste agora, depois de tantos outros, mais esse «grande serviço histórico», à direita, de conseguir passar à segunda volta, para que então tudo se resolva em família... Chegam mesmo a ensaiar-se manobras de transferências de votos de Freitas para Soares, ou a discutir a possibilidade de um desistir a favor do outro, ou de outro a favor de um — pois afinal com qualquer deles ficaria assegurado aquilo que Adriano Moreira declarou ser «o limite da fronteira que é necessário salvaguardar». Tanto Freitas como Soares são alternativas aceitáveis para a direita — pois ambos defendem «profundas reformas do sistema» económico e político vigente, a revisão da Constituição, o referendo, o voto dos emigrantes, as desnacionalizações, a lei de segurança interna, um Estado forte ou firme, as leis laborais que o grande patronato e as multinacionais exigem, a alteração das leis eleitorais com abandono da proporcionalidade, etc., etc.. Um e outro servem. O perigo está pois em poder acontecer que, na segunda volta, não estejam só os candidatos siameses da direita a ocupar todo o espaço.

Ora como, mesmo para a direita, o candidato democrata com mais condições de conseguir essa convergência e, portanto, derrotá-la, é o Dr. Salgado Zenha — vá de incentivar a outra candidata democrata para que não desista; e vá de tentar impedir, com o frenético agitar do espantinho do «frentismo comunista», que se unam nas urnas, e logo à primeira volta, aquelas grandes forças democráticas que, juntas, foram e são a maioria da Nação Portuguesa.

Com os inimigos há que aprender. Assim todos os democratas, os mais diversos, onde quer que hoje se situem e quaisquer que sejam as suas simpatias ou inclinações actuais, saibam até 26 de Janeiro tirar as devidas lições dos claros desígnios e manobras da direita — saibam unir-se!

Pela nossa parte, comunistas, (não desejando quaisquer benesses nem pensando em facturas que não existem, mas não abdicando de sermos cidadãos em parte inteira do nosso País) tudo faremos para conseguir a mais ampla convergência democrática nas próximas eleições, para que elas constituam mais uma decidida derrota da reacção, mais um passo decisivo em frente da democracia no Portugal de Abril. ■

Vitor Dias

As ilusões voluntaristas

Camaradas,
Como se recordarão, não são de hoje, nem de há 3 meses, nem sequer de há um ano, mas de muito antes, as referências do PCP quanto à necessidade do consenso das forças e sectores democráticos em torno de um candidato, como condição básica e fundamental para uma confluência de apoios e uma convergência de votos indispensáveis para assegurar a vitória da democracia nas eleições presidenciais.

Todos sabemos, olhando para o quadro de candidaturas formalizadas para as eleições de 26 de Janeiro, que infelizmente, um grupo de personalidades reunidas em torno da candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo — não ouviu ou não quis ouvir, não compreendeu ou não quis compreender essas e outras advertências, observações e chamadas de atenção do PCP.

Não ignoramos que, por detrás do encadeado de comportamentos políticos que sucessivamente foram assumindo (precipitação dessa candidatura, sua apresentação como facto consumado e irreversível, rejeição do consenso democrático, esperança de colocar as forças democráticas a reboque, tentativas de impedir outras candidaturas e de que a elas afluíssem importantes apoios democráticos, etc., etc.), se desvendam, nas palavras de alguns, concepções políticas e ideológicas que consideramos profundamente erradas e desajustadas da realidade nacional. Não é esta a ocasião de as discutir em detalhe. Mas entre todas, merece particular atenção, dadas as suas perigosas consequências práticas, aquela que diz respeito ao propositado semear de ilusões quanto à viabilidade de assegurar a vitória, desprezando a necessidade do consenso e dispensando os apoios das forças políticas e sociais organizadas, designadamente os partidos democráticos, e tendo como única e exclusiva alavanca e instrumento um publicitado carisma, simpatia ou popularidade da candidata.

Nas eleições presidenciais, como é sabido, a vitória final de um candidato democrático exige a mobilização de, pelo menos, cerca de 3 milhões de votos, o que significa aproximadamente, por referência aos resultados de 6 de Outubro, o eleitorado do PCP e da APU, do PRD e de grande parte do PS.

Mas perante esta realidade objectiva e incontestável, e que ilustra a dimensão do esforço que é necessário desenvolver e a vastidão e a heterogeneidade do apoio eleitoral que é necessário conquistar, mas perante ela os apoiantes da candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo atrevem-se a proclamar que os apoios dos partidos democráticos não fazem falta nenhuma e que os indícios de simpatia e popularidade do candidato (elementos em si mesmos dificilmente mensuráveis e ainda muito mais a sua tradução de votos) seriam base bastante e garantia suficiente para a vitória, ao mesmo tempo que apostam em fenómenos de propagação e irradiação espontânea e irresistível do movimento de apoio à candidata.

Trata-se de uma manifestação típica de voluntarismo e de culto da espontaneidade, um e outro fora das realidades sociais, políticas e eleitorais de Portugal, um e outro profundamente divorciados da complexidade real e das dificuldades e exigências das eleições presidenciais.

Os comunistas portugueses conhecem, talvez melhor do que ninguém, quanto podem as energias combativas e a vontade determinada e firme de homens e mulheres activamente empenhados na luta pela realização de objectivos que consideram justos e necessários. E já mostraram vezes suficientes que não estão tolhidos. Mas essa é uma posição que se alicerça, não em factores aleatórios ou exclusivamente subjectivos, não apenas na convergência espontânea de um conjunto de vontades e desejos individuais, mas na força da unidade e da organização das massas, nas estruturas poderosas e diversificadas do movimento operário, popular e democrático.

Ao contrário do que afirmam e defendem promotores e apolantes da candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo a intervenção das forças políticas organizadas (neste caso, designadamente os partidos democráticos) na eleição presidencial em nada colide com a natureza desta eleição nem com a independência de um candidato e longe de ser um elemento estranho é um facto perfeitamente legítimo e natural, e longe de ser um factor acessório ou dispensável é uma condição essencial e indispensável para a vitória de um candidato da democracia.

Facto legítimo e natural, porque as eleições presidenciais com as suas inevitáveis repercussões sobre orientação do poder político e sobre a situação nacional e a sua evolução, se inserem no processo global da luta popular e democrática em que partidos democráticos desempenham naturalmente um papel de capital importância e em relação ao qual assumem perante o povo e o País compromissos e responsabilidades de que se não podem e se não devem demitir.

É uma **condição essencial e indispensável**, porque os partidos democráticos com a sua orientação, com a sua influência social, política eleitoral, com a sua organização e estruturas, com a correspondente capacidade de mobilização e de intervenção, com a sua aptidão para relacionar os interesses de classe e as aspirações que representam com esta batalha eleitoral, são instrumentos decisivos e insubstituíveis para o esclarecimento e a formação da opinião dos cidadãos e para a definição das suas opções de voto.

Nos últimos 11 anos, não há memória de uma só conquista democrática, de uma só transformação progressista, de um só avanço significativo na luta dos trabalhadores e do povo português, de uma só vitória eleitoral da democracia que tenha sido obtida na base do voluntarismo ou da espontaneidade. Pelo contrário, em todas tem pesado de forma determinante o movimento operário, popular e democrático, a sua unidade, a sua organização e as suas estruturas.

Mas há memória bastante de que, no Portugal de Abril, em algumas situações e momentos, o povo e a democracia já pagaram alto preço em prejuízos, reveses, desilusões e frustrações um alto preço por iniciativas e projectos políticos baseados em ilusões voluntaristas e em concepções espontaneístas e messiânicas.

Entretanto, é imperioso advertir que, nas eleições presidenciais de 26 de Janeiro, a factura das consequências das ilusões voluntaristas se arriscaria a ser bem maior do que nunca, porque a dispersão de votos democrá-

ticos poderia favorecer e facilitar perigosamente a eleição de um candidato de direita.

As ilusões voluntaristas estão para o objectivo da vitória democrática nas presidenciais como o fogo de artifício está para a conquista do espaço.

Fazem barulho, por vezes são visíveis, podem mesmo causar algum deslumbramento, mas são fugazes e, sobretudo, clamorosamente insuficientes para chegar onde é preciso e imperioso chegar.

A vitória da democracia nas presidenciais só pode ser construída, não num caminho que semeie ilusões e invente facilidades, mas no caminho da convergência dos apoios, das vontades e das energias, colectivas e individuais, do campo democrático capazes de vencer as dificuldades; não numa via que aposte na desorientação, no isolamento e na divisão dos democratas em direcção à derrota,



Vitor Dias
Membro do Comité Central

mas numa via que apele para a sua inteligência, maturidade e consciência política em direcção à vitória, através da eleição do candidato do consenso que se orienta para Salgado Zenha. ■

Vitor Neto

A campanha eleitoral do Partido

Camaradas,
1. Definido que foi, na perspectiva do nosso Partido, o objectivo central das forças democráticas nas eleições presidenciais, isto é, **derrotar os candidatos da direita e assegurar a vitória do candidato da democracia** impõe-se agora, no terreno prática da acção política, mobilizar com urgência as nossas energias, organizar com rigor a nossa actividade, lançar todas as nossas forças de militância, organização e influência, na batalha eleitoral, precisamente para alcançar esse objectivo que apontámos de importância vital para a defesa e o prosseguimento do regime democrático.

A intervenção do nosso Partido nesta batalha apresenta sem dúvida características muito especiais, ainda que não inéditas para nós. Por um lado, o Partido apresenta um candidato próprio, com uma campanha autónoma, e, por outro, aponta para a necessidade da convergência do voto, logo na 1.ª volta, noutro candidato que consideramos capaz de unir à sua volta um largo consenso democrático e de derrotar os candidatos da direita. Esta situação define desde logo diferentes planos em que a nossa intervenção eleitoral, a nossa acção de esclarecimento, a nossa propaganda, vão necessariamente ter que se desenvolver — planos que, no entanto, não são contraditórios e são até complementares.

Em termos práticos eleitorais, isto é, de votos — não esqueçamos que neste tipo de batalhas os votos contam — trata-se de atingir dois objectivos: por um lado, conseguir que a totalidade dos votos da nossa área de influência convirjam, logo na 1.ª volta, no candidato da democracia; e, por outro, contribuir para o esclarecimento e mobilização dos outros sectores democráticos necessários para alcançar a vitória, de forma a que convirjam também eles, com o seu voto, na 1.ª volta, no mesmo candidato.

A possibilidade de atingir estes objectivos depende, sem dúvida, do empenhamento e mobilização de todo o Partido para uma eficaz intervenção de esclarecimento e propaganda em torno de algumas questões fundamentais.

Em primeiro lugar, é urgente, e vital, contribuir para a compreensão do que é que está efectivamente em jogo nestas eleições, pois subsistem

ainda largos sectores de opinião democrática — incluindo o nosso eleitorado — que não se aperceberam totalmente do real significado e das possíveis consequências políticas da actual batalha.

Há que esclarecer que nestas eleições não haverá empates, nem meias vitórias, nem meias derrotas. Nelas poderá unicamente verificar-se a vitória ou a derrota das forças de direita ou das forças da democracia, com profundas consequências em qualquer um dos casos.

Outra questão que é urgente esclarecer, pois parece existir uma certa confusão, e até algumas ilusões, é sobre o problema da 1.ª volta e da 2.ª volta, sobre o qual não existe experiência dos eleitores e que pode conduzir a erros irreparáveis. Ouve-se de facto alguns democratas conceder pouco interesse à 1.ª volta e afirmar mesmo que na «2.ª volta logo se vê», adiando assim para a 2.ª volta opções, para as quais poderá ser tarde.

As eleições ganham-se com votos e nenhum democrata deve ignorar que para derrotar os candidatos da direita são necessários três milhões de votos, e que para ir à 2.ª volta são necessários pelo menos dois milhões de votos. É esta a realidade.

Torna-se assim claro que o objectivo fundamental do nosso esclarecimento nos próximos dias é contribuir, portanto, de forma decisiva para a compreensão da necessidade da convergência, logo na 1.ª volta, dos votos de todos os sectores de opinião necessários à derrota dos candidatos da direita.

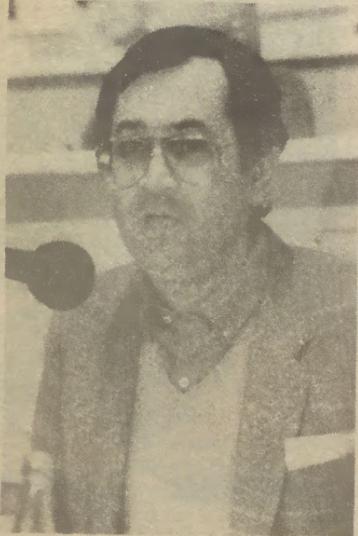
2. É evidente que nós vamos utilizar, nesta campanha eleitoral, os meios e as formas de intervenção e propaganda mais diversificados, e dos quais o nosso Partido tem uma experiência, enriquecida por numerosas campanhas eleitorais.

Teremos os materiais de propaganda central, teremos tempos de antena do candidato do nosso Partido, na Televisão e na Rádio, que serão sem dúvida instrumentos importantes para esclarecer sobre a importância destas eleições, sobre os objectivos dos candidatos da direita e sobre a perspectiva de voto apontada pelo PCP.

Levaremos a cabo centenas e centenas de iniciativas em todo o País — que estão já em curso, ou em progra-



Sacavém, 4 JAN 1986



Vítor Neto
Membro do Comité Central

mação avançada —, sessões, comícios, encontros, conferências, debates, visitas, porta-a-porta com objectivo de esclarecer e sensibilizar os nossos militantes e eleitores, as massas populares e largos sectores democráticos.

Tudo isto é tão necessário quanto é certo que não devemos menosprezar os efeitos da poderosa campanha desenvolvida pelos nossos adversários, ao longo dos meses, ampliada pelos benevolentes favores de importantes órgãos de comunicação social com relevo para o sector estatizado, campanha que procura aprofundar divisões no campo democrático, criar dúvidas e desmobilizar energias, com o objectivo de favorecer os candidatos da direita.

O termos consciência de que essa campanha pode ter surtido alguns efeitos, deve-nos servir para compreender melhor a urgência da imensa tarefa de esclarecimento e de divulgação das nossas posições que temos diante de nós, e em tempo tão curto.

Nessa batalha assume mais uma vez importância decisiva o esclarecimento directo, o contacto e a conversa pessoal, nos locais de trabalho, na família, entre os amigos — de forma dialogante, aberta, paciente, persuasiva — deixando de lado qualquer atitude intolerante ou condenatória, que só poderia conduzir à cristalização de posições e a resultados opostos.

Este tipo de acção não pode ser improvisada. Exige preparação. E só se consegue contribuir para o superamento de dúvidas, se conseguirmos descobrir e compreender as causas que a motivaram, e que são diferentes e variam de grau de convicção, de pessoa para pessoa; se dominarmos o fundamental das razões e a argumentação que sustenta as opções do Partido e tivermos maleabilidade de discussão adequada a cada interlocutor, não pretende convencer e ter razão sobre todas as questões, mas concentrando-se no essencial, que é, neste caso, a necessidade da convergência de votos no candidato da democracia.

A nossa Conferência, nas muitas intervenções aqui feitas, fornece material valioso, dados e argumentos suficientes para a desmontagem das candidaturas de direita; sobre a articulação entre os problemas sociais, as realidades regionais e a batalha das eleições presidenciais — capazes de sustentar a nossa acção de esclarecimento e de propaganda.

É com a máxima serenidade, mas também com enorme espírito combativo, que vamos conduzir a nossa batalha eleitoral intervindo nos diferentes planos que as características da nossa campanha impõem, conscientes de que a defesa do regime democrático interessa à classe operária, aos trabalhadores e ao povo português, e que para defesa das transformações de Abril e da Constituição, e para a con-

dução vitoriosa da luta contra o atraso e a miséria, e pelo progresso do nosso País, a justiça social e a melhoria das condições de vida do nosso povo, não é indiferente termos um Presidente da República expressão da vontade das forças democráticas, que afirma lealdade à Constituição da Re-

pública Portuguesa saída do 25 de Abril.

O tempo já não é muito, camaradas, e a batalha é árdua. Mas temos experiência, a capacidade, a coragem, a determinação e a razão suficientes para a vencer.

O candidato da democracia vai ganhar. ■

António Abreu

Soares e Freitas candidatos da direita

Camaradas:

Nas eleições presidenciais os democratas devem derrotar as candidaturas de Soares e Freitas. E não apenas uma delas, mas as duas.

Porque Soares e Freitas são a um tempo candidatos de direita e da direita. De Freitas, que foge à identificação com a direita por a saber eleitoralmente minoritária, não se espantará nenhum democrata que em tal gaveta seja arrumado.

Mas ainda há alguns democratas que têm dificuldades em ver arrumado Soares nessa mesma gaveta, apesar de ele ter passado durante anos para outras gavetas, o que o confundiu com a democracia. Não julgamos os homens só pelo que dizem.

Foi Freitas, mas também Soares, em funções mais responsáveis, quem durante 10 anos dirigiu e executou a política de direita, quem conduziu o País à beira do desastre a que a luta do nosso povo e as instituições resistiram, levando a derrotas sucessivas das várias fases do projecto contra-revolucionário.

E não é possível distinguir qual o mais responsável. Porque se Freitas critica Soares por querer realizar mais lentamente os projectos comuns, é Soares quem lembra à direita que não foram o CDS ou o PPD — mas sim ele! — quem abriu o sector público ao grande capital, quem iniciou os ataques à Reforma Agrária, quem teve as iniciativas da lei de segurança ou do aumento das rendas de casa, etc., etc....

Mas como a direita é minoritária, ambos se procuram maquiilhar para ganhar votos democráticos que lhes dessem a vitória num processo contraditório porque, se precisarmos esconder o jogo, também têm de o abrir porque contraditórios são os apoios necessários.

Freitas apresenta-se como «reformista». Soares como «da esquerda moderna», mas agora já nem tanto, porque se lançou abertamente nos braços da direita sugerindo que a direita só ganharia dando-lhe os seus votos, aos quais ele somaria os votos democráticos que ainda lhe sobram, depois de sucessivas derrotas eleitorais que tem provocado ao PS.

Daí que da direita surjam iniciativas para que Freitas desista a favor de Soares, ou para que a direita lhe ceda cerca de 500 mil dos seus votos, para permitir a sua passagem com Freitas à segunda volta, para assim garantir na primeira volta a vitória que não terão na segunda se um candidato da democracia a ela passar — como aliás esperamos. Mas esta operação é difícil e, para isso, a direita joga também na divisão dos democratas. Só assim se poderá entender o atirarem-se a Zenha como gato a bofe, de tudo o acusando, enquanto Soares se desvela no elogio a Lourdes Pintasilgo na expectativa de que não desista.

O que não se compreende bem é que algumas figuras destacadas da

candidatura da engenharia, e a própria candidata em recente debate televisivo, devolvam a Soares galhardetes, com a passagem de atestados de democracia, enquanto atiram setas envenenadas a Zenha, a Eanes e aos comunistas, com aquelas estafadas acusações de todos quererem dividir o PS...

Um dos sofismas da direita para justificar o fracasso da política, que realizou nestes 10 anos — e que agora os seus candidatos retomam — foi a pretensa «instabilidade» provocada pelo sistema constitucional.

Porém, a política de direita, de que Mário Soares e Freitas do Amaral foram obreiros e executores, é que é a história da desestabilização e de um conflito permanente com o sistema. Sistema que contém defesas contra quem lhe contrarie a dinâmica de desenvolvimento e lhe procure enxertar, de forma coerciva, um outro tipo de sistema semelhante ao que soçobrou com o 25 de Abril, depois de ter comprovado que não servia. A instabilidade em que o País tem vivido resulta, ao contrário do que têm dito os candidatos da direita, deste conflito permanente entre quem tem ocupado o poder executivo e o próprio sistema democrático.

O que Soares, Freitas e os seus apoiantes nos vêm propor agora é a continuação da desestabilização através da estabilidade da direita no poder por meios fraudulentos, e de um estado forte que lhes permita prosseguir o conflito institucional, social e económico com o regime e o País.

No plano social — para além das promessas vagas, das lágrimas de crocodilo e dos assomos humanistas que o prestígio da função presidencial exige, mesmo para os que o não querem praticar — é sintomático que ambos e os seus partidos estejam ligados à tentativa de liberalizar os despedimentos, rever as leis sindicais e das comissões de trabalhadores, a lei da greve e do «lock-out».

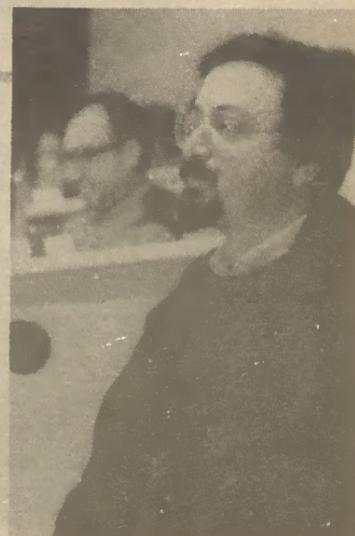
No plano económico, face à gravidade das situações que provocaram, propõem-se ainda acabar com o sector público da economia, eliminando a Constituição a irreversibilidade das nacionalizações e passando o controlo efectivo do sector público para o grande capital, querem liquidar a Reforma Agrária e a legislação favorável aos camponeses pobres e acabar com os princípios constitucionais sobre a planificação da economia. Poucas são as palavras sobre o esforço de desenvolvimento baseado nos recursos nacionais, no aumento da produção e do investimento, mas rasgadas as referências à CEE e muitas alusões àquilo que chamam a «falta de clarificação do modelo económico previsto na Constituição» — cuja «clarificação» desejariam ao sabor das suas clientelas, através de um reviso inconstitucional.

No plano institucional e das liberdades, pretendem a revisão da Consti-

tuição fora dos seus limites materiais em diversos domínios, e procuram atribuir a esta Assembleia poderes constituintes; querem alterar o sistema eleitoral acabando com a proporcionalidade e introduzindo círculos uninominais para assegurar que a direita, mesmo com minoria de votos, tivesse a maioria de eleitos e também hegemoneizasse o Poder Local; querem o referendo; pretendem abrir a Televisão ao capital privado; propõem-se aprovar uma lei de segurança e instalar serviços de informação para controlo e repressão das actividades políticas e sociais.

Particularmente expressivo é, pois, o projecto que ambos acalentam, de usar a Presidência da República — desforrando-se das eleições de 6 de Outubro e de outras derrotas do ano que passou — para reconstituírem alianças de direita a que ambos chamam os «grandes consensos nacionais», e para transformarem a Presidência em trampolim de soluções de governo e de políticas já derrotadas.

Herdeiros da candidatura do gene-



António Abreu
Membro suplente do Comité Central

ral de S. Nicolau — que, de formas diferentes, apoiaram em 80 — Soares e Freitas são os candidatos da instabilidade permanente e da subversão do regime democrático. Daí a importância de os derrotar a ambos, assegurando desde já as condições para a vitória de um democrata. ■

José Magalhães

A questão do regime e os planos contra-revolucionários

Camaradas:

Nas próximas eleições presidenciais vai estar mais uma vez em causa o futuro do regime democrático: ou os democratas se unem e colocam em Belém um presidente capaz de cumprir e fazer cumprir a Constituição, ou as forças reacçãoárias conseguem colocar a Presidência da República ao serviço da ofensiva tendente à liquidação do regime democrático. Essa ofensiva da direita e dos seus governos (com ou sem o PS) tem sido contínua e brutal nestes últimos dez anos, mas atinge nestes dias do novo ano um dos momentos mais agudos e perigosos de sempre.

A direita portuguesa não tem emenda. O regime democrático saído do 25 de Abril é-lhe incómodo, insuportável. Sente-se inadaptada, saudosos dos tempos em que os monopólios dominavam toda a economia e a Constituição consagrava esse domínio, em que os latifundiários exibiam abundâncias e arrogâncias que tinham como contraponto a fome, o analfabetismo, a miséria extrema dos trabalhadores rurais. A direita recorda nostálgica os tempos em que as greves estavam fora da lei e as leis davam aos patrões poderes para mandar sem reinem roque (se necessário com PIDE, cacete e polícia de choque). Para o povo português o 25 de Abril foi uma gesta heroica, a libertação de um pesado; para eles foi um susto inescusável, o doloroso perder de poderes e privilégios, uma horrorosa transformação de estruturas económicas, sociais e políticas. Como pode Freitas do Amaral deixar de sentir um arrepiamento quando se lembra dos tempos em que tirava respeitosamente o chapéu aos capitães de Abril e se proclamava, também ele, adepto de uma sociedade sem classes! Que contraste com a farronca com que brada hoje à revisão inconstitucional na Constituição — e que sintonia de pontos de vista com Mário Soares, que pela sua parte também não hesitou em revelar publicamente que as posições que sustentou há 10 anos sobre as nacionalizações, a Reforma Agrária e o direito à greve tinham sido afinal «concessões à terminologia da época» «para conseguir

uma expressão no mundo laboral e para se bater em termos de credibilidade popular com os comunistas, tendo em conta que as massas populares queriam uma mudança efectiva após o fim da ditadura» (DN, 24.4.84). Isto que hoje é abertamente confessado, lança luz sobre os objectivos da direita na sua luta de sempre contra o regime democrático: fizeram tudo o que puderam para travar as conquistas populares (mas perderam!); lutaram contra a consagração constitucional das novas realidades (mas não conseguiram evitá-las!); formaram alianças, blocos, pactos, para imporem no dia-a-dia da governação uma política de ruína económica e social contrária à Constituição, acusaram-na de todos os males, juntaram-se para a reverem, violaram-na antes e depois de revista, prepararam afanosamente pacotes contra as liberdades, pacotes para a formação do estado policial, para a restauração monopolista, para a batota eleitoral. Mas foram derrotados pela determinação, coragem e combatividade dos trabalhadores, das massas populares! Os governos que formaram foram derrubados, as maiorias de que se gabaram foram dissolvidas, a política que fizeram contra o regime democrático foi condenada. Agora insistem. Mas a experiência destes anos prova bem que o povo português não quer nem precisa de outro regime: precisa que se cumpra o regime nascido do 25 de Abril e precisa que nos órgãos de soberania esteja gente que cumpra e faça cumprir a Constituição de Abril! Não era certamente este o regime que Freitas do Amaral sonhava quando era Procurador à Câmara Corporativa e delfim de Marcelo Caetano. Nem era nele que pensava Mário Soares nas conversas íntimas com Kissinger e Carlucci. Mas foi este regime que o povo português construiu e tem sabido defender. Por isso mesmo os candidatos de direita não ousam proclamar abertamente o objectivo da sua destruição. O regime — dizem — pode ficar, mas o sistema tem de mudar. O regime pode continuar, mas sem o novo sistema económico do 25 de Abril e sem o sistema político assente na representação pro-



José Magalhães
Membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP

porcional. Esses sistemas é que seriam afinal os culpados do desastre para que a política de direita empurrou o País. Mas que espantoso cinismo revelam os candidatos de direita ao atribuírem ao regime democrático as culpas da situação que eles próprios criaram ao longo de 10 anos de uma ofensiva brutal e sem escrúpulos contra as conquistas de Abril. E com que desfaçatez propõem a mutilação dos sistemas que o compõem, como se fosse possível o Portugal de Abril sem a economia de Abril, o Portugal novo com os privilégios e a opressão do passado!

Não hão-de conseguir esse regresso ao passado, camaradas.

O regime democrático que temos condensa o melhor da nossa história e da nossa tradição constitucional democrática; (ele acolhe as conquistas da revolução liberal, as conquistas da revolução republicana de 1910); extrai as lições de muitos anos de luta contra o fascismo, a opressão, o atraso, a miséria, encerra as grandes aspirações históricas do povo português à mudança e ao progresso.

É por tirar as lições de meio século de fascismo que neste regime é proibida e inconstitucional a lei da ficha, a sinistra lei de segurança interna (com o seu cortejo de escutas, buscas e limitações) que Mário Soares propôs, Freitas do Amaral aplaudiu e ambos continuam a desejar.

É também por isso que no nosso regime democrático é vedado o arbítrio patronal, a mutilação dos direitos dos trabalhadores, a liberalização dos despedimentos, é por isso que é inconstitucional a reconstituição do latifúndio, a destruição das empresas públicas.

E é por ser profundamente democrático que o nosso regime garante a representação proporcional e proíbe a revisão da Lei Eleitoral, para fabricar maiorias a martelo, distorcer a representação de forças democráticas e manter artificialmente no poder governos sem apoio popular.

Não é por acaso que a Constituição tudo isto consagra, e tudo isto faz parte do nosso regime democrático.

E é para derrubar estas poderosas barreiras que os partidos de direita e os seus candidatos pretendem conquistar a Presidência da República. Mário Soares e Freitas do Amaral confessam-no abertamente nos seus programas, declarações e discursos, vincados de ameaças e apelos intolerantes à revisão inconstitucional da Constituição.

E isto, camaradas (que ninguém se iluda!) cria as mais perigosas ameaças de destruição do regime democrático.

A nossa tarefa, a tarefa de todos os democratas, é impedir que tal aconteça, é assegurar a convergência em torno do candidato que, pelos apoios políticos de que já desfruta, pode reunir os votos necessários para enfrentar e derrotar mais esta perigosa ofensiva contra o Portugal de Abril! ■

Ângelo Veloso

Objectivos da candidatura

Camaradas

A apresentação pelo PCP duma candidatura à Presidência da República é conforme às resoluções do nosso X Congresso e corresponde aos objectivos então definidos.

Nós podemos com inteira verdade afirmar que o nosso Partido, não hoje mas sempre, defendeu como condição imprescindível para uma vitória democrática nas próximas eleições presidenciais a aproximação, o entendimento e a convergência de todos os democratas portugueses.

Não é de hoje que alertamos para o erro e o perigo de atitudes unilaterais, de acções precipitadas que objectivamente apareciam de costas viradas para o conjunto das forças, tendências e correntes democráticas e que, por isso mesmo, não seriam um contributo para a convergência dos democratas mas um factor de divisão e confusão.

Desde sempre alertámos contra o erro e o perigo de concepções que julgavam possível forçar a unidade dos democratas na base de posições impositivas e irreversíveis, à margem e contra os principais sectores democráticos, colocando todos a reboque de meia dúzia.

A tais concepções opusemos desde sempre a necessidade dum esforço de recíproca auscultação, de paciente aproximação, de cuidadosa verificação do consenso nos apoios a um único candidato como condição para a vitória dum democrata nas eleições presidenciais.

Alguns quiseram caracterizar esta posição do nosso Partido como resultado de «falta de espaço de manobra» ou como «seguidismo sem princípios» a que estaríamos condenados.

Pura miopia de alguns analistas ditos de esquerda e pura manipulação interessada dos comentadores de direita! Confundiam capacidade de intervenção com aquela bagunça que percorria as forças de direita e enchia a subserviente comunicação social com o espectáculo de voltas e revira-

voltas, de acordos e desacordos, de recíprocos golpes e golpaças.

Ao contrário, o PCP soube sempre manter uma linha coerente de intervenção própria e insubstituível na batalha das presidenciais.

Em primeiro lugar, pela caracterização rigorosa do significado e dos perigos das candidaturas de Mário Soares e Freitas do Amaral.

Em segundo lugar, pelo combate às atitudes precipitadas, utópicas e voluntaristas que conduziram necessariamente à divisão e à derrota dos democratas.

Em terceiro lugar, pela acção incansável para a unidade e a convergência das forças democráticas em torno dum único candidato da democracia.

A candidatura à Presidência da República apresentada pelo PCP não poderia deixar de se inserir na insubstituível intervenção dos comunistas para clarificar, tal como em 1980, o que verdadeiramente está em causa nesta batalha e apontar os caminhos da vitória.

Ao nosso Partido tem cabido a denúncia frontal e rigorosa do conteúdo e dos objectivos comuns e idênticos das candidaturas de Mário Soares e Freitas do Amaral.

Quando alguns teimam em considerar Mário Soares como «candidato de democracia clara» e até — pasme-se! — de esquerda, têm sido os comunistas a demonstrar que a candidatura de Mário Soares é uma candidatura siamesa da de Freitas do Amaral.

O que caracteriza hoje Mário Soares não é opor-se à direita, mas o facto de ele próprio se oferecer à direita como o seu melhor candidato, e, nessa base, lhe pedinchar apoios e votos.

Os comunistas têm dado um contributo impar à denúncia das combinações e arranjos de Mário Soares com as forças de direita visando uma transferência de votos que garantisse a passagem de Mário Soares e Freitas do Amaral à 2.ª volta.

A direita, em pânico, sabe-se con-

denada à derrota se defrontar a unidade dos democratas em torno dum candidato único. E é por isso que, ao mesmo tempo que a reacção transfere apoios para Mário Soares, tudo faz para alimentar e prolongar a divisão dos democratas, como forma de conseguir que Mário Soares passasse à 2.ª volta.

Tem sido o PCP quem tem mostrado os perigos deste plano e, por isso mesmo, tem assumido a intransigente defesa da unidade dos democratas logo à 1.ª volta, como único caminho seguro para deitar por terra a manobra da direita.

Os democratas portugueses não podem deixar-se dividir por preferências ou simpatias pessoais por este ou aquele candidato. Os democratas portugueses não podem deixar-se embalar por ilusões ou por um sebastianismo falsamente inovador, mais ou menos verbalista. Os democratas portugueses não podem envolver-se no projecto de instrumentalizar uma candidatura com o objectivo de, mesmo provocando a derrota da Democracia, criar estruturas de posterior intervenção política. Os democratas portugueses não podem sobrepor egoísmos de grupo ou partido aos interesses globais da Democracia portuguesa.

Podemos hoje aqui afirmar com inteira verdade que, ao longo da pré-campanha da nossa candidatura, nos numerosos debates que temos efectuado em diversas regiões do País, ressalta com evidência que a candidatura da Eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo não serve a aproximação, a convergência e a unidade, mas que, ao contrário, se transformou em factor de confusão, de divisão e de choque entre os democratas portugueses.

Ao longo dos últimos meses, quando não estava completo o quadro das candidaturas presidenciais, muitos democratas assumiram posições e compromissos talvez então compreensíveis, mas que hoje se revela terem sido prematuros e precipitados.



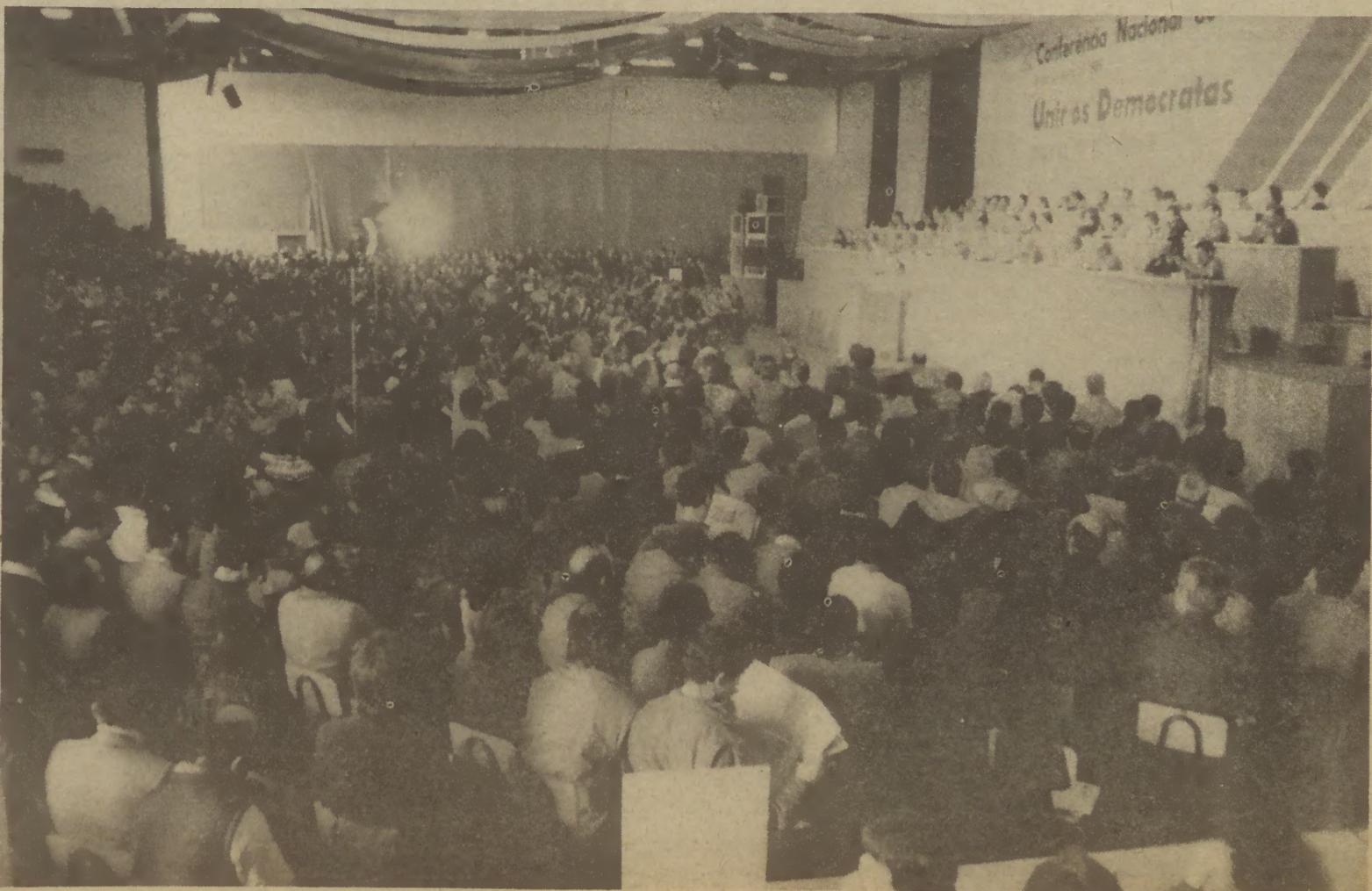
Ângelo Veloso
Membro da Comissão Política do Comité Central

É necessário ter a coragem clara de os repensar e de ver onde se situam os superiores interesses da Democracia portuguesa. A derrota nas eleições presidenciais não seria apenas a derrota deste ou daquele sector, mas a derrota de todos os democratas.

Lenta mas seguramente, é a candidatura de Salgado Zenha que tem conseguido polarizar adesões de praticamente todos os sectores, correntes, tendências e sensibilidades democráticas, ganhando terreno e abrindo a perspectiva realista de concentrar neste candidato os cerca de 2 milhões de votos que asseguram a passagem à 2.ª volta e de posteriormente congregarem os 3 milhões ou mais de votos necessários à vitória.

Os factos mais sólidos e incontesteáveis não permitem que hoje persistam dúvidas de que é Zenha o candidato que verificadamente está em condições de reunir o consenso das principais e decisivas forças e correntes democráticas.

Intensificaremos a nossa campanha eleitoral, mas consideramos obrigatório deixar aqui claro o nosso entendimento de que o maior contributo à defesa da Democracia que podem dar os candidatos democráticos é, no momento apropriado, apesar dos desacordos ou divergências, desistirem a favor do candidato mais bem situado para a vitória. ■





Sociedade, 4 JAN 1986

Teresa Lopes

As mulheres e as eleições

Camaradas,
É especialmente sobre o voto das mulheres que vamos falar.

A Tese VII para esta Conferência Nacional chama a nossa atenção para um gravíssimo perigo que representa nestas eleições uma opção de voto que tenha como critério a simpatia pessoal que um candidato incute, em vez do conteúdo dos interesses de classe e dos projectos políticos subjacentes às diversas candidaturas.

Vem isto a propósito de duas ideias políticas com as quais se procura ganhar os votos de mulheres comunistas e de outras democratas.

A Maria de Lurdes Pintasilgo é simpática e é mulher. Logo, é nela que deveríamos votar. Se porém a simpatia ou a antipatia não podem ser nem são para nós critérios decisivos de escolha do candidato em que vamos votar, o facto de ser homem ou mulher também o não são.

Mulher ou homem, simpático ou antipático, os critérios de opção têm de ser políticos, isto é, temos que votar no candidato que seja capaz de vencer aos candidatos da direita, ao Mário Soares e ao Freitas do Amaral.

Há porém quem veicule a ideia de que as mulheres devem votar num candidato porque é mulher. Tal argumento é exactamente igual e tão válido como o seu inverso. Que os homens não votariam numa mulher para Presidente da República, porque uma mulher não teria capacidade ou perfil para esse cargo. Num e noutro caso está subjacente a teoria da inferioridade da mulher, da desigualdade de direitos, da discriminação. Num e noutro caso se procura confundir uma questão essencial: a principal linha de divisão da sociedade não é a que opõe homens e mulheres, mas sim exploradores e explorados. Se bem que as mulheres possam ser atingidas por problemas comuns e que lhe são específicos, é no entanto ao nível da sua exploração de classe que o antagonismo essencial se põe.

É interessante notar que ao longo de tantos actos eleitorais em que têm participado mulheres como candidatas, ao longo de intensas e variadíssimas lutas onde as mulheres vêm conquistado o novo estatuto de igualdade é nestas eleições (e não é ocasionalmente, mas pela sua importância política) que estala tão vivamente o apelo ao voto feminino.

Afinal o que está em causa, para as mulheres, nestas eleições presidenciais? O que é determinante para a causa da sua emancipação? O que é favorável à sua luta contra a discriminação sexual, pela realização dos seus anseios de igualdade e de maior participação?

**Unir
os
Democratas
para
a Vitória
da
Democracia**



Teresa Lopes
Membro suplente do Comité Central

Não é certamente o estado civil, o sexo do candidato, a sua profissão, a cor dos olhos, mas sim na sua condição de democrata capaz de ganhar as eleições e de na Presidência da República defender o 25 de Abril, a Constituição, as liberdades e outras conquistas do povo e das mulheres.

É já hoje evidente para a maioria das mulheres que a eleição de Mário Soares ou Freitas do Amaral colocariam na Presidência da República elementos profundamente responsáveis pela degradação das condições de vida do povo e pelos inúmeros sacrifícios que as mulheres suportam hoje no seu dia a dia, responsáveis e defensores de uma política que aumenta o desemprego, que degrada as condições de acesso à saúde, ao ensino, que faz proliferar o trabalho infantil, a mendicidade, a prostituição, responsáveis que não tenham sido até aqui aplicadas as leis que protegem a maternidade livre e consciente. Responsáveis directos pela inexistência das condições objectivas que permitam que as mulheres exerçam os seus direitos e avancem no caminho da igualdade, responsáveis directos pelo agravamento da discriminação das mulheres no trabalho e na família.

As mulheres saberão optar pelo voto no candidato democrata que reúna os consensos e apoios necessários para passar à 2.ª volta e ganhar as eleições.

Temos confiança de que as mulheres comunistas e as outras mulheres democratas, que apostam de facto na defesa dos seus direitos, não irão embarcar em falsos caminhos que poderiam levar à passagem de dois candidatos da reacção para a 2.ª volta.

Sabemos evidentemente que há ainda mulheres confundidas ou iludidas por razões fundamentalmente emocionais. Mas estamos certas que faremos em todo o País uma grande campanha de esclarecimento junto dessas mulheres para as levar a compreender o fundamental do que se joga nas eleições presidenciais.

Mas esta campanha é para esclarecer, para explicar e nunca para agredir aquelas que ainda hoje não entenderam que é fundamental para o futuro do nosso País, do nosso Povo e muito particularmente dos nossos filhos que um democrata ganhe as eleições e derrote os candidatos da direita.

As mulheres compreenderão que no momento actual defender verdadeiramente a causa dos direitos da mulher, a melhoria das condições de vida, a resolução do problema dos salários em atraso, dos despedimentos, do emprego e do subemprego, da discriminação salarial, a aplicação das leis da defesa da maternidade, da educação sexual e da interrupção voluntária da gravidez — é não desperdar votos e votar à 1.ª volta no candidato da democracia com melhores condições para vencer Freitas e Soares. As mulheres democratas vão afirmar, estamos certas, a sua plena maturidade e capacidade política. ■

Cristina Torres

A juventude e as eleições

Camaradas,
Chegou ao fim o ano de 1985, proclamado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Juventude. Ano riquíssimo para o movimento juvenil do qual saiu em muito reforçada a vontade dos jovens de participarem activamente na solução dos seus problemas.

Ano rico em acontecimentos positivos para os quais a juventude deu importante contributo, saindo vitoriosas as forças da democracia reunindo melhores possibilidades para alcançar a viragem necessária no rumo da política nacional.

No entanto, apesar da luta travada contra a política de direita, pela qual são também responsáveis Freitas do Amaral e Mário Soares, persistiram os problemas económicos e sociais mais graves, mantiveram-se por satisfazer as aspirações juvenis mais sentidas.

Torna-se, pois, imperioso confirmar as vitórias políticas alcançadas, para que tenham reflexos efectivos na resolução dos problemas do País e da sua juventude. É imperioso garantir a vitória de um candidato da democracia e a derrota dos candidatos da direita nas próximas eleições presidenciais, só possível sem a dispersão dos votos democráticos.

Quem ganharia com tal dispersão? Seguramente Freitas do Amaral e Mário Soares que nela tanto apostam. Porque a juventude e o povo português ganhariam a repressão, os serviços de informação, mais desemprego e a vida agravada.

No Ano Internacional da Paz seria contra-natura ganhar o alinhamento com o imperialismo e as bases norte-americanas, contra a independência nacional e a Paz.

Não há tempo a perder, é urgente unir esforços e votos para que vença o candidato capaz de derrotar Freitas do Amaral e Mário Soares.

Na juventude verificam-se deslocamentos importantes de ex-apoiantes de Lurdes Pintasilgo que, constatando

serem insuficientes os seus apoios, ampliam desta forma o consenso em torno do candidato melhor colocado para derrotar a direita, cujos candidatos Freitas do Amaral e Mário Soares, tudo tentam para atrair a participação juvenil com novas promessas, novas camisolas e bandeiras, grandes discursos, muita televisão, rádio e anúncios sugestivos.

Tentam assim dar a ideia de grande participação juvenil nas suas campanhas. Mas entre o querer e o conseguir a diferença é grande. Poderá um jovem confiar nestas empresas? Poderá um jovem confiar em quem prometeu fazer, mentiu e afinal nada fez para satisfazer as necessidades básicas da juventude?

Naturalmente que não. A juventude sabe que da direita e dos seus candidatos nada de bom tem a esperar. Os recentes festivais promovidos em Lisboa e no Porto, pela candidatura de Freitas do Amaral, resultaram em espectaculares fracassos, malgrado o forte aparelho de propaganda utilizado e o apoio incondicional de certa comunicação social, provando que é cada vez mais difícil à direita criar uma dinâmica juvenil de apoio.

A juventude do nosso País precisa de um Presidente que, no quadro das suas competências e poderes constitucionais, permita a realização de uma política nacional em conformidade com a resolução dos problemas e aspirações juvenis.

A juventude portuguesa precisa de um Presidente que respeite a Constituição, salvguarde a independência nacional, a solidariedade e a amizade entre os povos.

A juventude precisa e apoia quem a respeite e lhe dê garantias de poder intervir de forma construtiva na sociedade porque é, sem dúvida, indispensável a sua participação activa e esclarecida para que seja possível, neste novo ano, trilhar novos caminhos tendentes à alteração do actual estado de coisas. ■



Cristina Torres
Membro da Comissão Nacional da JCP

A Juventude Comunista Portuguesa expressa o seu apoio às Teses apresentadas a esta Conferência, bem como aos objectivos da candidatura do camarada Ângelo Veloso, a qual saudamos.

Estamos na acção para garantir a mais ampla unidade juvenil em torno do candidato capaz de derrotar a direita, em torno do candidato da democracia.

Trabalharemos em três direcções principais:

— Esclarecer e galvanizar os jovens comunistas e os seus colectivos, reforçando a sua acção.

— Esclarecer e mobilizar os jovens para as questões essenciais do actual momento político em estreita colaboração e coordenação com a candidatura do camarada Ângelo Veloso. Promovendo debates com jovens estudantes, empregados e desempregados e desenvolvendo todo o tipo de iniciativas tendentes a esclarecer o maior número de jovens de todos os quadrantes políticos e sectores de actividade.

— Dinamizar a candidatura democrática em todas as suas vertentes e tarefas logo que ela esteja efectivamente definida, mobilizando em torno dela amplos sectores juvenis.

Tal como noutras alturas decisivas do nosso percurso revolucionário, o PCP e todos os democratas poderão contar com a intervenção combativa, criativa e organizada dos jovens comunistas.

Confiantes no presente, trabalhamos na mudança para conquistar um futuro diferente. ■



Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 628

9 de Janeiro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

● QUELUZ

Sessão de esclarecimento no salão dos Bombeiros Voluntários com o camarada **Álvaro Cunhal**. Às 21.30.

● PORTO

O camarada **Ángelo Veloso** participa, a partir das 14.30, num debate sobre a situação na comunicação social com estudantes da Escola Superior de Jornalismo no Porto.

Às 21.30 estará no salão da Junta de Freguesia do Bonfim para uma sessão-debate com mulheres.

● LISBOA

No CT de Mosca, às 18.30, plenário das células de empresa da freguesia dos Olivais para discussão das eleições para a Presidência da República. Participa o camarada **José Casanova**.

● PONTE DE SOR

Comício no cinema, às 21.00, com o camarada **Álvaro Cunhal**.

● LISBOA

«As mulheres e a unidade dos democratas para a vitória da democracia»: debate com o camarada **Ángelo Veloso**.

No Cinema Alvalade, às 15 h.

«Os democratas e as presidenciais»: sessão-debate com o general **Vasco Gonçalves** no Polivalente da Musgueira-Sul, promovido por um grupo de democratas da freguesia do Lumiar. Participação do GIC-Grupo de Intervenção Cultural. Às 16.

O camarada **Domingos Abrantes** participará às 13 h num almoço na Cooperativa de Brago de Prata e numa sessão a realizar a partir das 16.30 na Junta de Freguesia de Alcântara.

● AMADORA

Romagem à campa de Herculano de Carvalho, no 10.º aniversário da sua morte. Concentração no cemitério da Amadora às 10 h.

● CAXIAS

Sessão em Laveiras, às 16 h, com o camarada **José Casanova**.

● ALENQUER

Sessão de esclarecimento, no Cinema, com o camarada **Carlos Brito**. Às 21 h.

● BARREIRO

Plenário de eleitos da APU nas autarquias do distrito de Setúbal, para discussão de princípios e linhas gerais do trabalho dos comunistas durante o mandato que agora se inicia. Às 14.30, no auditório do CT na Comissão Concelhia do Barreiro, com a participação do camarada **Carlos Ramildes**.

● BAIXA DA BANHEIRA

Sessão sobre as eleições presidenciais com o camarada **Carlos Ramildes**. Às 21.30, na Comissão de Moradores do Vale da Amoreira.

● SARILHOS PEQUENOS

Sessão de esclarecimento, às 21.30, com o camarada **Dias Lourenço**.

● PAÇO D'ARCOS

Sessão de esclarecimento com o camarada **José Casanova** sobre as eleições presidenciais. Na Associação «A Familiar» de Ladeiras. Às 15.30.

● PORTO

Reunião de Quadros da Organização Regional do Porto para discussão das eleições presidenciais e tarefas decorrentes. No Pavilhão do CT da Boavista a partir das 15h.

Domingo

● MORA

Álvaro Cunhal: encontro com a população na Casa do Povo. Às 10.30.

● ARRAIOLOS

Almoço-convívio, às 12.30, com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**.

● VILA VIÇOSA

Sessão no Cinema, às 15 h, com o camarada **Álvaro Cunhal**.

● PORTEL

Álvaro Cunhal: encontro com a população às 18.30.

● CUBA

Jantar-convívio em que participa o camarada **Álvaro Cunhal**.

● BEJA

Às 21, com **Álvaro Cunhal**, comício.

● OLHÃO

Almoço-convívio na Escola Secundária com a participação do camarada **Ángelo Veloso**.

● SILVES

Sessão-debate com o camarada **Ángelo Veloso**, às 17 h, na Filarmónica de Silves.

● LAGOS

Sessão-debate com **Ángelo Veloso**: às 21.30 no Salão «Os Artistas».

Segunda

● LISBOA

Debate no Café-Encontro do Alvalade com o camarada **Ángelo Veloso**, especialmente dirigido aos trabalhadores dos sectores Público e de Serviços. Às 21.30.

Ángelo Veloso, especialmente dirigido aos trabalhadores dos sectores Público e de Serviços. Às 21.30.

Terça

● **ALMADA**
Sessão na SFUAP, às 21.30, com o camarada **Álvaro Cunhal**.

● CARNAXIDE

Às 21.30, sessão com o camarada **Octávio Pato**.

Quarta

● LISBOA

No Alvalade, o camarada **Álvaro Cunhal** participará numa sessão com independentes. Às 21.30.

● LOURES

Sessão na Bobadela, às 21.30, com o camarada **José Casanova**.

Unir os Democratas para a Vitória da Democracia



Presidenciais 86
CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ÁNGELO VELOSO

Ángelo Veloso hoje na Escola Superior de Jornalismo no Porto (14 e 30h.) e na Junta de Freguesia do Bonfim (21 e 30h.)

amanhã na Covilhã, com **Álvaro Cunhal** (21 e 30h.)

sábado no Encontro Alvalade, em Lisboa, em sessão-debate subordinada ao tema «As mulheres e a unidade dos democratas para a vitória da democracia» (15h.)



TV **O Programa**

Quinta
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens», 70.º Epis.
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — «As Aventuras de Marco Polo»
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Curso de Inglês («Follow Me»)
- 19.20 — Desporto
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor», 133.º Epis.
- 21.20 — Actual — Presidenciais/86
- 22.30 — Série — «Crime, Disse Ela»
- 23.35 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Conheça Melhor
- 20.30 — Série — «Horizontes de Glória», últ.º epis.



- 21.40 — Da... Música — Opus Ensemble: «Música para uma Exposição» (Vieira da Silva/Arpad Szenes)
- 22.30 — Jornal da Noite

Sexta
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.50 — A Forma das Coisas (programa de Eduardo Gada sobre a actualidade cultural)
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.25 — Europa
- 22.00 — Série «Duarte & C.», últ.º epis.
- 22.45 — Televisão, a Caixa que Mudou o Mundo
- 23.50 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Enquanto é Tempo



- 20.30 — Espaço Jazz
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Jornal da Noite

Sábado
RTP1

- 11.30 — Tempo dos Mais Novos
- 14.30 — Música Pop
- 15.30 — Panorama
- 16.00 — O Dia em que o Mundo Mudou
- 17.00 — Fame
- 18.00 — Museu do Louvre (A Época de Rubens e de Rembrandt)
- 19.00 — Parlamento
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Série — «Rabo de Saia»
- 21.30 — Aplauso — Fernando Pereira
- 22.30 — Último Jornal
- 23.45 — Sábado Especial — «Violência e Paixão», real. Luchino Visconti (Itália/1974)

RTP2

- 18.30 — Troféu
- 20.00 — Animação — «História de Uma Cadeira», de Frédéric Back (Canadá/1981)
- 20.30 — O Tempo das Catedrais



- 21.30 — Série — «A Sombra da Velha Arvore»

Domingo
RTP1

- 10.30 — Missa Dominical
- 11.30 — 70 Vezes 7
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos — «Aquilino Ribeiro e o Mundo Infantil»
- 13.00 — TV Rural
- 13.30 — Tempo dos Mais Novos
- 15.00 — Sessão da Tarde — «Serviço Humano», adaptação do romance homónimo de Somerset Maugham, real. Henry Hathaway e Ken Hughes (Inglaterra/1964)
- 17.00 — A Amazônia de Cousteau
- 18.00 — O Outro Lado da Crise
- 19.00 — Top Disco
- 19.50 — Como, Quem, Porquê?
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Viva o Gordo



- 21.00 — Série — «Uma Mulher de Corpo Inteiro», último epis.
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.00 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Novos Horizontes
- 20.00 — Adágio
- 20.30 — Nós Por Cá
- 21.30 — Cine-Clube — «Sapatos Vermelhos», real. Michael Powell e Emeric Pressburger (Inglaterra/1948)

Segunda
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Desportivamente
- 19.15 — Azulejos de Arte Portugueses
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Concurso 1, 2, 3
- 23.30 — Último Jornal.

RTP2

- 19.32 — Desenhos Animados
- 20.00 — Documentário
- 20.30 — Teatro para Sempre — «A Boa Alma de Se-Chuão», de Bertold Brecht, encenação de Giorgio Strehler para o Piccolo Teatro di Milano (1980)
- 22.45 — Jornal da Noite.

Terça
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Século XX — «A China em Marcha»
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.30 — Programa da Direcção de Informação
- 23.10 — O Verão Inteiro Num Só Dia (adaptação de um conto de Ray Bradbury)
- 23.35 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «O Mascariilha»
- 20.00 — Videopolls
- 20.30 — Falar de Macau
- 21.00 — Sessão das Nove — «Os Viajantes da Noite»
- 22.30 — Jornal da Noite.

Quarta
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Trânsito
- 19.20 — Jazz para Todos
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.40 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.30 — Noite de Cinema — «Como se fazem Heróis», real. Richard Brooks (EUA/1953)
- 23.20 — Último Jornal.

RTP2

- 18.55 — Basquetebol — Final da Super Taça (Barreirense-Benfica)
- 20.20 — Mulher a Mulher
- 20.45 — A Experiência Migrante, 1.º Epis.
- 21.40 — Fol Exto na TV — Carlos do Carmo
- 22.30 — Jornal da Noite.

Livros

CICLONE DE SETEMBRO
CRISTÓVÃO DE AGUIAR


Ciclone de Setembro, de Cristóvão de Aguiar, colecção «O Campo da Palavra», Editorial Caminho. Preço: 800\$00.

O vento é o fio condutor desta ficção. Logo nas partes que a compõem, lá o temos a urdir uma lógica em três andamentos: primeiro, **Terra de Ventos**, depois **Os Ventos da Guerra** e, por fim, **O Futuro dos Ventos**. Desiludase, entretanto, quem aqui espera encontrar fenómenos meteorológicos ou uma prosa científica: a fenomenologia é outra.

Primeiro, os Açores («... E por ser ela assim ventigena, desta maneira falou um dia o profeta-pescador: Tempos virão em que as gentes de Tronqueira e seu termo hão-de arrendar os seus ventos e ciclones e dos seus proventos viverão durante noventa e nove anos, tantos quantos durará o acordo das Lajes, os quais se renovarão por outros noventa e nove anos e assim sucessivamente de geração em geração, enquanto permanecer o dólar a moeda-forte dos ventos dos nossos sonhos...»). Açores, terra de ventos, arrepiada por turbulências outras. Contada por um dos seus filhos, ou melhor, vista através da memória de um dos seus filhos, que nos leva lá, numa viagem ao labirinto da infância com histórias de namoradas de liceu e padres moralistas, acintes regionalistas e ferocidades de classe, as angústias juvenis e a magia da descoberta. Com «saltos» deliciosos para os tempos actuais, quando diz, por exemplo, «Como tudo agora parece mudado. De súbito, surgiu a ideia de se construir uma pátria açoriana com cabouqueiros aferramentados com servientes utensílios. Os mesmos que há pouco estavam ajuramentados às ideias balofas de um império que se estendia do Algarve a Timor, passando pelas ilhas, onde, numa delas, e como diria o senhor de Simas, Portugal foi apenas».

Depois, «**Os Ventos de Guerra**», soprando na Guiné-Bissau. Violência colonial-fascista vivida directamente por uma geração inteira, sofrida por vários povos e países e contada, aqui, na primeira pessoa. É difícil seleccionar excertos de tão vivas memórias, onde algumas das situações típicas vividas na guerra colonial nos surgem exemplarmente descritas. Peguemos numa ou outra, quase ao acaso:

«Chega o capitão com o resto da coluna. Vem pálido mas apumado como compete a um oficial do Estado Maior. Desce do jipão e vai de imediato espreitar "in loco" os estragos. Após curta vistoria, vira-se para mim e ordena: Alferes Mendonça, nomeie meia dúzia de voluntários para ir para dentro da viatura dos mortos; quero os cadáveres alinhados no estrado da carroçaria; assim como se apresentam, parecem tropa fandanga... Coube-me a tarefa de ir na cabina da viatura açogue. Os meus homens ocuparam o "Unimogo" que estava a ser rebocado. Meti-me na cabina amarela de cidra. Nenhum condutor me queria acompanhar para conduzir a viatura dos mortos. Foi necessário fazer ameaças de arma apontada. Por fim lá se decidiu o condutor Sintra (...) Chegámos a Piche à boca da noite (...) O capitão Farias do As de Ouros estava prostrado. Ia principiar a ter pena dele, quando lhe ouço: Como é que me vou justificar no relatório que tenho de enviar a SEXA? Lá se vai ao galheiro a minha promoção a maior...».

Ou esta: «A poucos passos de distância, o Niza dá pela minha presença e avisa-me em alto e bom som: Não se aproxime mais, meu alferes, quando não, dispare; perdido por um, perdido por cem... Tento de onde estou parado parlamentar com ele. Faço-lhe ver que aquela loucura o poderá desgraçar para o resto da vida. Não me dá ouvidos. Desgraçado já ele estava, nenhuma outra desgraça o poderia afectar tanto. Dou uns passos a medo e muito devagar. Mal nota que me vou aproximando, dá dois tiros para o ar (...) Diz ele: Se o meu alferes sonha em tirar a pistola, abato-o de seguida... E despeja, em rajada, quase todo o carregador da G-3 para o ar, mas não tanto para o ar que não sinta o assobio de uma bala rente ao ouvido direito (...).».

Sai-se da guerra colonial e regressa-se aos Açores, à memória juvenil enxertada por passos e lances mais recentes. São os **Ventos do Futuro**, fechando um ciclo onde o amor à vida, às pessoas e às coisas é, no fim de contas, o protagonista central de uma obra cheia de sensibilidade, que apaixona e enterece e, sobretudo, se lê de um fôlego.

Cinema

A seleção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Casa e o Mundo	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
B	Cocoon	★	—	★★	—	★★
C	Cotton Club	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
D	A Floresta Esmeralda	★★★	—	★★	—	★★
E	Os Goonies	★★	—	★★	—	★★
F	A Honra dos Padrinhos	—	★★★	★★★★	★★★★	—
G	Nome: Carmen	—	—	★★★	★★★	—
H	Regresso ao Futuro	★★	★★	★★	—	★★
I	Silverado	★★★	★★★	★★★	—	—
J	Utu, o Último Guerreiro	—	—	★	★★★	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Satyajit Ray — Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Ron Howard — Hollywood/2 (14, 16.30, 19, 21.30, 24.00), Las Vegas/1 (15.30, 18.45, 21.45), S. Jorge/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/2, (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45), Apolo 70, (14, 16.30, 19, 21.30, 24) Nimas, (14, 16.30, 19, 21.30) Quarteto/1 (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. John Boorman — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- E — Real. Richard Donner — Ávila (14.45, 17, 19, 21.30), Castil (15.30, 18.30, 21.30), Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. John Huston — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Las Vegas/2 (15.15, 18.30, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- G — Real. Jean-Luc Godard — Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- H — Robert Zemeckis — Alfa/1 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Amoreiras/1 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Gemini (14, 16.30, 19, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
- I — Real Lawrence Kasdan — Amoreiras/3 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45, 00.15), 7.ª Arte (14.45, 17, 19.10, 21.45) — Lisboa.
- J — Real. Geoff Murphy — N'Gola (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Rex (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

- Azulejos**, colectiva (Bual, Palolo e outros). Oficina 59, R. S. João da Mata, 59.
- Bartolomeu Cid**, gravuras recentes. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00; sáb./10.00 às 13.00.
- Colectiva de Artes Plásticas**, Espaço APU-Avalade, Av. Roma, 100.
- Colectiva** (Almada, Bual, Pavia, Pomar, etc.). Gal. Príncipe Real, Pç. Príncipe Real, 32. Das 13.00 às 22.00 (até 18/1).
- Colectiva de pintura**. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00 (Até 11/1).
- Cruzeiro Seixas**, aguarelas e desenhos. Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1. Das 11.30 às 13.00 e das 15.00 às 20.30 (até 15/1).
- D'Assumpção**, pintura e desenho. Gal. de Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00; dom./10.00 às 17.00.
- Escultura Africana em Portugal**. Museu de Etnologia, Av. da Madeira ao Restelo. De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.
- «Fernando Pessoa, o Último Ano»**, documental. Biblioteca Nacional de 2.ª a 6.ª, 10 às 20; sáb/9 às 13.00, até fim Fev.º.
- Graça Morais**, «O Erótico e o Sagrado» — pintura. Livraria da Imprensa Nacional, R. S. Francisco de Borja, 24, às Janelas Verdes. Sáb. e dom/16.00. A Banda do Chico da Holanda, texto de Chico Buarque inspirado nos contos dos irmãos Grimm, música de Chico Buarque, enc. Filipe La Féria.
- Manuel Cargaleiro**, cerâmica. Gal. S. Mamede, R. Esc. Politécnica, 167.
- «Murmúrios»**, colectiva de pintura. Atelier 15, R. Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18 às 22.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 29/1).
- Manuel Cargaleiro**, cerâmica. Gal. S. Mamede, R. Esc. Politécnica, 167.
- «Murmúrios»**, colectiva de pintura. Atelier 15, R. Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18 às 22.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 29/1).
- Marquês Sá da Bandeira**, 16. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 19.00.
- Grafismo e Ilustração nos Anos 20-30**, Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fundação Gulbenkian, Av. de Berna.
- H. Michael Wieden**, aguarelas e acrílicos. Centro Comercial da Portela (até 30/1).
- Helena Almeida e Artur Rosa**, pintura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais. De 3.ª a dom/15.00 às 19.00.
- João Camacho**, pintura e obra gráfica. Trav. da Espera, 20. De 2.ª a sáb./10.00 às 24.00 (até 18/1).
- José Augusto**, pintura. Gal. Harmonie, Centro Comerc. Amoreiras (até 31/1).
- José Pádua**, pintura. Gal. Igoper, Av.ª Gomes Pereira, 103.
- Jovens Pintores** (trabalhos de alunos da ESBAL). Gal. Almada Negreiros, Av.ª República, 16. De 3.ª a dom/10.00 às 20.00 (até 12/1).
- Júlio Pomar**, pintura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00; sáb./10.00 às 13.00.
- Pedro Simon**, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º D. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 14/1).
- Pintura Naïve**, colectiva. Casa da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 27/1).
- Os Reis Magos**, obras das colecções do Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes.
- Rocha Pinto**, «Os Cavaleiros dum Sol Poente» — pintura. Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00, até 14/1.
- Vestir 1955-85 e Traje Romântico**. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor ao Lumiar. 3.ª a Dom/10 às 17.
- Victor Hugo**, bibliográfica. Biblioteca Nacional. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.00; sáb./10.00 às 13.00 (até 28/2).
- Vitor Ribeiro**, escultura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30; sáb./15.00 às 20.00 (até 15/1).
- António Sena**, pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. Das 17 às 20, excepto domingos. PORTO.
- Cerâmica de alunos da ESBAP**. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30 PORTO.
- Colectiva de Sócios da «Árvore»**, pintura. Teatro Garcia de Resende — ÉVORA.
- O Presépio nas Colecções Alentejanas**, obras da colecção do Museu de ÉVORA.
- Arqueologia do concelho de Loures**, Museu Municipal da Casa do Adro. LOURES.
- David Almeida e Sérgio Pinheiro**, «A Luz e a Sombra» — desenho e gravura. Até 15/1 Pousada do Castelo PALMELA.
- Jorge Vieira**, «40 Anos de Escultura». Galeria de Exposições Temporárias do Museu de Setúbal/Convento de Jesus. SETÚBAL.
- Miguel Barbosa**, pintura. Pousada de S. Filipe. Das 10.00 às 23.00, até 24/1. SETÚBAL.
- Sérgio Eloy**, fotografia. Gal. Municipal de Artes Visuais — Casa de Bocage. De 3.ª a 6.ª/9 às 12 e 14 às 17.30; sáb. e dom/15 às 18. SETÚBAL.
- Daniel Nave**, pintura. Até 23/1, Museu Regional de Sintra, Pç. da República. SINTRA.
- D. Fernando II e a Ópera do Séc. XIX**. De 5.ª a 3.ª/10 às 17, até 14/1. Palácio Nacional SINTRA.
- Terras do Demo**, comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Até 30/3, Museu Grão Vasco VISEU.

Teatro

O Cartaz

- LISBOA**
- Comuna**, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb. 21.30; dom. 17.00; Amadis, de Abel Neves, enc. João Mota.
- Maria Vitória**, Pq. Mayer. Não Batam Mais no Zezinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.
- Teatro ABC**, Pq. Mayer. De 3.ª a 6.ª/21.45, sáb/20.30 e 23, dom/16.00 e 21.45. Arsénico e Rendas Velhas, de Joseph Kesselring, enc. Carlos César.
- Teatro Aberto**, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. Tu e Eu, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.
- Teatro do Bairro Alto**, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. 21.30; Dom/16 h. Páscoa, de August Strindberg, enc. Luis Miguel Cintra — Cornúcia.
- Teatro Ibérico**, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17. Bodas de Sangue, de Federico Garcia Lorca, enc. Branco Gil.
- Teatro do Século**, R. do Século, 41. Sáb/21.30; dom/17.30; Embalagem Perdida, de Vera Feyder, enc. Ricardo Marques. — 6.ª/21.30; sáb/17.00; As Artimanhas de Scapin, de Molière, enc. Rogério de Carvalho.
- Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. Pouco Barulho, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.
- Variedades**, Pq. Mayer. De 3.ª a dom. / 21.45, sáb./16.00. Um Coronel em Dois Actos, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.
- TEP** — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 4.ª a sáb/21.30; sáb. e dom/16.00. Teatro de Cordel, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.
- R. S. Francisco de Borja**, 24, às Janelas Verdes. Sáb. e dom/16.00. A Banda do Chico da Holanda, texto de Chico Buarque inspirado nos contos dos irmãos Grimm, música de Chico Buarque, enc. Filipe La Féria.
- Comuna**, Praça de Espanha, Sáb. e Dom/15.00. Os Cágados texto de Almada Negreiros. Adpt. e enc. João Brites — Grupo de Teatro «O Bando».
- Salão das Furnas**, R. Raul Carapinha. 3.ª, 5.ª, 6.ª/11 e 13.30. Bola de Sabão, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.
- TIL**, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb., dom. e feriados/15.00: Galileu, Contador de Estrelas, de José Jorge Letria, enc. Kim Cachopo.
- PORTO**
- Teatro**, Casa de Teatro do TEAR, R. do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb. /22.00, dom/17.00. O Último Baile em Casa do Sr. Cunha, de Júlio Dinis, adapt. e enc. Castro Guedes.
- Teatro do Campo Alegre**, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./21.45; Dom. e feriados /16.00. Os Amorosos da Foz, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.
- Teatro dos Modestos**, R. Gonçalo Cristóvão — De 3.ª a sáb/21.30, dom/17.00 e 21.30; Don Juan — Grupo «Os Comediantes».
- SETÚBAL**
- TAS** — Teatro de Animação de Setúbal. 6.ª, sáb., dom. e 2.ª, 21.30. O Menino de Sua Mãe, textos de Fernando Pessoa, música de Carlos Curto, enc. Carlos César e Carlos Curto.
- Comuna**, Praça de Espanha, Sáb. e Dom/15.00. Os Cágados texto de Almada Negreiros. Adpt. e enc. João Brites — Grupo de Teatro «O Bando».
- Salão das Furnas**, R. Raul Carapinha. 3.ª, 5.ª, 6.ª/11 e 13.30. Bola de Sabão, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.
- TIL**, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb., dom. e feriados/15.00: Galileu, Contador de Estrelas, de José Jorge Letria, enc. Kim Cachopo.

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Temporada Gulbenkian
Dia 9/21.30 e dia 10/18.30 — Orquestra Gulbenkian, pianista Maria João Pires, maestro Max Rabinovitsj; obras de Chopin e Mozart — Grande Auditório.

Dia 13/18.30 — Concerto pelo pianista Paul Crossley; obras de Berg, Tippett, Messiaen — Grande Auditório.

Dia 14/18.30 — Concerto de canto e piano por Teresa Berganza, meio-soprano, e Alvarez Parejo; peças de Haydn, Mussorgsky, Villa Lobos, Turina e Joaquim Nin.

Teatro Municipal de S. Luiz
Hoje, com entrada livre, concerto pelo grupo de cordas Scherzando (França); obras de Vivaldi e J.S. Bach.

Dia 14/18.30 — «Mozart ao fim da tarde»: direcção e comentário do maestro José Atalaya, participação dos instrumentistas Jorge Moyano, Vasco Barbosa e Grazi Barbosa, António Saiote, Elvira Ferreira e Quarteto Capela e dos cantores Elvira Ferreira, Manuela Castani, Armando Vidal e Oliveira Lopes.

Cinema

Alcino e El Condor, do realizador chileno Miguel Littin — «exemplo excelente da moderna cinematografia latino-americana», segundo a crí-

Evora
Dia 10/21.30 — Concerto no Teatro Garcia de Resende pelo Miso Ensemble (Paula Azguime e Miguel Azguime)

Marionetas de Lisboa
Numa iniciativa do Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte da Fundação Gulbenkian, o grupo «Marionetas de Lisboa» leva à cena na Sala Polivalente do CAM a sua adaptação de O Romance da Raposa de Aquilino Ribeiro. Nos dias 9, 10, 11 e 12 às 15h e no dia 11 também às 17h. Para estudantes e jovens até aos 18 anos os bilhetes são a 100\$00.

Ciclo «O Musical»
Prossegue esta semana não apenas no Grande Auditório Gulbenkian mas também na Cinemateca Portuguesa, onde os bilhetes (a 100\$00 como na Gulbenkian) só estão à venda uma hora antes de cada sessão.

Na Cinemateca — dia 9/21.30: O Congresso que Dança, de Eric Charell; dia 10/18.30: La Verbena de la Paloma/1935, de Benito Perojo; dia 10/21.30: Os Alegres Foliões/1934, de Gregori Alexandrov; dia 13/18.30: Die Verkauft e Braut/1932 (não legendado).

Na Gulbenkian — dia 8, às 18.30 e 21.30, dois filmes com o par Fred Astaire-Ginger Rodgers: Ritmo Louco/1936, de George Stevens,



«o diário» festa de anos
Espectáculo no Coliseu dos Recreios, no próximo sábado, comemorativos do 10.º aniversário de «o diário»: para o das 21.30 estão já anunciadas as participações de Maria Guinot, Paulo de Carvalho, Nuno Gomes dos Santos, Carlos Paredes, António Victorino d'Almeida, José Jorge Letria, Teresa Paula Brito; de Eunice Muñoz e do Grupo de Campolide; dos grupos Brigada Victor Jara

e Bago de Milho e do grupo de Música Popular do Ateneu de Coimbra; de Olga Prats; do Coro da Academia dos Amadores de Música de Lisboa.

À tarde, com entrada gratuita (basta trocar por bilhetes os cupões que «o diário» publica diariamente), um espectáculo em que colaboram José Barata Moura, o ilusionista Zuke e o TIL — Teatro Infantil de Lisboa.

Tempo

Fim de Semana

Segundo a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o Continente, no sábado teremos ainda períodos de chuva fraca no Norte e Centro, evoluindo no domingo para céu pouco nublado em todo o território. Nevoeiros, sobretudo nas terras baixas.

Planeamento do Treino

e preparação do treinador

JOSÉ CURADO na estrada do futuro **editorial CAMINHO**

Variedades & utilidades

Ver a guerra com os olhos da Paz...

Reproduzimos nesta página algumas fotografias célebres obtidas por fotógrafos soviéticos durante a II Grande Guerra. Os seus autores eram correspondentes de guerra, homens que viveram «em cima do acontecimento» a terrível tragédia que enlutou a Europa (a começar pela própria URSS) e o Mundo. Neste ano do 40.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo, estas e outras fotos foram publicadas em livro e também expostas em diversos locais, na URSS e no estrangeiro. São fotos que, ao longo dos anos, têm corrido mundo, e que valem mais pelo seu profundo significado humano do que pelos primores técnicos que, como é evidente, não poderiam ter.

O trabalho destes repórteres fardados comprova que há várias maneiras de ver a guerra; uma delas, é com os olhos da Paz...



Biélorrússia, Arkadi Chaikhet, 1944 ▶



▲ O assalto, de Dmitri Baïtermanz, 1941



Nocturno, de Vakov Khalip, 1943 ▶

▼ Depois de um duro combate, de Anatoli Morosov, 1944



Regresso Triunfal, de Michael Gretchov, 1945 ▶



Damas

XXXIV - 9 de Janeiro de 1986

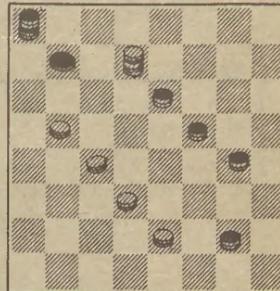
PROPOSIÇÃO N.º 34

Por Alberto N. Guerreiro - Salir

«Vamos Decifrar» n.º 100, 16.VIII.1948

Pr. 5-13-18-22-28-(32)

Br. 6-11-15-20-(27)



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 34

Campeonato Nacional, Algés 9.VI.1985

Br. Medalha da Silva - Pr. Luís Sá

1. 9-13, 21-17; 2. 5-9, 25-21; 3. 12-15, 21-18; 4. 10-14, 17-10; 5. 14-21, 26-17; 6. 6-13, 17-10; 7. 2-6, 23-19; 8. 6-13, 19-12; 9. 8-15, 28-23; 10. 13-18, 22-13; 11. 9-18, 27-22; 12. 18-27; 31-22; 13. 1-5, 23-19; 14. 4-8, 19-12; 15. 8-15, 32-28; 16. 5-10, 28-23 empate.

GOLPE N.º 34

Por W. Hay, 1862

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 1-5, 20-16; 4. 14-19, 21-17; 5. 12-15, 27-22; 6. 11-14, 18-11; 7. 7-14, 25-21; 8. 9-13? Perdentel Jogam as pretas e ganham (Br. 2-3-4-5-6-8-10-13-14-15-19. Pr. 16-17-21-22-24-26-28-29-30-31-32 j. pr. g.)

SOLUÇÃO N.º 34 - 9-1-86

N.º 34 (A.N.G.): 6-10 e 15-19 e 27-31 e 3-1 g. br.

Golpe 34 (W.H.): 8. ..., 22-18; 9. 13-22, 17-13; 10. 10-17, 28-23 e 26-1 g. pr.

A. de M. M.

Xadrez

XXXIV - 9 de Janeiro de 1986

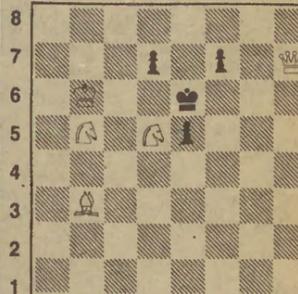
PROPOSIÇÃO N.º 34

Por W. A. Shinkman

1.º Prémio «Hundersfield Collage Magazine», 1877

Pr. (4): Ps. d7, e5, f7-Re6

Br. (5): Cs.b5, d5-Bb3-Dh7-Rb6



Mate em 2 lances

JOGO N.º 34

Torneio de Turim/1982

Br. A. Karpov - Pr. L. Ljubojevic

1. e4,e5; 2. Cf3,d6; 3. d4,Cf6; 4. Cc3,c:d4; 5. C:d4,e5; 6. B:e2,e6; 7. f4,Dc7; 8. 0-0, b5; 9. Bf3,Bb7; 10. e5,d:e5; 11. f:e5, Cf:d7; 12. Bf4,b4; 13. C:e4,C:e5; 14. Rh1,B:e7; 15. Cg5,B:b5; 16. B:b7,D:b7; 17. B:e5,0-0; 18. Dg4,D:e7; 19. Dg3,Tc8; 20. Bd6,Dd7; 21. T:d1,f6; 22. B:b8,Ta:b8; 23. h4,B:h4; 24. D:h4,Tc4; 25. Dg3,Tb:c8; 26. Cf5,Da7; 27. Cd6,T4c5; 28. Dh3 e as Br. ganham. (A. Karpov: «23. ...,Bh6 poderia ter provocado um remate espectacular: 24. Cf5,Dc7; 25. C:h6+,Rh8 (25. ..., Rf6; 26. Dg4); 26.Td8+!»)

SOLUÇÃO N.º 24 (9.1.86)

Chave: 1. Ba4! f7-f6; 2. Cd5-c7 ++

1. ..., f7-f5; 2. Dg8 ++

1. ..., e5-e4; 2. D:e4 ++

1. ..., d7-d6; 2. Ch5-c7 ++

1. ..., R:C; 2. Bb3 ++

A. de M. M.